Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Reprodução e famílias escravas em Mariana
1850-1888

Heloísa Maria Teixeira

Orientador: Professor Doutor José Flávio Motta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

São Paulo
2001

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Reprodução e famílias escravas em Mariana
1850-1888

Heloísa Maria Teixeira

Orientador: Professor Doutor José Flávio Motta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

São Paulo
2001

Heloísa Maria Teixeira

Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

_____
Professor Dr. José Flávio Motta

_____
Professor Dr. Nelson Hideiki Nozoe

_____
Professor Dr. Renato Leite Marcondes

São Paulo
2001

Ao André,
pela paciência e dedicação

Resumo

Muitos são os estudos que se têm dedicado à temática da reprodução e das famílias escravas no Brasil; poucos, porém, referem-se a regiões desprovidas de vínculos mais estreitos com a economia exportadora. Neste trabalho, que se insere no campo da demografia histórica, direcionamos nossa atenção para a aludida temática enfocando o caso de Mariana no decurso da segunda metade do século XIX. Esta localidade, situada na província de Minas Gerais, esteve, desde o declínio da produção aurífera, integrada à economia voltada para a produção de subsistência e o abastecimento do mercado interno. De início, esboçamos os principais traços definidores do perfil econômico de Mariana, bem como delineamos as características de sua população escrava, além de especular sobre as estratégias de manutenção da instituição escravista adotadas na localidade no período considerado. As informações por nós compulsadas, obtidas em especial a partir da leitura dos inventários *post-mortem* (nossa fonte principal), bem como mediante o recurso complementar a documentação variada (assentos de casamentos e de batismos de escravos, matrículas e registros de compra e venda de cativos), possibilitaram o exame da estrutura e das características demográficas das famílias escravas. Além disto, as fontes de que lançamos mão permitiram destacar a importância das famílias no processo de formação e ampliação dos plantéis de cativos de Mariana nas décadas derradeiras da escravidão brasileira, período marcado pela promulgação de uma série de leis condicionadas por aquele processo e que, ao mesmo tempo, nele produziram inequívocos efeitos.

Abstract

Many are the studies dedicated to slave reproduction and slave families in Brazil. Only a few, though, focus on regions not engaged in export economy. This work, which belongs to the field of historical demography, studies slave reproduction and slave families in Mariana during the second half of the 19th century. Mariana, a locality in the province of Minas Gerais, turned to subsistence economy and internal market production since de decline of gold production. This work begins with a description of the main economic characteristics of Mariana and of its slave population, speculating on the strategies for maintaining slavery used in the region during that period. The structure and demographic characteristics of slave families were analyzed through information obtained in *post-mortem* inventories (our main source) and secondary sources such as wedding and baptism registries and records of slave purchases and sales. Additionally, those sources highlighted the importance of slave families in the process of development of slaveholdings in Mariana during the last decades of slavery in Brazil, a period marked by a legislation that was oriented to that process and has undeniably influenced it.

SUMÁRIO

Agradecimentos 13

Considerações Iniciais.....15

Parte I– Aspectos econômicos de Mariana: produção de alimentos e artigos de consumo

Introdução 21

Cap.1 - A economia de Mariana com base nos inventários e na historiografia..... 28

1.1 - A riqueza dos proprietários.....28

1.2 - A diversificação econômica 46

Parte II– A demografia escrava

Introdução.....61

Cap. 2 - A população escrava de Mariana (1850/1888).....63

2.1 - Origem da população escrava.....64

2.2 - Preço dos escravos 66

2.3 - Atividades produtivas dos escravos.....71

2.4 - A estrutura de posse 73

Cap. 3 - Estratégias de manutenção dos plantéis.....77

Parte III–A família escrava

Introdução 89

Cap. 4 - A família escrava na historiografia recente.....91

Cap. 5 - Evidências da reprodução natural e formação de famílias escravas 106

5.1- O perfil da família escrava marianense 106

5.2 - Evidências da reprodução natural.....122

5.3 - Estabilidade familiar escrava.....126

Considerações Finais.....136

Anexos.....142

Fontes e Referências Bibliográficas.....145

Tabelas

Tabela 1: Distribuição do monte mor total entre os inventariados de Mariana segundo as diferentes faixas de riqueza (1850-1888). p.28

Tabela 2: Distribuição da riqueza entre escravistas e não escravistas segundo as faixas de tamanho de riqueza – Mariana (1850-1888). p.29

Tabela 3: Composição da riqueza segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888). p.32

Tabela 4: Participação dos bens de raiz (terras e benfeitorias) e dos escravos na formação das fortunas – Mariana (1850-1888) - %. p.32

Tabela 5: Distribuição dos escravos segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888). p.33

Tabela 6: Índice de Gini para a concentração de escravos – Mariana (1850-1888). p.34

Tabela 7: Índice de Gini ampliado para a concentração de escravos– Mariana (1850-1888). p.35

Tabela 8: Participação dos valores dos escravos no monte mor – Mariana (1850-1888). p.35

Tabela 9: Distribuição das dívidas ativas por inventariados segundo as diferentes faixas das fortunas – Mariana (1850-1888). p.36

Tabela 10: Distribuição das terras por proprietários segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888). p.39

Tabela 11: Extensão das propriedades agrícolas em alqueires – Mariana (1850-1888). p.39

Tabela 12: Preço médio do alqueire de terra por freguesia – Mariana (1850-1888). p.40

Tabela 13: Distribuição das benfeitorias por proprietários segundo as diferentes faixas das fortunas – Mariana (1850-1888). p.42

Tabela 14: Distribuição de metais e dinheiro segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888). p.43

Tabela 15: Distribuição dos animais segundo as diferentes faixas das fortunas – Mariana (1850-1888). p. 44

Tabela 16: Distribuição dos bens móveis segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888). p.44

Tabela 17: Número de engenhos, alambiques e fábricas de açúcar existentes em Mariana (1850-1888). p.51

Tabela 18: Pecuária em Mariana (1850-1888). p.52

Tabela 19: Tamanho dos rebanhos – Mariana (1850-1888). p.53

Tabela 20: Ofícios desenvolvidos em Mariana segundo as faixas de riqueza (1850-1888). p.54

Tabela 21: Escravos e ingênuos nos inventários de Mariana, segundo sexo e faixas etárias (1850-1888). p.63

Tabela 22: Origem da população escrava e ingênua de Mariana (1850-1888). p.65

Tabela 23: Distribuição da população escrava segundo origem e sexo – Mariana (1850-1888). p.65

Tabela 24: Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo e faixa etária com base nos inventários *post-mortem* – Mariana (1850-1888). p.67

Tabela 25: Distribuição dos escravos segundo atividade produtiva, sexo e faixas etárias –Mariana (1871-1888). p.71

Tabela 26: Preços médios (em libras) dos escravos de 15 a 44 anos, segundo sexo e atividade produtiva – Mariana (1871-1888). p.73

Tabela 27: Estrutura de posse de escravos – Mariana (1850-1888). p.74

Tabela 28: Estrutura de posse por década – Mariana (1850-1888). p.74

Tabela 29: Estrutura de posse escrava, segundo as faixas de tamanho de plantéis para diferentes regiões. p.75

Tabela 30: Escravos e ingênuos nos inventários de Mariana, segundo sexo e faixas etárias (1850-1880). p.77

Tabela 31: Escravos e ingênuos segundo sexo, faixas etárias e diferentes tamanhos de plantéis – Mariana (1850-1888). p.82

Tabela 32: Distribuição das crianças escravas e ingênuas por sexo segundo os diferentes tamanhos de plantel – Mariana (1870-1888). p.84

Tabela 33: Índice de Masculinidade entre a população escrava e ingênua segundo os diferentes tamanhos de plantéis – Mariana (1850-1888). p.87

Tabela 34: Porcentagem de escravos e ingênuos, segundo sexo e faixas etárias, inseridos em famílias – Mariana (1850-1888). p.107

Tabela 35: Mulheres com 15 ou mais anos de idade casadas, viúvas ou mães solteiras – Mariana (1850-1888). p.108

Tabela 36: Homens com 15 ou mais anos de idade casados ou viúvos – Mariana (1850-1888). p.109

Tabela 37: Homens e mulheres, casados ou viúvos, com 15 ou mais anos de idade – Mariana (1850-1888). p.109

Tabela 38: Escravos e ingênuos unidos por vínculos familiares segundo faixa de tamanho dos plantéis – Mariana (1850-1888). p.111

Tabela 39: Grupos familiares segundo o tamanho do plantel – Mariana (1850-1888). p.112

Tabela 40: Distribuição das mães segundo as faixas etárias e o estado conjugal – Mariana (1850-1888). p.113

Tabela 41: Famílias nucleares segundo o número de filhos presentes – Mariana (1850-1888). p.116

Tabela 42: Famílias matrifocais segundo o número de filhos presentes – Mariana (1850-1888). p.116

Tabela 43: Diferença entre as idades de cônjuges escravos – Mariana (1850-1888). p.117

Tabela 44: Participação das crianças (0-14 anos) na população escrava – Mariana (1850-1888). p.122

Tabela 45: Razão criança/mulher na população escrava e ingênua – Mariana (1850-1888). p.124

Tabela 46: Razão criança/mulher em idade fértil para a população escrava – Sul dos Estados Unidos, Paraná, Mogi das Cruzes, Oeste Mineiro e Paracatu. p.124

Tabela 47: Razão criança/mulher para a população escrava e ingênua de Mariana, segundo os diferentes tamanhos de plantel (1850-1888). p.125

Tabela 48: Duração dos vínculos entre mães e filhos mais velhos – Mariana (1850-1888). p.128

Tabela 49: Estabilidade familiar vista através do acompanhamento da famílias no período 1850-1888 – Mariana. p.129

Tabela 50: Estabilidade familiar após a partilha nos inventários – Mariana (1850-1888). p.133

Gráficos

Gráfico 1: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1850-1888). p.30

Gráfico 2: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1850-1859). p.30

Gráfico 3: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1860-1869). p.30

Gráfico 4: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1870-1879). p.30

Gráfico 5: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1880-1888). p.30

Gráfico 6: Distribuição dos inventários segundo atividades - Mariana (1850-1888).p. 46

Gráfico 7: Distribuição dos escravos africanos segundo as faixas etárias – Mariana (1850-1888). p.65

Gráfico 8: Preços médios dos escravos com menos de 15 anos segundo o sexo (inventários post-mortem) – Mariana (1850-1888).p. 68

Gráfico 9: Preços médios dos escravos com 15 a 34 anos segundo o sexo (inventários *post-mortem*) – Mariana (1850-1888).p. 68

Gráfico 10: Indivíduos de 0-14 anos segundo sexo e condição através das idades. p.79

Gráfico 11: Escravos de 15 a 44 anos segundo sexo através das décadas. p.79

Gráfico 12: Escravos de com mais de 44 anos segundo sexo através das décadas. p.79

Gráfico 13: Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo, faixas etárias e diferentes tamanhos de plantéis (1850-1888).p. 81

Mapas e Quadros

Mapa 1: Mapa 1: Região de Mariana com destaque para a sede e as freguesias mantidas até o final do 1888. p.17.

Mapa 2: Minas Gerais - regionalização. p.24

Mapa 3: Minas Gerais in 1882, aproximation of major rivers, cities, and towns. p.25

Quadro 1: Família de Margarida, escrava do Tenente Coronel Antônio Coelho Linhares. p.119

Quadro 2: Família de Gertrudes, escrava do Tenente Antônio José Lopes. p.120

Agradecimentos

Chegar ao final deste trabalho não foi uma tarefa fácil. Além dos obstáculos naturais, que toda produção científica traz consigo, outros dois, mais específicos, merecem ser ressaltados em nosso caso. O primeiro deles foi a dificuldade de conseguir uma bolsa de fomento que me possibilitasse o pleno exercício desta pesquisa. O problema foi sanado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), para minha tranqüilidade, após o primeiro ano de pesquisa. Graças à agência paulista de apoio, pude dedicar meu tempo exclusivamente ao trabalho acadêmico. Neste momento crítico que atravessa a produção científica nacional por falta de apoio e empenho governamental, em especial na área voltada para as ciências humanas, a FAPESP é exemplo de retidão em seus compromissos sociais e zelo pela pesquisa nacional em todos os campos. Muitos companheiros e colegas acadêmicos de outros estados passam por situações de instabilidade nos respectivos trabalhos por falta de uma base financeira que os suporte.

O segundo obstáculo de destaque foi a indisponibilidade do arquivo da Casa Setecentista de Mariana, que abriga nossa fonte principal, os inventários *post-mortem*. Durante longo período (de 10 de janeiro a 02 de maio e, em seguida, de 10 de julho a 06 de agosto de 2000), a instituição permaneceu fechada para reformas. Além disso, nos demais meses em que, supostamente, deveria estar aberta, muitos foram os dias em que, em decorrência de cursos, reuniões e muitos outros problemas de toda ordem, o belo casarão, administrado pelo IPHAN, simplesmente ficou fechado para qualquer tipo de consulta. O acervo, por sua riqueza e utilidade como extraordinária base documental, deveria estar sob os cuidados de um quadro maior de funcionários treinados para o difícil trabalho de atendimento público e manutenção arquivística. A dificuldade de acesso aos documentos acarretou o atraso de pesquisas de muitos colegas.

Em meio às adversidades, agradeço a Marli, Maria José, Maria Teresa, Estevam, Zé Geraldo e Selma que compartilharam da fase mais dura do trabalho, a coleta dos dados, e tornaram mais agradável o cotidiano no arquivo.

Ao meu orientador, professor José Flávio Motta, pela carga de conhecimento

pacientemente transmitida, pelo acompanhamento zeloso de todos os passos da pesquisa, pelo exemplo de seriedade na profissão e pelo companheiro auxílio nos trâmites burocráticos em todas as vezes que solicitei. Agradecimento igualmente válido para os membros da banca do exame de qualificação, professores Nelson Nozoe e Eni de Mesquita Samara, pelos comentários e sugestões de grande valia.

Ao professor Renato Venâncio, que, sem saber, foi o responsável pelo meu despertar para a pesquisa histórica. Muitos ex-alunos ufopianos, hoje espalhados pelos cursos de pós-graduação do país, tiveram como impulso inicial o aprendizado prático dos trabalhos de conclusão de curso das disciplinas ministradas pelo professor Renato.

Ao pessoal do ICHS/UFOP, pela minha formação. Em especial, ao professor Antônio Carlos de Jucá Sampaio.

À minha família, seu amor, sua compreensão e sua força.

Considerações Iniciais

Há quase três décadas, estudos referentes à escravidão brasileira se dedicam aos temas da reprodução e das famílias escravas. Entretanto, como bem salienta Slenes[1], esses estudos, em sua maioria, correspondem a regiões de *plantation* do século XIX, predominantemente São Paulo e Rio de Janeiro. A escravidão, nessas áreas, destacava-se pela constante entrada e grande quantidade de cativos, a maior parte deles, do sexo masculino. Nossa pesquisa pretende contribuir para a análise da reprodução e das famílias escravas em uma região voltada para o abastecimento do mercado interno, que, apesar de não haver deixado de se vincular ao tráfico interprovincial de escravos (crescente após 1850), baseava-se, no que tange à conformação de seu contingente mancípio, em boa medida, na capacidade de reprodução natural de seus próprios cativos.

Para tanto, valemo-nos de uma variedade de fontes divididas em dois grupos: de um lado, como fonte principal, os inventários *post-mortem*, e, de outro, como fontes auxiliares, as matrículas de escravos, os registros de compra e venda de cativos e os assentos paroquiais.

Os dados coletados a partir da leitura dos inventários *post-mortem* nos dão a chance de trabalhar:

a) a reconstituição das famílias escravas, uma vez que vêm descritas na parte de avaliação dos bens e também nas listas de matrículas, as quais, após 1871, passaram a ser incluídas nos inventários;
b) a estabilidade familiar, mediante a análise das partilhas dos escravos entre os herdeiros;
c) as informações sobre o movimento do conjunto dos plantéis de escravos inventariados, fornecendo-nos uma idéia da representatividade da população escrava em relação ao todo existente para Mariana;

[1] SLENES (1999, p. 44).

d) o delineamento do perfil da economia local e de seu evolver no período analisado.

Para alguns dos inventários contemplados, foi possível complementar nossa análise com o cruzamento entre os dados coletados e os existentes nas fontes auxiliares. Assim, à medida que os cativos integrantes dos plantéis inventariados foram identificados nos outros *corpora* documentais, o resultado desse cruzamento enriqueceu o conjunto de dados relativo a cada escravo e foi incorporado ao nosso estudo.

Levantamos todos os inventários *post-mortem*, possuidores ou não de escravos, lavrados no I Ofício do arquivo da Casa Setecentista de Mariana e correspondentes às dez únicas freguesias do município de Mariana que atravessaram todo o período de 1850 a 1888. Foram 393 inventários com escravos presentes entre os bens arrolados, sendo 136 referentes à década de 1850, 111 aos anos 1860, 108 ao decênio de 1870 e 38 atinentes aos anos 1880-1888. Já com relação aos inventários sem escravos descritos, o total foi de 146 (40 para a década de 1850; 43 para a de 1860; 30 para a de 1870 e 33 para os anos de 1880 a 1888). Os inventários nos quais não havia escravos descritos foram coletados devido à sua importância para a análise do perfil econômico de Mariana, objeto da Parte I do presente trabalho. As dez freguesias aludidas foram escolhidas pelo fato de serem as únicas a compor o município de Mariana durante todo o período em foco. Ou seja, desde 1842, o município passou por uma série de desmembramentos[2] e manteve até 1888 apenas as seguintes freguesias (mapa 1):

1) Nossa Senhora da Assunção da Catedral ou a Sé de Mariana, sede do município (incluindo o distrito de Passagem);
2) Nossa Senhora da Conceição de Camargos;
3) Nossa Senhora do Nazaré do Infeccionado;
4) Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro;
5) Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado;
6) São Caetano do Ribeirão Abaixo;
7) Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim;
8) Paulo Moreira;
9) Nossa Senhora da Saúde;
10) Barra Longa.

[2] Waldemar Barbosa, em seu *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, faz um histórico breve e geral de inúmeras localidades mineiras, entre elas, as freguesias de Mariana, desde as origens às emancipações (BARBOSA, 1968).

Mapa 1: Região de Mariana com destaque para a sede e as freguesias mantidas até 1888

Fonte: *Karte der brasilian*[n] *provinz Minas Geraes* (elaborado por Henrique Halfeld e Frederico Wagner no período de 1836-1855. Cf, HALFELD & TSCHUDI, 1998)

Não podemos dizer que a manutenção dessas dez freguesias garantiu uma "identidade" geográfica uniforme no tempo. Possivelmente, houve alguma expansão territorial, ao menos nas freguesias com fronteira aberta, contudo, não dispomos de maiores informações ou trabalhos publicados sobre o assunto. Com este recorte, entretanto, conseguimos trabalhar com um espaço que nos deu a saída para o problema dos sobressaltos dos desmembramentos.

As informações colhidas nos inventários *post-mortem* foram as seguintes: descrição dos bens, partilha, vendas, alforrias e falecimentos de escravos. Os inventários também nos permitiram a coleta dos informes das matrículas dos escravos, que, depois de 1871, vinham obrigatoriamente – embora nem todos os inventariantes cumprissem a regra – junto aos inventários *post-mortem*. Os proprietários de escravos tinham de indicar o nome, a cor, a idade, o estado conjugal, a naturalidade, a filiação, a aptidão para o trabalho, a profissão e o valor (este, nas matrículas, somente para 1886-1887) para cada escravo que possuíam.

Os registros paroquiais formam outro conjunto de fontes utilizado. Compulsamos todos os livros de batismos (no total de 22) e casamentos (nove ao todo) que se referiam ao período da pesquisa. Retiramos desses livros todas as informações pertinentes aos escravos e as somamos às obtidas nos inventários, possibilitando-nos maiores dados sobre as famílias escravas encontradas. Por fim, coletamos os registros de compra e venda de escravos dispostos em 13 livros de notas e, mais uma vez, o cruzamento de dados enriqueceu-nos o trabalho.

Uma vez coletadas, as informações compuseram dois bancos de dados a partir do nome do inventariado: um referente à amostragem escrava e outro à economia local. Os escravos foram divididos em colunas de acordo com sexo e idade. As relações familiares, a origem, o valor e a profissão, quando descritos, também foram destacados para cada escravo. Para muitos escravos contemplados, foi possível complementar seus dados através do cruzamento dos inventários com as fontes auxiliares. Primeiramente, inserimos os informes sobre os escravos com todas as suas características descritas (cor, idade etc.) de acordo com os inventários e as listas de matrícula. Num segundo momento, fizemos a reconstituição das famílias em separado, tendo como base a descrição dos inventários. Em seguida, reduzimos as lacunas existentes sobre as famílias introduzindo aspectos coletados nas demais fontes e ampliamos, assim, os dados já conhecidos.

A apresentação dos resultados da análise realizada com fundamento nas tabulações do conjunto de dados coligidos obedece a uma divisão em três partes. A primeira trata dos *Aspectos econômicos de Mariana: produção de alimentos e artigos de consumo*. Esboçamos, nessa parte, de maneira sucinta, o perfil econômico de Mariana, enfatizando a importância do escravismo em seu desenvolvimento. Para tanto, e com o intuito de tão-somente caracterizar em suas linhas gerais o contexto sobre o qual se estabeleceram as relações familiares entre os escravos, objetivo maior deste trabalho, consideramos apenas os inventários correspondentes aos anos pares do período 1850-1888. Ao todo foram 319 inventários, entre os quais 227 se referem a proprietários que utilizavam mão-de-obra cativa em suas propriedades e 92 eram de indivíduos que não possuíam escravos. Além dos inventários, utilizamos relatórios dos viajantes, documentos oficiais publicados e estudos historiográficos pertinentes. Com isso, delineamos os principais traços do evolver econômico da localidade, buscando indícios que nos remetessem à diversificação da economia e sua ligação com o mercado.

A segunda parte (*A demografia escrava*) foi composta pela análise de todos os inventários que continham descrição de escravos e foi subdividida em dois capítulos: *A população escrava de Mariana (1850-1888)* e *Estratégias de manutenção dos plantéis*. No primeiro, analisamos as características da população escrava: sua distribuição segundo faixa etária, sexo, índices de masculinidade, estado conjugal, origem, variações de preços, atividades produtivas e estrutura de posse. No segundo capítulo, indicamos as formas de manutenção do escravismo na localidade de Mariana entre 1850 e 1888 – período decisivo para o escravismo, em virtude das leis instituídas com vistas ao fim desse sistema econômico. Até 1871, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, mas, depois daquele ano, a segunda possibilidade foi "teoricamente" eliminada pelo Ventre Livre das escravas. Entretanto, a lei Rio Branco dava aos escravistas a oportunidade de utilização da mão-de-obra dos ingênuos até que estes completassem 21 anos. Esse capítulo tenta fornecer indícios sobre como os escravistas da segunda metade do século XIX organizavam a reposição de sua mão-de-obra cativa.

Os capítulos 4 e 5 referem-se à família escrava e, juntos, constituem a Parte 3 da dissertação. O capítulo 4, *A família escrava na historiografia recente*, sintetiza o perfil da família escrava brasileira sob o ângulo da historiografia. Priorizamos as análises baseadas na demografia histórica, uma das áreas mais dedicadas ao tema. Seus

fundamentos e conceitos representam o quadro teórico de nossa pesquisa. O capítulo 5, *Evidências da reprodução natural e formação de famílias escravas*, constitui o núcleo da dissertação. Nele, buscamos revelar as características da reprodução e das famílias escravas de Mariana na segunda metade do século XIX, período em que os cativos se beneficiaram de intensa legislação de proteção por parte do Estado, fato novo na história da escravidão brasileira. Revelamos indícios da importância da reprodução natural para o crescimento da população cativa marianense no período. Considerando a família escrava a variável essencial na compreensão do fenômeno da reprodução, procuramos compreender sua estrutura (tipos de família, número de filhos, estabilidade etc.).

Finalmente, nas considerações finais, temos um apanhado sintético do trabalho, retomando os pontos principais e que acreditamos ser nossa contribuição para a historiografia da escravidão.

Parte I - Aspectos econômicos de Mariana: produção de alimentos e artigos de consumo

Introdução

Por muito tempo, a historiografia referente a Minas Gerais insistiu na idéia de decadência econômica após o *boom* aurífero. Essa vertente historiográfica[3] desconsiderou a existência de outras atividades que não fossem as ligadas à mineração ou, quando muito, a elas atribuiu um papel insignificante na economia mineira. De fato, a região, povoada no princípio do século XVIII devido à descoberta do ouro, viveu uma busca frenética pelo metal até a metade do Setecentos. Entretanto, é pertinente destacar que, paralelamente à mineração, sempre houve o desenvolvimento de outras atividades (como a pecuária, as manufaturas e a lavoura). Mesmo durante o auge minerador, nem todos podiam se dedicar à extração do ouro. Para receber uma data de terra aurífera era preciso preencher algumas exigências como, por exemplo, possuir escravos e condições financeiras para sustentar as atividades. Os que não preenchiam tais requisitos tinham a oportunidade de chegar ao ouro por meio da comercialização dos produtos obtidos com as atividades agropastoris e com as manufaturas[4].

Apesar da existência prévia, essas atividades intensificaram-se com o declínio da mineração[5], quando a então Capitania de Minas Gerais diminuiu sua capacidade de importação. Paulatinamente, a população mineira satisfazia sua auto-suficiência com relação à produção de gêneros necessários à sobrevivência "ao mesmo tempo em que se rearticulavam internamente para fornecer produtos de subsistência para o mercado inter e intraprovincial"[6].

---

[3] FURTADO (1998); CANO (1983, p. 17); LUNA & CANO (1983, p. 26); ZEMELLA (1990).
[4] GUIMARÃES & REIS (1986, p. 20).
[5] Douglas Cole Libby propõe que se pense a noção de "flexibilidade das economias escravistas coloniais", desenvolvida por Celso Furtado, para compreender o processo de diversificação econômica ocorrido em Minas. Em conjunturas favoráveis à comercialização dos produtos coloniais para o exterior, a produção era ampliada até o ponto onde o permitisse a disponibilidade de terras e de mão-de-obra. Já em conjunturas desfavoráveis, havia a diminuição no ritmo de produção dos artigos coloniais com deslocamento do excesso de mão-de-obra para setores da produção de subsistência. Esse processo de retração daria possibilidade às unidades produtivas de sobreviverem às crises e de manterem intactas suas estruturas por longos períodos. O ritmo normal de funcionamento seria retomado logo que uma nova conjuntura favorável surgisse. Em Minas, essa retração foi provocada pelo esgotamento do ouro de fácil extração e não por uma conjuntura desfavorável à comercialização do metal. Nesse caso, não tendo a região outro produto exportável capaz de substituir o ouro, a retração momentânea transformar-se-ia, na ótica de Furtado, em "estagnação" e "decadência". Para Douglas Libby, o que houve em Minas foi um "processo gradual de adaptação e acomodação destas mesmas estruturas", uma "acomodação evolutiva" tornando a região um caso original de economia escravista não-exportadora (cf. LIBBY, 1989, p. 155).
[6] ALMEIDA (1995, p. 96).

Ao longo do processo de diversificação da economia, o trabalho escravo foi imprescindível e muito utilizado pela província mineira, que chegou a possuir, durante o século XIX, o maior número de mancípios do país. Nem mesmo o crescimento da cafeicultura no Sudeste brasileiro e o aumento dos preços decorrente do fim do tráfico na segunda metade do Oitocentos foram capazes de diminuir a concentração da mão-de-obra escrava em Minas. Nos anos 1980, surgiram algumas hipóteses tentando explicar as peculiaridades do dinamismo do sistema escravista mineiro. Roberto Borges Martins[7] defende a idéia de que o contingente escravo de Minas derivou de uma série de importações. Para tanto, a província tinha que comercializar um volume de produtos suficiente para permitir a grande importação de escravos. Segundo Martins, essa comercialização era local, o que ele chamou de "economia vicinal". Desta forma, não faltara a essa economia um componente mercantil, contudo, menor que o de outras regiões do país. Na verdade, o principal impulso para a aquisição de escravos vinha da grande disponibilidade de terras em Minas. Essa disponibilidade impedia a formação de um mercado de mão-de-obra livre, já que ninguém se submetia ao trabalho assalariado ou de parceria, quando podia ser proprietário.

Para Robert Slenes, Martins subestima em muito a importância do setor exportador de Minas e seu impacto na economia interna da província. Segundo Slenes,

> *"as atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro dinâmico – e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia – que explica o apego dos mineiros à escravidão."* [8]

O alto custo do transporte de mercadorias vindas do litoral funcionava como incentivo para os mineiros buscarem a auto-suficiência, permitindo uma substituição significativa de importações. A hipótese da disponibilidade das terras, sozinha, não explica a falta de uma mão-de-obra alternativa à do escravo; a tal hipótese devemos somar, na visão de Slenes, as possibilidades comerciais que existiam para esses senhores na produção de mantimentos.

Francisco Vidal Luna e Wilson Cano concordam com Martins na questão do pequeno grau de mercantilização da economia mineira, mas argumentam que esse fato não permitiu a importação maciça de escravos. Luna e Cano sugerem que o aumento da população cativa da província resultou, então, de um balanço positivo de nascimentos e

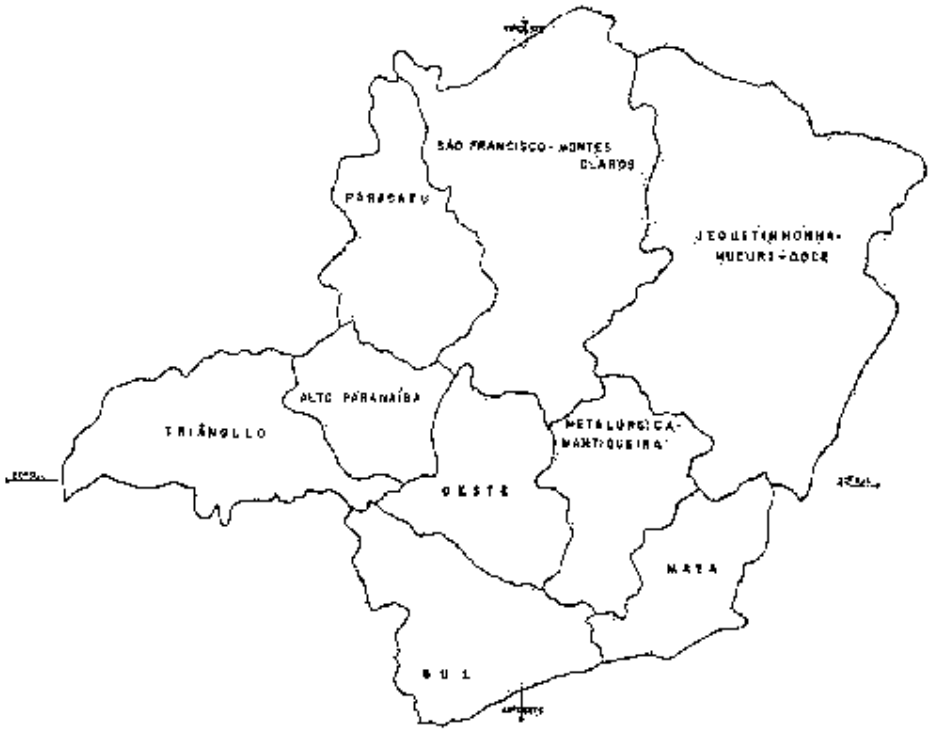
[7] MARTINS (1980, 1982 e 1983).
[8] SLENES (1988, p.453).

mortes. A diminuição da taxa de exploração determinada pela mudança das atividades econômicas de mineradoras para agrícolas possibilitou a reprodução endógena de cativos, sendo esta reprodução a base para a formação do grande contingente escravo na região. Recentemente, outros autores têm contemplado a possibilidade do crescimento vegetativo positivo dos escravos mineiros, ainda que não como fator exclusivo para a explicar o evolver da população cativa na província em tela[9]. Segundo esses estudiosos, no decurso do século XIX, e em especial após 1850, para diversas localidades e/ou regiões de Minas Gerais, indicadores como a origem dos escravos (africanos ou coloniais), a razão de sexo, a participação relativa das crianças cativas e a razão criança/mulher em idade fértil permitem inferir que a reprodução cativa conformou, com intensidade crescente, um importante elemento para o fato de Minas chegar ao término do regime escravista brasileiro com o maior plantel cativo do Império.

Como Mariana estava inserida nessa conjuntura? Era possuidora de muitos escravos? Não temos dados a respeito dessa localidade de forma isolada, mas, observando a região da qual Mariana fazia parte, a Metalúrgica-Mantiqueira (veja mapa 2 para a regionalização e mapa 3 para as principais cidades da província)[10], podemos ter uma idéia sobre a importância da escravidão para a antiga região de mineração. Baseando-se nas listas nominativas, Douglas Libbby estimou que a Metalúrgica-Mantiqueira ainda continha, nos anos 1850, 26,81% dos escravos da província[11]. Através do recenseamento de 1872, Martins calculou que 24,9% dos escravos da província estavam inseridos nessa região. Para os anos 1880, as informações contidas nos relatórios de província descrevem a participação dos escravos na região em 19,5% para o ano de 1880 e 17,3% para os anos de 1884 e 1886[12]. O declínio averiguado com o passar do tempo revela, ao menos em parte, as transferências de escravos da Metalúrgica-Mantiqueira para outras regiões, principalmente aquelas envolvidas com o café. Slenes suspeita que as transferências de escravos foram causadas pelo declínio da manufatura doméstica de têxteis, concentrada, em medida considerável, na Metalúrgica-Mantiqueira, e pela perda de mercados no Rio e em São Paulo para a Zona da Mata e outras regiões mineiras que faziam fronteira com essas províncias.[13]

[9] LIBBY (1988); PAIVA & KLEIN (1992); PAIVA &LIBBY (1995), PAIVA (1996).
[10]Esta regionalização foi desenvolvida por Martins em sua tese de doutorado. A divisão corresponde a características específicas de cada região mineira e foi obtida a partir de documentos oficiais da época ou dos escritos de viajantes estrangeiros que passaram por Minas no século XIX (MARTINS, 1980, p.200).
[11] LIBBY (1988, p. 47),
[12] MARTINS (1882, p. 31)
[13] SLENES (1988,p. 466).

Mapa 2: Minas Gerais - regionalização



Fonte: LIBBY (1998, p.32)

Mapa 3: Minas Gerais in 1882, aproximation of major rivers, cities, and towns

Esboçaremos, pois, com base na descrição e avaliação dos bens encontrados nos inventários *post-mortem,* o perfil econômico de Mariana e a importância do escravismo em seu desenvolvimento. Para atingir tal objetivo, levamos em conta apenas os inventários referentes aos anos pares de 1850 a 1888. Contabilizamos 319 inventários, entre os quais 227 arrolam cativos e 92 não possuem escravos. Lembremos sempre que não pretendemos proceder a uma análise minuciosa sobre a estrutura econômica marianense. Nosso interesse, tão-somente, é caracterizar em suas linhas gerais o pano de fundo da economia local, evidenciando a diversificação da economia e sua ligação com o mercado interno.

Os inventários acarretam algumas dificuldades, tendo em vista a análise proposta. Eles se referem apenas a uma parcela da população e, mesmo assim, em boa medida, viesada, já que, para indivíduos pouco ou nada afortunados, eram raras as confecções de inventários. A natureza do inventário é outra questão limitadora, pois eles não eram lavrados com a finalidade de registrar a produção e o escoamento da mesma.

Devemos lembrar que nossa análise corresponde a um lapso de tempo de quase meio século e, deste modo, questionamos a validade de somatórios e comparações de valores dispostos em termos nominais para o período 1850-1888. Como bem observa Renato Marcondes, "a existência de alguma variação crescente dos preços elevaria a riqueza dos inventariados ao final deste período"[14]. Para contornar o problema da variação de preços, faz-se necessário o uso de algum método de deflação. A respeito da escolha, Marcondes pede cautela, pois os métodos de conversão dos valores nominais em reais podem interferir na distribuição dos indivíduos por faixa de riqueza. Para justificar tal afirmação, o autor baseou-se na distribuição dos indivíduos por faixas ideais de riqueza em termos nominais, deflacionada pela taxa de câmbio (libra esterlina/mil-réis) e pelo índice de preços elaborado por Mircea Buescu. A comparação entre os dois deflatores apresenta certas diferenças, sendo o índice de Buescu o responsável pelas "maiores mudanças na parcela da riqueza das faixas, em favor das mais pobres, pois os mais ricos apresentaram freqüência maior no final do período contemplado. Quando utilizamos a libra, as transformações ocorreram com menor intensidade"[15]. Esse fato e o uso freqüente da taxa de câmbio como deflator da riqueza[16] por parte da nossa historiografia (o que nos permite maior facilidade de diálogo) foram

[14] MARCONDES (1998, p.306).
[15] MARCONDES (1998, p.307).
[16] FRAGOSO (1998); MARCONDES (1998); ALMEIDA (1994); SAMPAIO (1994).

decisivos para nossa escolha deste último deflator[17]. Assim, procuramos obter, no tempo, maior precisão dos valores e da distribuição da riqueza. No entanto, mesmo com esse cuidado, Marcondes adverte que

> "*esta decisão implica a aceitação de uma possibilidade de subestimação da inflação, especialmente após 1850 (...) A partir de 1850 a abolição do tráfico negreiro, as crises monetárias de 1857 e 1864 e a guerra do Paraguai (1865-1870) afetaram fortemente a taxa de inflação. Entre 1850 e 1879, o índice de Mircea Buescu apresentou uma taxa de 93%. Nesse período a taxa de câmbio desvalorizou-se 25%.*"[18]

[17] A conversão foi elaborada a partir da tabela de flutuações cambiais do real no século XIX disposta por Kátia Mattoso e baseada nas transações de uma casa comercial (cf. WESTPHALEN, BACH & KROHN *apud* MATTOSO, 1990, p.254).
[18] MARCONDES (1998, p.310).

Capítulo 1 - A economia de Mariana com base nos inventários e na historiografia

1.1 - A riqueza dos proprietários

Efetuando a soma dos bens contidos nos 319 inventários, podemos observar a distribuição da riqueza entre os proprietários de Mariana.

Tabela 1: Distribuição do monte mor total entre os inventariados de Mariana segundo as diferentes faixas de riqueza (1850-1888)

Faixa de tamanho de riqueza (£)	Inventariados % (*n*)	Soma total dos montes	%	Média por inventariado
Menos de 500	55,2 (176)	38.235,82	10,3	217,25
De 500 a 999	15,3 (49)	35.836,60	9,7	731,36
De 1000 a 1999	13,8 (44)	60.827,57	16,5	1382,44
De 2000 a 2999	7,8 (25)	61903,03	16,8	2.476,12
De 3000 a 5000	4,1 (13)	48.569,62	13,2	3.736,12
Mais de 5000	3,8 (12)	125.592,29	33,5	10.321,16
Total	**100 (319)**	**370.964,93**	**100**	**1157,45**

n = número absoluto.

Mais da metade dos inventariados possuía menos de £500 e concentrava somente 10,3% da riqueza total aferida na soma dos inventários (se levarmos em conta que os inventários não englobam aqueles que não possuíam riquezas para inventariar, podemos supor que a distribuição da riqueza entre a população fosse ainda mais concentrada). Do lado oposto, os 12 proprietários que possuíam mais de £5000 (representando apenas 3,8% dos inventariados) concentravam mais de um terço da riqueza. A média da fortuna acumulada por proprietários com mais de £5000 era quase o triplo da mantida por proprietários com £3000 a £4999 e 47 vezes maior que a dos com menos de £500. A enorme disparidade entre os mais pobres e os mais ricos também pode ser vista entre não-escravistas e escravistas: estes últimos concentravam a maior parte da riqueza (95%, segundo a Tabela 2, embora correspondessem a pouco menos de três quartos, ou 71,2%, dos inventariados).

Tabela 2: Distribuição da riqueza entre escravistas e não escravistas segundo as faixas de tamanho de riqueza – Mariana (1850-1888)

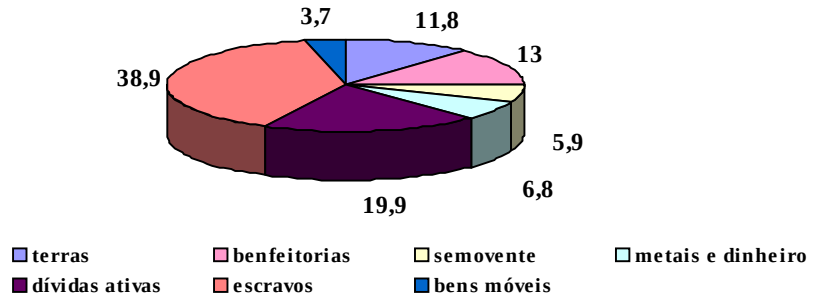
Faixa de tamanho de riqueza (£)	Não escravistas			Escravistas		
	Inventariados % (*n*)	Soma dos montes		Inventariados % (*n*)	Soma dos montes	
		Valor	%		Valor	%
Menos de 500	27,3 (87)	13.504,66	3,7	27,9 (89)	24.731,16	6,7
De 500 a 999	0,9 (3)	1908,82	0,5	14,4 (46)	33.927,78	9,2
De 1000 a 1999	0,6 (2)	3.030,95	0,8	13,2 (42)	57.796,62	15,6
De 2000 a 2999	-	-	-	7,8 (25)	61903,03	16,8
De 3000 a 5000	-	-	-	4,1 (13)	48.569,62	13,2
Mais de 5000	-	-	-	3,8 (12)	125.592,29	33,5
Total	**28,8 (92)**	**18.444,43**	**5,0**	**71,2 (227)**	**352.520,50**	**95,0**

Obs.: *n* = número absoluto.

Os não-escravistas detinham apenas 5% do total da riqueza, e, entre eles, apenas cinco possuíam mais de £500. Observando os indivíduos com e sem escravos, temos idéia da diferença da concentração. Embora o número de inventariados com menos de £500 seja praticamente o mesmo entre não-escravistas e escravistas (87 indivíduos representam o primeiro grupo e 89, o segundo), a soma absoluta dos montes praticamente dobra de um grupo para outro (£13.504,66 para os primeiros e £24.731,16 para os últimos). Havia, pois, uma subdivisão entre os possuidores de riquezas inferiores a £500, criando, dentro deste grupo, duas categorias: mais pobres, não-escravistas e os mais afortunados, escravistas.

Os itens que compuseram a riqueza dos proprietários foram: terras; benfeitorias (casas, engenhos, moinhos, senzalas, plantações etc.); bens móveis (trastes de casa, louças, roupas, ferramentas, carros de boi); semoventes (bovinos, suínos, eqüinos, muares, ovinos); metais (jóias ou peças em ouro, prata ou pedras preciosas) e dinheiro; e dívidas ativas (valores a receber referentes a empréstimos em dinheiro ou venda de bens e apólices da dívida pública).

Gráfico 1: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1850-1888)



Conforme o Gráfico 1, os escravos eram os bens mais representativos no total da riqueza, seguidos por dívidas ativas, benfeitorias e terras, respectivamente. Entre os menos representativos estavam os bens móveis, os semoventes e os metais e dinheiro.

Gráfico 2: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1850-1859)

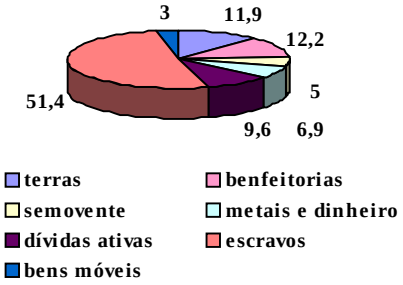


Gráfico 3: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1860-1869)

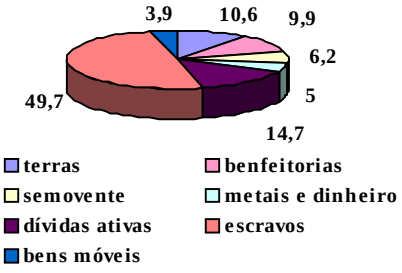


Gráfico 4: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1870-1879)

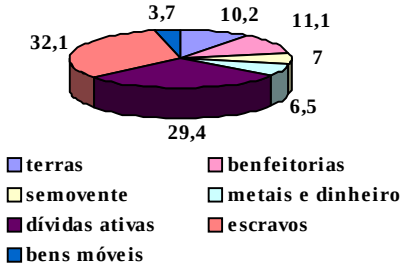
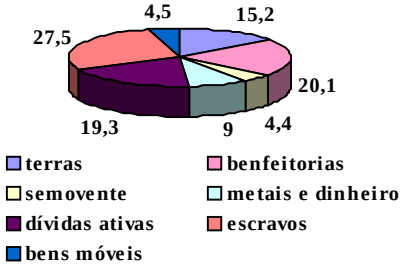


Gráfico 5: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana (1880-1888)



A distribuição da composição da riqueza por décadas revela que os escravos sempre ocuparam a maior parte do monte mor total, entretanto sua participação declinava com o passar do tempo. Em 1850, os escravos representavam mais da metade do valor da riqueza acumulada em bens (51,4%), na década seguinte, a participação caiu pouco, passando a representar 49,7%. Nas duas últimas décadas da análise, a queda foi maior, atingindo as porcentagens de 32,1% no decênio de 1870 e 27,5% nos anos 1880. A queda da participação de escravos foi compensada pelo aumento das dívidas ativas: na década de 1850, eram apenas 9,6% do total da riqueza, chegando a 14,7% na década seguinte e 29,4% nos anos 1870. Já para os 1880, as dívidas ativas representaram menos: 19,3% da riqueza total. As benfeitorias variaram pouco quanto à participação da riqueza durante as três primeiras décadas (12,2%, 9,9% e 11,1%, respectivamente). Já para os últimos anos analisados, elas tiveram sua participação aumentada para 20,1% da riqueza. Assim como as benfeitorias, o ativo terra também não sofreu grande variação nas três primeiras décadas, ocupando 11,9%, 10,6% e 10,2% dos totais da riqueza respectivamente; sua participação cresceu nos anos 1880 (15,2%). Os demais ativos – móveis, semoventes e metais e dinheiro – apareceram sempre em participações menores que as citadas acima e nenhum deles chegou a atingir a porcentagem de 10% da riqueza total. A variação entre participações máxima e mínima desses bens ao longo do período estudado foi pequena: entre os bens móveis, ela foi de 1,5 ponto percentual; para os semoventes, 2,6 pontos percentuais; e, para os metais e dinheiro, 2,1 pontos percentuais.[19]

[19] A distribuição das variações de cada um dos ativos ao longo do tempo e por faixas de fortuna permitir-nos-ia uma dissecação mais completa das posses dos bens dos inventariados marianenses. No entanto, essa decomposição não constitui procedimento adequado, pois, para cada ativo, restringiríamos por década e faixa de tamanho de fortuna o universo sobre o qual calcularíamos sua participação, o que, no mais das vezes, levar-nos-ia a amostragens extremamente reduzidas e que podem ser responsáveis por valores que nem sempre correspondem a uma realidade geral, senão a uma exceção. Alguns exemplos: na década de 1880, apenas três inventários com riquezas entre £500 e £999 possuíam dívidas ativas; na década de 1860, apenas quatro inventários com riquezas entre £2000 e £2999 possuíam terras; apenas seis inventários com riquezas entre £1000 e £1999 têm animais descritos em seus bens em toda a década de 1860. Esses exemplos (longe de serem os únicos) foram todos retirados de fortunas com menos de £3000; para fortunas acima desse valor, a divisão por décadas tornaria ainda mais distorcida qualquer análise, já que a amostra total dos inventários é baixa (13 indivíduos possuidores de £3000 a £5000 e 12 com fortuna estimada em mais de £5000).

Tabela 3: Composição da riqueza segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixas de tamanho de fortunas	Bens							
	Terras	Benfeitorias	Semovente	Metais e dinheiro	Dívidas ativas	Escravos	Bens móveis	Total
Menos de £500	12,8%	21,7%	10,4%	5,5%	6,8%	37,4%	5,4%	38.235,82 100%
De £500 a £999	11,1%	12,7%	5,3%	3,4%	7,8%	55,3%	4,4%	35.836,60 100%
De £1000 a £1999	13,8%	13,5%	6,0%	7,5%	8,1%	48,1%	3,0%	60.827,57 100%
De £2000 a £2999	13,9%	17,8%	4,6%	2,3%	19,5%	37,8%	4,1%	61903,03 100%
De £3000 a £5000	16,9%	12,2%	3,3%	9,3%	18,5%	36,7%	3,1%	48.569,62 100%
Mais de £5000	7,6%	8,1%	6,2%	9,2%	33,8%	31,6%	3,5%	125.592,29 100%
Total	11,8% (43.671,88)	13% (48.226,38)	5,9% (21742,57)	6,8% (25.307,35)	19,9% (73.788,53)	38,9% (144.362,76)	3,7% (13.865,46)	100% (370.964,93)

Pela Tabela 3, notamos que, com exceção dos inventariados com mais de £5000, em todas as demais faixas de tamanho de fortunas, os escravos sempre foram os bens com maior representação e, mesmo para os com mais de £5000, eles representavam boa parte (31,6%) do total da riqueza desta faixa. Antônio Carlos Sampaio, analisando Magé, região também dedicada ao mercado interno, argumenta que o investimento em escravos e em bens de raiz

> "*estava ligado mais diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura brasileira nesse período* [a segunda metade do Oitocentos], *os investimentos em terras e escravos apareciam sempre como os mais importantes em participação nas fortunas agrárias.*"[20]

A agregar as somas aplicadas em terras às investidas em benfeitorias, chegamos à mesma conclusão que Sampaio.

Tabela 4: Participação dos bens de raiz (terras e benfeitorias) e dos escravos na formação das fortunas – Mariana (1850-1888) - %

Faixas de tamanho das fortunas (£)	Bens de raiz	Escravos	Participação no total do monte
Menos de 500	34,5	37,4	71,9
De 500 a 999	23,8	55,3	79,1
De 1000 a 1999	27,3	48,1	75,4
De 2000 a 2999	31,7	37,8	69,5
De 3000 a 5000	29,1	36,7	65,8
Mais de 5000	15,7	31,6	47,3

[20] SAMPAIO (1994, p. 72).

Como se nota na Tabela 4, a menor participação de bens de raiz conjugados aos escravos ocorreu entre os inventariados mais ricos, com riqueza maior que £5000. Entre estes, a maior concentração era relativa às dívidas ativas. Observamos uma nítida distinção entre as três primeiras faixas de fortuna (aqueles que possuíam até £1999) e as três últimas (que possuíam £2000 ou mais): para as primeiras, a porcentagem não chegava a 10% e, nas faixas subseqüentes, o índice beirava os 20% (chegando a 33,8% para os que possuíam mais de £5000).

Os demais bens ocupam uma pequena parcela do total da riqueza amostrada. Falamos dos semoventes, dos metais e dinheiro e dos bens móveis: as participações destes três ativos, quando agrupadas, representaram apenas 16,4% do total da riqueza. Com relação aos semoventes (5,9%) e aos bens móveis (3,7%), a ínfima participação deve-se aos preços reduzidos aplicados a esses bens. Quanto aos metais e ao dinheiro, a justificativa é oposta, ou seja, o alto valor das obras de prataria e ourivesaria e a dificuldade de acumulação de algum dinheiro não permitiam grande concentração desses ativos.

Distribuindo os bens pelas faixas de riquezas, podemos ter idéia do grau de concentração em cada ativo. Começando pelos escravos, analisaremos um a um os itens que compõem as riquezas dos proprietários marianenses.

Tabela 5: Distribuição dos escravos segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixa de tamanho das fortunas (£)	Número de escravos *n* (%)	Número de proprietários de escravos *n* (%)	Média por proprietário
Menos de 500	246 (10,7)	89 (39,2)	2,76
De 500 a 999	302 (13,1)	46 (20,3)	6,56
De 1000 a 1999	450 (19,5)	42 (18,5)	10,71
De 2000 a 2999	491 (21,3)	25 (11,0)	19,64
De 3000 a 5000	274 (11,9)	13 (5,7)	21,08
Mais de 5000	543 (23,5)	12 (5,3)	45,25
Total	**2306 (100)**	**227 (100)**	**10,16**

n = número absoluto.

Examinando a distribuição do número de escravos pelas faixas de riquezas

(Tabela 5), percebemos, com exceção da faixa de £3000 a £5000, o número de escravos crescer à medida que se avulta a faixa de riqueza, chegando a última faixa a possuir mais que o dobro que a primeira. Na média por proprietário, há grande concentração na faixa mais rica: enquanto os 246 escravos (10,7% do total) pertencentes aos proprietários com menos de £500 foram divididos por 89 inventariados (39,2% do total), os 543 escravos dos donos de fortunas superiores a £5000 foram divididos por apenas 12 escravistas. O índice de Gini[21] (Tabela 6) relativo à concentração de escravos para o período 1850-1888 é de 0,579. Tal índice, calculado por décadas, apresenta valores bastante próximos do total, o que, a princípio, nos faz pensar que os abalos sofridos pelo escravismo brasileiro a partir de 1850 – iniciados com o fim da entrada de africanos – e o desenvolvimento da cafeicultura no Sudeste não afetaram de maneira estrutural a distribuição dos escravos. Entretanto, ampliando o cálculo do índice de Gini com a inclusão dos inventariados não escravistas (Tabela 7), notamos, através das décadas, o crescimento da concentração da posse cativa, chegando à década de 1880 com o maior índice calculado em nossa pesquisa (0,775). Nesses últimos anos do escravismo, parece-nos que a utilização da mão-de-obra cativa, talvez pela iminência da abolição, tornara-se dificultada para boa parte dos indivíduos amostrados. Considerando a fonte utilizada, nossos números são subestimados e servem apenas como indícios de uma realidade que, provavelmente, era ainda mais severa: a abertura de inventários *post-mortem* não era praxe para aqueles cujo poder aquisitivo era baixo ou nulo, sendo recurso utilizado apenas por uma fração populacional.

Tabela 6: Índice de Gini para a concentração de escravos – Mariana (1850-1888)

Período	Número de escravistas	Número de escravos	Índice de Gini
1850-1859	76	746	0,564
1860-1869	48	519	0,612
1870-1879	65	603	0,558
1880-1888	38	438	0,581
Total	**227**	**2.306**	**0,579**

[21] "O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico, largamente utilizado para medir concentração de renda ou riqueza. Constitui, na verdade, a relação entre áreas de um quadrado, construído de forma a representar, num dos eixos (o horizonte), a população segmentada em percentis e no outro (o vertical), a riqueza ou renda (também dividida em percentis) da coletividade estudada. (...) Dessa forma, quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor de índice

Tabela 7: Índice de Gini ampliado[22] para a concentração de escravos – Mariana (1850-1888)

Período	Número de proprietários	Número de escravos	Índice de Gini
1850-1859	97	746	0,658
1860-1869	69	519	0,730
1870-1879	82	603	0,649
1880-1888	71	438	0,775
Total	**319**	**2.306**	**0,701**

A Tabela 8 demonstra a diminuição da participação dos escravos na formação do monte mor com o passar da segunda metade do século XIX. Certamente, tal ocorrência se derivou do abalo decorrente das transformações da época. Para maior minúcia no tratamento desta questão, seria necessário o cálculo das migrações e alforrias ocorridas no período.

Tabela 8: Participação dos valores dos escravos no monte mor total – Mariana (1850-1888)

Período	Monte mor total (£)	Total dos valores dos escravos (£)	Participação dos escravos no monte total (%)
1850-1859	70.163,20	36.051,07	51,4
1860-1869	88.737,23	44.078,25	49,7
1870-1879	128.797,85	41363,77	32,1
1880-1888	83.266,65	22.869,67	27,5
Total	**370.964,93**	**144.362,76**	**38,9**

Quanto às dívidas ativas, consistiam, em sua grande maioria, em empréstimos em dinheiro e vendas, embora a maioria dos inventários não esclarecesse sua natureza. Naqueles onde há descrições dos motivos das dívidas, predominavam os empréstimos em dinheiro.

(zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade" (LUNA, 1981, p.121).

[22] O cálculo do índice de Gini ampliado leva em consideração os inventariados não-escravistas.

Tabela 9: Distribuição das dívidas ativas por inventariados segundo as diferentes faixas das fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixas de tamanho das fortunas (£)	Dívidas ativas		Número de inventariados com dívidas	Média por proprietário
	Valor total (£)	%		
Menos de 500	2603,33	3,5	53	49,12
De 500 a 999	2799,69	3,8	23	121,73
De 1000 a 1999	4923,51	6,7	27	182,35
De 2000 a 2999	12056,55	16,3	17	709,21
De 3000 a 5000	8989,46	12,2	12	749,12
Mais de 5000	42415,99	57,5	10	4.241,60
Total	**73788,53**	**100**	**142**	**519,64**

Observando a Tabela 9, notamos que os inventariados com mais de £5000 detinham nada menos do que 57,5% do total das dívidas a receber. Aqueles que possuíam fortunas entre £2000 e £4999 acumulavam 28,5% das dívidas ativas e os inventariados com fortuna inferior a £2000 concentravam 14,0% (mais da metade desta porcentagem cabia aos com menos de £1000). Quanto mais recursos financeiros possuíam os proprietários, maiores eram as médias de dívidas a receber. O interesse pelo fornecimento de créditos para terceiros dos grandes proprietários revela que tal investimento devia ser bastante lucrativo.

Os credores podiam ser comerciantes[23], como era o caso de Maria Leopoldina[24], viúva, residente na sede de Mariana, inventariada como proprietária de uma loja de tecidos e possuidora de um escravo, £84 em animais e £1533 em dívidas a receber; ou mesmo fazendeiros, como, por exemplo, a inventariada Ana Clara Linhares[25] descrita como possuidora, entre outros bens, de £294,65 em animais, £1486,33 em alqueires[26] de terra, 54 escravos e £1365,89 em dívidas ativas; ou ainda pertencer a outras atividades. Francisco José das Neves[27], morador de Camargos, foi inventariado como possuidor de 13 escravos, uma fábrica de ferro e quatrocentos alqueires de terras entre matos,

[23] Hebe Maria Mattos chama atenção para o fato de que "o nível quase nulo de monetarização da realidade estudada [Capivary] fazia com que a sua reserva monetária viesse da comercialização da produção agrícola que recebiam em pagamento das mercadorias negociadas, produção agrícola esta que grande parte financiavam. As listas de conta corrente, encontradas em profusão nos pequenos inventários analisados, mostram significamente este papel de intermediação da produção de subsistência local com os mercados regionais de produtos agrícolas que as vendas realizavam" (MATTOS 1987, p.110).
[24] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 60, auto 1314.
[25] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 32, auto 766.
[26] Alqueire: medida agrária correspondente, em MG, RJ e GO, a 4,84 hectares.
[27] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 140, auto 2924.

capoeiras[28] e campos na freguesia de Camargos, £963,72 guardados na caderneta da Caixa Econômica de Ouro Preto e £895,83 em dívidas ativas. A localização desta propriedade na freguesia de Camargos nos faz pensar que, embora os quatrocentos alqueires de terra, a principal atividade do senhor Francisco José era a transformação do ferro. Isto porque Camargos era conhecida pelas suas terras ricas em minérios e pobres para o cultivo agrícola. Assim sendo, as dívidas podiam ter origem na comercialização dos produtos da fábrica de ferro, fato que nos é sugerido pelo acúmulo de dinheiro guardado na Caixa Econômica. Noutras vezes, a concessão de créditos parece ser a atividade principal. Este é o caso do Alferes Domingos Roberto de Freitas[29] possuidor de um monte de £21203,27, sendo que nada menos que £13230,23, ou seja, 62,4% do monte total eram formados por dívidas ativas.

A origem dos recursos que possibilitavam a concentração de altas somas de dívidas ativas pode ser esclarecida em duas hipóteses: acumulação de capital ou endividamento. A somatória das dívidas passivas dos dez maiores credores de nossa análise chegou a £3732,34, quantia muito inferior à soma das dívidas ativas, que, para os maiores credores, foi calculada em £42415,99 – correspondente a nada menos que onze vezes o valor das dívidas passivas. Tal resultado é surpreendente e questiona as conclusões de João Fragoso e Manolo Florentino, que sugerem o endividamento em cadeia como suporte do funcionamento do mercado brasileiro do passado[30]. Segundo os autores, o endividamento era um padrão geral que envolvia desde os mais humildes proprietários até aqueles pertencentes ao topo da hierarquia social e econômica. Certamente, para os inventariados com fortuna inferior a £5000, as dívidas passivas eram maiores, chegando a ultrapassar o montante calculado para as dívidas ativas[31]. Foi o que constatou Renato Marcondes para Lorena do período 1830-1879. Entre as fortunas inferiores a £500, as dívidas ativas atingiram 4% do total da riqueza, enquanto as dívidas passivas chegaram a 21,2%. Para os possuidores de fortuna na faixa de £500 a £1999, a porcentagem das dívidas ativas representou 9,5% da riqueza total, enquanto

[28] "A mata da chamada capoeira (e capoeirão) resultava do corte e da queimada de uma floresta virgem, após algumas plantações consecutivas. Suas árvores demonstravam uma fragilidade que a mata original não possuía e as espécies de plantas que cresciam, muitas vezes, eram outras. Obviamente isto se refletia no solo florestal, cuja diminuição da reposição orgânica carreada pela vegetação um tanto degradada da capoeira redundava em uma menor fertilidade natural do que a das matas virgens" (ANDRADE, 1994, p. 24-25).
[29] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 103, auto 2151.
[30] FRAGOSO &FLORENTINO (1993, p. 90).
[31] Essa análise será feita em outra ocasião, pois, no momento, calculamos as dívidas passivas somente para os inventariados que tinham fortunas superiores a £5000 e detinham dívidas ativas.

as passivas foram estimadas em 16,0%. Já nas fortunas superiores a £1999, deu-se o inverso: as dívidas ativas compuseram 72,4% da riqueza total e as passivas apenas 2,6%[32]. Esses dados permitiram a Marcondes concluir que a rede de financiamento para a cidade de Lorena no século XIX acontecia da seguinte forma:

> *"De um lado, a população como todo tomava, inclusive alguns escravos, pequenos empréstimos dos comerciantes locais para a compra dos seus produtos, contas de livro ou rol. Por outro lado, os negociantes de grosso trato da cidade do Rio de Janeiro detinham, em geral, dívidas ativas com os comerciantes locais, principalmente lojistas de fazendas secas, em função do comércio atacadista, à exceção da elite mercantil da região"*[33].

Para Mariana, embora não tenhamos condições de provar, parece-nos que a acumulação de capital foi o principal meio dos proprietários mais ricos participarem do fornecimento de crédito.

A maioria dos créditos concedidos era de valores bastante pequenos. A vantagem decorrente deste tipo de atividade era o volume dos créditos. Vejamos o exemplo da falecida Francisca Maria da Silva, inventariada no ano de 1872 e descrita como possuidora de um montante de £4050,00 em dívidas ativas, que foi acumulado pelo fornecimento de crédito a 171 pessoas. Dividindo o valor total das dívidas passivas pelo total de devedores, obtemos a média de £23,68 por pessoa.

Apenas 11,8% (Gráfico 1) do monte mor total eram representados por terras. Voltando aos Gráficos 2, 3, 4 e 5, vemos que esse ativo sempre variou entre 10% e 11%, sendo que, somente no período 1880-1888, houve um aumento pouco expressivo de sua participação, alcançando a porcentagem de 15,2%. Para justificar esse aumento, podemos falar de duas hipóteses: valorização do preço do alqueire ou expansão territorial. Conforme mostraremos na Tabela 14, é cabível a primeira hipótese, embora não possamos saber se existia em conjunto com a segunda.

[32] MARCONDES (1998, p.172)
[33] MARCONDES (1998, p.226).

Tabela 10: Distribuição das terras por proprietários segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixas de tamanho de fortunas (£)	Soma das terras		Número de proprietários de terras	Média por proprietário
	Valor total	%		
Menos de 500	4894,86	11,2	96	50,99
De 500 a 999	3967,95	9,1	36	110,22
De 1000 a 1999	8427,20	19,3	39	216,08
De 2000 a 2999	8598,68	19,7	23	373,86
De 3000 a 5000	8185,97	18,7	12	682,16
Mais de 5000	9597,22	22,0	11	872,47
Total	**43671,88**	**100**	**217**	**201,25**

A Tabela 10 mostra que a média de terras por proprietários cresce de maneira constante através das faixas de fortunas. Apesar disso, a concentração deste bem não é tão desigual quanto a de outros ativos já analisados.

As terras que compunham as propriedades marianenses não eram, muitas vezes, extensões contínuas, mas porções de terras que se incorporavam à propriedade principal por compra, herança ou doação. Como exemplo, temos as terras do inventariado Manuel Dias da Costa[34], descrito como possuidor de 92 alqueires de terras nos lugares denominados Moinho D'água e Engenho, 24 alqueires em Jaboticabas, 16 alqueires na Chácara, 24 alqueires em Santo Antônio e 84 alqueires na fazenda São Tomé. Existiam também aqueles que não possuíam terra alguma, o que não quer dizer que não tivessem acesso a ela. A presença de instrumentos agrícolas sugere que, possivelmente, plantavam "de favor" em terra alheia. Este deve ser o caso de Daniel Justiniano Gomes[35] que, além de ferramentas para agricultura, possuía oito vacas, quatro crias e quatro novilhos. Sem dúvida, ele necessitaria de um sistema de arrendamento de terra para criar seu pequeno rebanho. O mesmo devia acontecer a Antônio Brás Mondim[36], que, sem possuir terras, teve inventariada uma roça com 25 alqueires de milho, além de 16 cabeças de bovinos.

Tabela 11: Extensão das propriedades agrícolas em alqueires – Mariana (1850-1888)

Com mais de 500	Entre 101 e 500	Entre 51 e 100	Entre 10 e 50	Com menos de 10	Sem terras	Sem informação	Total
5	59	40	76	35	102	2	319
(1,6%)	(18,5%)	(12,5%)	(23,8%)	(11,0%)	(32%)	(0,6%)	(100%)

[34] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 497, auto 11054.
[35] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 98, auto 2057.
[36] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 13, auto 422.

A maioria dos inventários não trazia consigo descrições de propriedades com grandes extensões de terras. Pela Tabela 11, grande parte não foi descrita como possuidora de terras (32%). Entre os detentores deste bem, eram mais freqüentes aqueles que tinham entre dez e cinqüenta alqueires (23,8%). Os que possuíam entre 101 e quinhentos alqueires também estão bem representados (18,5%). Entretanto, apenas cinco inventariados eram donos de mais de quinhentos alqueires.

Tabela 12: Preço médio do alqueire de terra por freguesia – Mariana (1850-1888)

Freguesia	Preço médio do alqueire (£)			
	1850-1859	1860-1869	1871-1879	1880-1888
Paulo Moreira	1836,28	1944,05	3.144,17	3.407,11
Furquim	1712,50	1942,95	2.233,07	3.274,04
Saúde	1620,71	2.308,37	2.539,42	3.095,38
Barra Longa	2.468,85	2.590,77	2.814,03	3.027,56
Cachoeira do Brumado	1616,14	2.168,32	2.428,56	2.813,60
Sé	796,43	1443,35	731,63	1807,38
Camargos	1027,50	995,42	-	1333,33
São Caetano	2.010,25	2.202,76	2.014,31	1963,64
Infeccionado	1940,83	1020,30	1668,25	888,89
Sumidouro	1141,67	995,42	886,67	818,89

A Tabela 12 nos permite acompanhar a variação dos preços do alqueire de terra por freguesia. Como podemos observar, as cinco primeiras freguesias tinham em comum o fato de serem todas áreas envolvidas com a produção agropecuária. Estas freguesias tiveram o preço do alqueire de suas terras em constante elevação através das décadas analisadas. Seguindo a disposição da tabela encontramos a freguesia da Sé, sede do município e, portanto, eminentemente uma localidade urbana. Graças a esta característica, encontramos poucos inventários com descrição de terras localizadas nesta freguesia. A grande oscilação dos preços das terras pode ser explicada pela baixa amostragem. As quatro freguesias restantes, Camargos, São Caetano, Inficcionado e Sumidouro, correspondem às com menor preço por alqueire. Trata-se das antigas zonas de mineração da região. Excetuando-se Camargos – que desenvolveu de forma ampla a transformação do ferro, possivelmente devido à concentração do minério em seu solo –, todas as outras três zonas mineratórias tiveram seus preços de terra em decadência. Tal comportamento dos preços coaduna-se com a posição de estudiosos do assunto, como o suiço Johann Jakob von Tschudi, engenheiro que visitou a província na segunda década do Oitocentos e que, analisando o solo mineiro, concluiu: “os depósitos de ouro da

província de Minas se encontram principalmente no itacolomito e em rochas xistosas cristalinas"[37]. A vegetação destas áreas

> *"é, no entanto, extremamente pobre e peculiar, e onde se dominam essas rochas, não se pode obter sequer o mais mesquinho lucro da agricultura e da pecuária. Antigamente, a ocorrência de ouro nessas rochas, sem dúvida compensava de alguma forma a pobreza da vegetação, e assim nasceram cidades, povoados e arraiais cuja existência era garantida pela mineração"*[38].

Mas a decadência do ouro e a inadequação destas terras para a obtenção de alimentos fizeram com que seu preço fosse reduzido. Ainda na segunda metade do Oitocentos, essas três freguesias tiveram a mineração (provavelmente do ferro) descrita como atividade econômica[39].

As freguesias cujos preços do alqueire são superiores correspondem a regiões aptas para a produção agropecuária. Francisco Eduardo de Andrade, estudando as atividades econômicas da freguesia de Furquim na primeira metade do século XIX, chegou à conclusão de que esta freguesia abrigava solos agricultáveis de matas e capoeiras:

> *"continha largos trechos de terras transformadas em campos artificiais, cuja utilização como pastos para gado era perfeitamente possível. Esta [região] (...) era menos elevada do que a área em torno de Vila Rica/Mariana, ocasionando uma tropicalidade mais acentuada, que juntamente com a alta pluviosidade ambiental, era favorável a determinados plantios, como o da cana-de-açúcar. Os terrenos acidentados e os inúmeros cursos de água que neles corriam favoreciam instalações como moinhos e engenhos movidos por força hidráulica"*[40].

As benfeitorias, por seu turno, acarretavam a elevação do valor da propriedade. Conforme vimos anteriormente, pelo Gráfico 1, elas perfaziam 13% do total do monte mor, enquanto a terra em si perfazia 11,8%. Lembrando mais uma vez os Gráficos 2, 3, 4 e 5, vemos que, assim como a terra, as benfeitorias se mantiveram quase sem alteração nas porcentagens de participação na riqueza durante as três primeiras décadas para depois aumentar sua participação nos anos 1880.

---

[37] HALFELD & TSCHUDI (1998, p. 86). A citada edição da obra dos viajantes é comentada, em suas notas de rodapé, pelo professor Roberto Borges Martins.
[38] HALFELD & TSCHUDI (1998, p.93).
[39] HALFELD & TSCHUDI (1998, p.142-143).
[40] ANDRADE (1994, p. 50).

Tabela 13: Distribuição das benfeitorias por proprietários segundo as diferentes faixas das fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixa de tamanho das fortunas (£)	Soma das benfeitorias		Número de proprietários de benfeitorias	Média por proprietário
	Valor (£)	%		
Menos de 500	8.301,58	17,2	155	53,56
De 500 a 999	4.539,32	9,4	45	100,87
De 1000 a 1999	8.215,97	17,0	44	186,73
De 2000 a 2999	11032,88	22,9	25	441,32
De 3000 a 5000	5.943,75	12,3	12	495,31
Mais de 5000	10.192,88	21,1	11	926,62
Total	**48.226,38**	**100**	**292**	**165,16**

Considerando a divisão das benfeitorias pelas diferentes faixas de riqueza (Tabela 13), assim como na distribuição das terras, não nos é revelada uma grande concentração, em comparação a outros ativos. A mais importante questão a ser apontada neste caso é a média por proprietário, que, mais uma vez, demonstra o desequilíbrio econômico entre os proprietários marianenses: o número de proprietários com menos de £500 era mais de 14 vezes superior ao número de inventariados com mais de £5000, enquanto a média de riqueza acumulada em benfeitorias destes era mais que 17 vezes maior que a daqueles, revelando uma proporcionalidade inversa. Além da grande desigualdade entre os extremos da tabela, podemos notar que, de faixa a faixa, a média cresce de maneira constante no sentido dos mais ricos.

Regra geral, uma propriedade de maior porte constituía-se de uma extensão considerável de terras cultiváveis. Havia, normalmente, uma casa assoalhada (às vezes assobradada e coberta de telha), uma senzala, instrumental ligado à produção de aguardente e/ou rapadura e açúcar (engenhos, aguilhões, alambiques, tachas de cobre, formas de açúcar etc.), um paiol, um moinho, um monjolo, um chiqueiro para engordar porcos, um curral, uma horta, um pomar. A propriedade podia ter ainda um rancho para abrigar a tropa ou uma tenda de ferreiro para a fabricação artesanal de ferraduras para animais de tropas e instrumentos agrícolas.

Já um sítio ou uma "sorte" de terras com roça não possuía benfeitorias que exigissem um investimento maior de trabalho e capital, como um engenho, por exemplo. Nele, existiam a casa do detentor da unidade agrícola, um moinho para obtenção do fubá, um monjolo para a produção de farinha de milho etc. Às vezes, a propriedade e o uso do moinho serviam a mais de um roceiro.

Tabela 14: Distribuição de metais e dinheiro segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixas de tamanho de fortunas (£)	Soma dos metais e dinheiro		Número de proprietários dos metais e dinheiro	Média por proprietário
	Valor (£)	%		
Menos de 500	2099,30	8,3	74	28,37
De 500 a 999	1220,71	4,8	28	43,60
De 1000 a 1999	4559,41	18,1	28	162,84
De 2000 a 2999	1401,60	5,5	16	87,60
De 3000 a 5000	4532,34	17,9	13	348,64
Mais de 5000	11493,99	45,4	8	1436,75
Total	25307,35	100	167	151,54

Apenas 6,8% do monte mor total eram compostos por metais e dinheiro (Gráfico 1) e 167 inventários (em um total de 319) descreveram algum tipo de bem em prata, ouro ou moeda. Embora mais da metade dos inventários possuísse alguma descrição de metais e/ou dinheiro, não significa que a economia marianense possibilitava, à maioria dos indivíduos, extravagâncias como talheres de prata, jóias em ouro ou poupança em dinheiro. O acúmulo desses bens se reduzia a algumas poucas peças/quantias para a grande maioria dos inventariados, como demonstra as médias por proprietários. A Tabela 14 revela que, nas fortunas com menos de £3000, estes ativos pouco representavam das riquezas particulares; estavam mais ligados, nestes casos, a objetos religiosos (rosários e crucifixos, principalmente) e memórias, prováveis produtos, portanto, de heranças. As fortunas superiores detinham quase dois terços do volume de metais e dinheiro encontrado em nossa amostragem.

Os semoventes representavam 5,9% do monte total. Esta pequena porcentagem devia-se ao fato de os animais terem baixo valor de mercado, dado o grande desenvolvimento de criações na região.

Tabela 15: Distribuição dos animais segundo as diferentes faixas das fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixas de tamanho de fortunas (£)	Soma do valor dos animais		Número de proprietários de animais	Média por proprietário
	Valor (£)	%		
Menos de 500	3971,87	18,3	102	38,93
De 500 a 999	1911,17	8,8	33	57,91
De 1000 a 1999	3637,09	16,7	34	106,97
De 2000 a 2999	2877,08	13,2	24	119,88
De 3000 a 5000	1596,58	7,3	13	122,81
Mais de 5000	7748,78	35,6	12	645,73
Total	**21742,57**	**100**	**218**	**99,73**

A média por proprietário (Tabela 15) permite-nos averiguar que aqueles com menos de £1000 participavam muito pouco da distribuição desses bens, apesar de quase 30% do valor total investido em animais. Os proprietários com riqueza calculada entre £1000 e £5000 possuíam uma média parecida e concentravam 37,2% do investimento em animais. Essa porcentagem é pouco superior a dos com mais de £5000, que, sozinhos, concentravam 35,6% do valor total dos animais. O montante médio investido em animais para os proprietários desta última faixa é mais de cinco vezes superior ao da faixa antecedente.

Os bens móveis ocupam a menor parcela do monte mor total entre os inventariados de Mariana: apenas 3,7% (Gráfico 1). Estão relacionados neste grupo: os carros de bois, os instrumentos de trabalho, móveis, utensílios domésticos, imagens, roupas, armas, instrumentos musicais, livros etc.

Tabela 16: Distribuição dos bens móveis segundo as diferentes faixas de fortunas – Mariana (1850-1888)

Faixas de tamanho de fortunas (£)	Soma do valor dos bens móveis		Número de proprietários dos bens móveis	Média por proprietário
	Valor (£)	%		
Menos de 500	2047,09	14,8	148	13,83
De 500 a 999	1567,30	11,3	43	36,45
De 1000 a 1999	1801,70	13,0	37	48,69
De 2000 a 2999	2517,63	18,1	24	104,90
De 3000 a 5000	1483,81	10,7	12	123,65
Mais de 5000	4447,93	32,1	12	370,66
Total	**13865,46**	**100**	**276**	**50,24**

Os bens móveis são os que constam no maior número de inventários (276). Mas isto não quer dizer que a concentração fosse menor: a média por proprietário revela que, à medida que cresce o montante da fortuna, aumenta também a presença dos bens móveis. Isto significa que a parte da riqueza definida como bens móveis era sempre proporcional ao volume de bens total, ou seja, quando havia uma quantidade maior de bens imóveis, semoventes e escravos, o conforto no interior das casas e a quantidade de ferramentas destinadas à produção também cresciam. Aqueles com fortuna calculada em até £1999 concentravam 39,1% do total destes bens, enquanto os mantenedores de riquezas com mais de £2.000 detinham 60,9%. A diferença é demonstrada não apenas na quantidade, mas também na qualidade dos bens móveis arrolados. Entre os mais ricos, os objetos mais refinados se destacam e, entre os menos abastados, os objetos eram, em geral, muito simples e rústicos.

Em suma, tentamos demonstrar algo da imensa disparidade de riquezas entre os proprietários marianenses. Como foi observado, a maioria dos inventariados foi descrita como possuidora de um montante inferior a £500 e apenas 3,8% dos inventariados concentravam 33,5% do monte total.

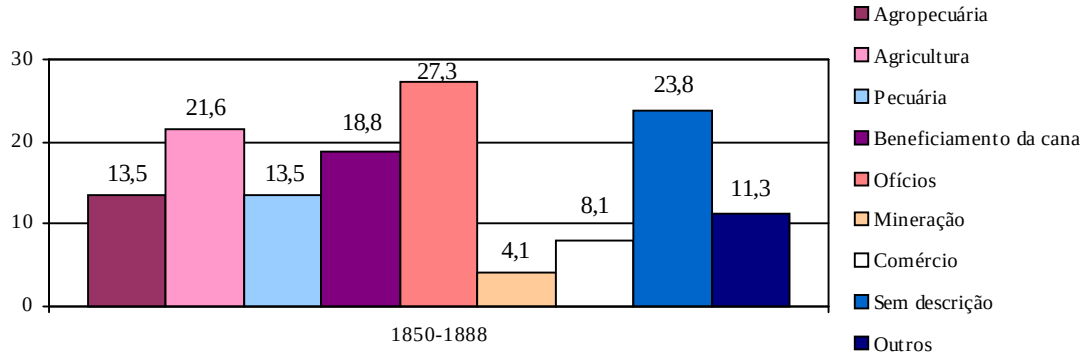
Analisando cada grupo de ativos, é notável que os proprietários com fortunas superiores a £5000 tinham representação mais modesta justamente na divisão dos bens ligados diretamente à produção (escravos, terras e benfeitorias). Para esta afirmativa, vislumbramos duas hipóteses complementares entre si: a primeira é a de que estes bens eram necessidades básicas para todos os inventariados, independente do tamanho de suas fortunas; a segunda estaria no fato de que os inventariados mais abastados possuíam outras fontes de renda e outros bens que não os ligados à produção, como o investimento em metais preciosos e poupanças e a agiotagem. A maior participação dos mais abastados na produção está ligada à pecuária: eles detinham mais de um terço do valor dos animais.

Considerando que apenas 12 dos 319 indivíduos analisados detinham mais de £5000 e perfaziam mais de um terço da riqueza total, percebemos que esta concentração tão avantajada se manifestava de forma gritante nas médias por proprietários. Apesar disto, a população de outras faixas de tamanho de riqueza não estava excluída do processo produtivo de Mariana, pois boa parte da riqueza dos mais afortunados era representada por um capital especulativo (apólices públicas e dívidas ativas) e, neste tipo de investimento, há exclusão evidente dos menos abastados.

1.2 - A diversificação econômica

O Gráfico 6 evidencia as atividades desenvolvidas pelas propriedades de Mariana, levantadas nos inventários *post-mortem* correspondentes à região[41]. Podemos, assim, ter idéia de sua diversidade econômica[42].

Gráfico 6: Distribuição dos inventários segundo atividades - Mariana (1850-1888)



Nota: A soma das porcentagens ultrapassa os 100% devido à concomitância de atividades em alguns inventários.

A agricultura e a pecuária foram amplamente desenvolvidas no período. Nossa amostragem revela que em 48,6% das unidades produtivas inventariadas foi descrita alguma atividade agrícola ou pecuária. Considerando apenas os inventários que continham escravos, a porcentagem sobe para 54,6%.

O milho era o produto mais cultivado da região (além da subsistência dos indivíduos, era fundamental para a pecuária). Saint-Hilaire, que visitou a província no primeiro quartel do século XIX, explicou a extensão do cultivo do milho dizendo que esse cereal não era somente "importantíssimo para a alimentação da população, mas também (...) para os animais de carga, o que é para nós a aveia, e é empregado também para engordar as galinhas, e sobretudo os porcos"[43]. Segundo Roberto Martins, o uso do milho como alimento para pessoas e animais era tão disseminado que, "no final do

[41] Como sabemos, os inventários *post-mortem* raramente descrevem as atividades desenvolvidas pelas propriedades. As atividades descritas no Gráfico 6 foram estimadas através da observação da descrição dos bens nos próprios inventários.
[42] Tentamos, sempre que possível, inserir um breve histórico das atividades desenvolvidas na região para chegar a uma análise um pouco mais completa dos instrumentos de nossa pesquisa.
[43] SAINT-HILAIRE, (1975, p.106).

século XIX, se pretendia resumir (ironizando-a) a economia mineira dizendo que o mineiro planta o milho, o porco come o milho e o mineiro come o porco"[44].

O feijão também foi bastante cultivado e o arroz plantado em todos os lugares onde o clima e o solo o permitiam[45]. Relatos afirmam que, desde as primeiras décadas do século XVIII, o milho, o feijão e o arroz foram amplamente cultivados nas propriedades marianenses para favorecer a subsistência da população local. Ainda para o período de exploração da região, Manuel Caetano de Lavre, em carta enviada ao rei de Portugal, em 1734, diz que

> *"para maior segurança do bom sucesso, e se poderem continuar os descobrimentos, deu-se providência de se derrubarem pelo caminho alguns matos, e se plantarem mantimentos para o sustento das pessoas (...), condição precisamente necessária em razão das muitas distâncias e perigos e alguns assaltos que se fizeram aos mantimentos conduzidos para aquela conquista"*[46].

Os *Relatos sertanistas* corroboram a afirmação acima exemplificando que, para a região do Ribeirão do Carmo, desde as Bandeiras de ocupação, tem-se notícia de roças de milho e feijão na área[47].

O milho (em roças, carros, alqueires ou plantações) foi mencionado sessenta vezes em nossa amostragem, o arroz apareceu em 29 inventários e o feijão em 25. Normalmente, as três culturas apareciam conjugadas, sendo que, nos casos de cultivo isolado, apenas o milho era destacado. Um grande indício da larga utilização do milho e seus derivados no consumo doméstico marianense está na verificação de 194 moinhos nos inventários analisados. O moinho era, sem dúvida, a benfeitoria mais disseminada nas propriedades locais.

Acreditamos que essas culturas estivessem ainda mais esparzidas, pois a maioria dos inventários não descreve os gêneros produzidos em suas "terras de cultura".

Entre os gêneros classificados como de exportação, a cana-de-açúcar aparece como o mais cultivado: em 44 inventários, há descrição de seu cultivo, sendo geralmente plantada nas maiores propriedades, o que segundo Roberto Martins, não fornece créditos para uma comparação com as *plantations* açucareiras nordestinas. Diz o autor:

---

[44] HALFELD & TSCHUDI, (1998, p. 111). Comentário de MARTINS, R. B. Grifos do comentarista.
[45] HALFELD & TSCHUDI, (1998, p. 112). Comentário de MARTINS, R. B.
[46] CARTA, (1934, p.703).
[47] TAUNAY (1981, p.40).

> *"a cana-de-açúcar também era amplamente disseminada em Minas Gerais [durante todo o século XIX] mas, diferentemente das áreas açucareiras exportadoras, não havia plantations especializadas nessa atividade, que era voltada quase integralmente para o mercado interno da província. Havia milhares de pequenos engenhos e engenhocas disseminados por todo o território mineiro, produzindo sobretudo rapadura e aguardente. A província exportava alguma cachaça e rapaduras, mas não exportava nem importava açúcar"*[48].

Outros produtos considerados de exportação também foram distinguidos em Mariana: o café (que apareceu em 23 inventários), o fumo (encontrado em um inventário) e o algodão (visto quatro vezes).

Normalmente, a documentação utilizada não nos permite calcular a produção nem saber qual o destino (consumo próprio ou mercado) a ela dado, já que não era habitual a descrição da produção nos inventários. Muitas vezes, somente se lê as descrições "um milharal", "um arrozal", "uma roça de feijão". Mas, através dos tamanhos de propriedades e de alguns inventários que possuem informações sobre o destino da produção, podemos averiguar a presença de dois tipos de propriedades: aquelas para as quais a produção agrícola era apenas suficiente para abastecer a família e a mão-de-obra e aquelas com excedente de produção a ser comercializado[49]. Para exemplificar o primeiro caso, temos o inventário de Antônio de Paula e Silva[50], datado de 1881, no qual o inventariado é descrito como possuidor de 16 alqueires de terra, oito muares, nove bovinos, um escravo e um torno de confecção de panelas de pedra. Possivelmente, a família de Antônio de Paula utilizava esse terreno no cultivo de gêneros alimentícios para consumo próprio, de seu escravo e de seus animais. Um mínimo de excedente deve ter sido originado quando da produção de leite ou do abate de algum animal. Este excedente provavelmente era trocado por mercadorias necessárias à sobrevivência de sua família e não produzidas por eles. Outra forma de obtenção destas mercadorias seria a comercialização de utensílios domésticos confeccionados em pedra-sabão. A presença dos muares faz-nos crer que esses utensílios eram comercializados em várias

[48] HALFELD & TSCHUDI (1998, p. 112). Comentário de MARTINS, R. B.

[49] O abastecimento de outras localidades com produtos de Mariana já era observado no século XVIII. Em 1728, as contas de uma unidade produtora com engenho em sociedade acusavam o envio de cachaça para Vila Rica e Comarca do Rio das Mortes (cf. CARDOSO JÚNIOR,1986, p 85). Para a década de 1780, observa José Joaquim da Rocha que "todos os dias, imensidade de tropas, carregadas de mantimentos, como toicinhos, queijos, farinha, arroz, milho e feijão" saía de Mariana e chegava à Vila Rica e outras povoações da Comarca: "O termo de Mariana e da Comarca do Rio das Mortes concorrem com mais abundância para esta e para as mais terras que têm falta de todos os víveres, por serem bastantemente abundantes de matos nos quais os seus comarcãos fazem roças, para plantarem toda a qualidade de planta necessária para a sua sustentação e ainda para venderem" (ROCHA, 1995, p. 105).

[50] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 11, auto 387.

localidades. Talvez venham daí os maiores recursos a serem utilizados na sobrevivência desta família. Como já disse Hebe Maria Mattos, para Capivary da segunda metade do Oitocentos, aqueles

> *"que formavam a 'pobreza agrícola' (...) não tinham suas lavouras e criações voltadas para a produção do excedente comercial e realização de lucros. Dedicavam-se, antes, ao suprimento de suas necessidades de subsistência, que, apesar disso, pressupunham a troca, com a multiplicidade das pequenas 'vendas' voltadas a reduzidos mercados locais (...). Esses lavradores pobres encontravam-se alheios, portanto, a qualquer dinâmica regida pela lógica de reprodução do capital comercial socialmente preponderante, sendo parcamente afetados pelas possíveis limitações e flutuações de demanda nos mercados regionais. Ao mesmo tempo, não deixavam de concentrar suas culturas nos produtos de aceitação comercial naqueles mercados, de modo a garantir aquela parte de sua subsistência que não eram capazes de produzir"*[51].

Exemplificando o segundo caso, temos o inventário de Ana Clara Linhares, residente na freguesia de Paulo Moreira, possuidora de 54 escravos. No ano de 1887, a descrição da produção anual de sua propriedade foi calculada em quinhentos barris de aguardente, cem alqueires de feijão, 450 arrobas[52] de açúcar, um canavial pronto para moer, duzentos alqueires de arroz, cem carros[53] de açúcar, um canavial pronto para moer, duzentos alqueires de arroz, cem carros[54] de milho, 78 cabeças de porcos, 95 de bois, 11 cavalos e nove muares. Relatando a produção em conjunto dos anos de 1885 e 1886, temos: 150 arrobas de café, 513 barris de aguardente, 397 alqueires de arroz, 270 arrobas de açúcar, 377 alqueires de feijão, duzentos alqueires de milho, cem cabeças de porcos. Esta produção é representativa de uma propriedade criadora de excedente a ser comercializado em outras praças. No mesmo inventário, há indícios da ligação dessa propriedade com o Rio de Janeiro quando os herdeiros da senhora Ana Clara Linhares reclamavam a sonegação de alguns bens do espólio da finada citando envolvimento com negociante da Corte ("afora os carretos e os acertos com negociante da Corte")[55]. Dificilmente em outra propriedade haveria tão grande produção. A acima referida foi a maior proprietária de terras encontrada em nossa amostragem (514,5 alqueires).

[51] MATTOS (1987, p.82 e 89-90).
[52] Arroba: unidade de medida de peso correspondente a 14,745 kg, hoje arredondada para 15 kg (REIS & BOTELHO, 1999).
[53] Carro seria a unidade de medida com a qual se mede o milho. "O carro se divide em cargueiros, o cargueiro em mãos, que são compostas de espigas. Na área estudada [Itapetininga], 1 carro = 12 cargueiros; 1 cargueiro = 8 mãos ou 2 cestos" (SOUZA, 1975, p. 272-3).
[54] Carro seria a unidade de medida com a qual se mede o milho. "O carro se divide em cargueiros, o cargueiro em mãos, que são compostas de espigas. Na área estudada [Itapetininga], 1 carro = 12 cargueiros; 1 cargueiro = 8 mãos ou 2 cestos" (SOUZA, 1975, p. 272-3).

O comércio do arraial de Furquim e freguesias próximas com lugares exteriores à província de Minas Gerais foi percebido por Francisco Eduardo de Andrade quando avistou, em um inventário da década de 1820 da região, um dono de tropa cuja especialidade era o transporte para a Corte[56].

Mais uma demonstração do comércio com outras localidades foi dada pelo relatório do Presidente da Província no ano de 1854 que calculou em cinco mil arrobas a exportação anual de toucinho para o Espírito Santo, Campos, Ouro Preto e Mariana do distrito marianense de Abre Campo. Para os mesmos lugares são igualmente enviados os produtos da cana[57]. Segundo Carla Almeida, que investiga a região para o período de 1750 a 1850,

> *"no que diz respeito ao termo de Mariana, o mercado interno da província era um importante consumidor da produção local (principalmente os muitos centros urbanos característicos da região mineradora, que continuavam a ter um papel de relativa ebulição mesmo após o declínio do ouro), o que tornava os custos de transporte reduzidos e aumentava as possibilidades de lucro na comercialização. Além disso, mesmo não estando tão próxima a um dos principais centros consumidores de sua produção agropecuária (Rio de Janeiro), (...) Mariana estava integrada aos circuitos mercantis do centro-sul e já tinha suas rotas comerciais firmemente estabelecidas desde o período de auge minerador."*[58]

Na década de 1830, Mariana era o município detentor do maior número de engenhos da província: eram 293 (quase 17% dos engenhos instalados em Minas Gerais)[59]. Utilizando um mapa dos engenhos de moer cana, elaborado pela Câmara Municipal em 1855, chegamos ao número de 339 engenhos instalados[60]. O aumento notado em relação à década de 1830 é surpreendente se destacarmos os sucessivos desmembramentos de freguesias sofridos pelo município[61].

O grande número de engenhos remete-nos para a importância do cultivo e do beneficiamento da cana na região durante a segunda metade do século XIX. A Tabela

---

[55] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, Códice 32, auto 766, página 66.
[56] ANDRADE. (1994, p. 78-79).
[57] RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA (1854).
[58] ALMEIDA (1994, p. 143).
[59] PAIVA & GODOY (1988, p. 38).
[60] Arquivo Municipal de Mariana. *Mapa dos engenhos de moer cana e mineração, fábrica de ferro, lojas, molhados e tavernas pertencentes ao município da cidade de Mariana até o presente ano de 1855*. Miscelânea. I -10.4, livro 683.
[61] Na década de 1830, de acordo com dados colhidos por Maria do Carmo Salazar Martins, o município de Mariana agrupava 44 distritos, tendo população estimada em 57.693 pessoas (31.020 livres e 20.673 escravos) (MARTINS, 1990, p. 22). Na década de 1850, segundo o Mapa dos engenhos, o número de distritos havia caído para 15. Duas décadas depois o número de distritos havia sido reduzido a 11 e sua

17 expõe a presença significativa de benfeitorias ligadas à cana. Mais da metade dos inventários descreve algum tipo de trabalho com a cana como matéria-prima e, entre estes, sessenta a utilizavam como principal atividade econômica (18,8%, segundo o Gráfico 6).

Tabela 17: Número de engenhos, alambiques e fábricas de açúcar existentes em Mariana (1850-1888)

Benfeitorias	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	1850-1888
Engenhos	25	16	29	21	91
Alambiques	13	10	18	12	53
Fábricas de açúcar	15	10	12	10	47
Total	53	36	59	43	191

Quanto à pecuária[62], encontramo-la desenvolvida em 27% das unidades produtivas pesquisadas, uma porcentagem significativa e que revela a importância da atividade para Mariana no final do século XIX. Mas nem sempre foi assim: segundo a historiografia, o desenvolvimento da atividade pastoril na região somente encontrou adesão com o esgotamento das terras que vinham sendo trabalhadas nas atividades agrícolas e minerais. "Esta atividade, extensiva na sua organização produtiva, exigia áreas de pastagens – campos de vegetação rasteira – que somente se formam, nas regiões florestais, após a efetiva degradação do ecossistema original"[63]. O aumento do número médio de animais para Mariana ao longo do tempo confirma essa afirmação: de 7,8 animais por inventário em 1750, passa-se, em 1850, a 23,3 animais[64]. Dividindo o número total de animais pelo número de inventários que tiveram descrição de animais, calculamos a média para a década de 1880 igual a 33,8.

população era de 40.824 indivíduos, sendo 8.422 os escravos matriculados nas coletorias (SILVA, 1997, p. 81).

[62] Incluímos como pertencente a essa atividade apenas os inventários que possuíam um mínimo de 15 animais de uma mesma espécie. Tomamos essa atitude tentando excluir os casos em que os animais somente eram utilizados como força motriz ou como meio de locomoção de pessoas e produtos. Casos como o do senhor Manuel Brás da Costa, possuidor de seis bovinos e três eqüinos, não foram considerados como pecuária.

[63] ANDRADE (1998, p. 117). Cf. CARDOSO JÚNIOR (1996, p. 164-166) e ALMEIDA (1994, p. 167-174).

[64] ALMEIDA (1995, p. 94). A média de animais por proprietário também foi calculada por nós para 1850 e nosso resultado é bastante próximo ao encontrado pela autora: 21,5 animais.

Tabela 18: Pecuária em Mariana (1850-1888)

Rebanho	Nº de inventários com animais	Número de animais		Média de cabeças por inventário
		N	%	
Bovinos	159	2314	34,6	14,55
Suínos	75	2198	32,8	29,31
Muares	129	990	14,8	7,67
Eqüinos	158	898	13,4	5,68
Ovinos	12	284	4,2	23,67
Caprinos	3	10	0,2	3,33
Total	-	**6694**	**100**	-

n = número absoluto

A Tabela 18 fornece dados interessantes para avaliarmos a criação de animais no Termo de Mariana. Como podemos ver, os bovinos representavam a maior proporção desses animais, 2.314 distribuídos em 159 propriedades[65]. Os suínos, a seguir, constavam nos inventários com 2.198 cabeças divididas em 75 propriedades. Sua média era a maior entre todas as atividades de criação: 29,31 suínos por propriedade[66].

Pela média dos rebanhos bovinos e suínos, consideramos que eles não estavam ligados apenas à alimentação dos residentes na unidade produtiva. Exemplos interessantes de produção com vistas à comercialização estão nos inventários do Tenente Coronel Antônio Coelho Linhares[67] e o de José Pedro Gonçalves[68]. Com relação ao Tenente, encontramos em seu inventário 136 cabeças de bovinos, 45 de suínos e oito de muares. Para José Pedro Gonçalves, são descritas 43 cabeças de bovinos, 65 de suínos, 26 de muares e três de eqüinos.

No último exemplo, podemos observar um número considerável de muares. Era comum que propriedades possuíssem tropa responsável por levar e trazer produtos da região e para a região. Como observa Aires de Casal no início do Oitocentos: "quase

[65] A maior difusão do rebanho bovino deve-se à possibilidade de seu uso também no transporte – carros de boi – e como força motriz, além do fornecimento de carne e leite.

[66] Calculando as médias de animais por inventário, Antônio Carlos Sampaio encontrou índices muitos menores para Magé na segunda metade do XIX: 1,7 bovino, 0,13 porco. Segundo o autor, essas médias "mostram que as criações tinham um caráter econômico muito pouco importante, estando provavelmente vinculadas mais a um autoconsumo do que à produção para o mercado" (SAMPAIO, 1994, p. 32). No caso de Magé, a pouca importância dada à criação de animais foi atribuída à "decisão de concentrar esforços na produção de mandioca. Dentro desse raciocínio, o gado bovino aparecia como um competidor, já que o pasto de que necessitava ocupava grandes extensões de terras" (SAMPAIO, 1994, p.33).

[67] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 53, auto 1193.

[68] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 23, auto 616.

tudo é conduzido à metrópole em bestas, das quais se encontram comboios de cem, e maior número, repartidas em récuas de sete cada uma, e governada por um homem: levando de retorno o sal, fazendas secas, e molhados"[69]. Para a propriedade do senhor José Pedro Gonçalves, que abrigava 26 cabeças de muares, são cabíveis duas hipóteses: o transporte de mercadorias era um serviço oferecido pela propriedade; ou a importância desempenhada pelos muares fazia com que seus preços fossem elevados, o que pode ter incentivado algumas propriedades à criação visando ao mercado. A grande quantidade de éguas acompanhadas de seus filhotes "burrinhos" é um indício do interesse de criação de muares.

Os eqüinos, pelo baixo número de cabeças (dos 158 inventários que possuíam eqüinos, 117 tinham menos de cinco cabeças, de acordo com a Tabela 19), deviam ser utilizados apenas como meio de locomoção entre as freguesias. Os grandes criadores de eqüinos, muitas vezes, tinham criações formadas por imensa quantidade de éguas e serviam apenas de suporte para uma criação maior de muares.

Tabela 19: Tamanho dos rebanhos – Mariana (1850-1888)

Rebanho	Mais de 150	Entre 100 e 150	Entre 50 e 99	Entre 20 e 49	Entre 5 e 19	Menos de 5
Bovinos	1	1	5	23	85	44
Suínos	1	1	12	22	28	11
Muares	-	-	-	13	55	61
Eqüinos	-	-	2	8	31	117
Ovinos	-	-	1	5	5	1
Caprinos	-	-	-	-	1	2

Quanto à pecuária ovina, embora fosse pouco difundida (encontrada em apenas 12 inventários), havia alguns grandes rebanhos. Em seis propriedades, a criação ultrapassava vinte animais. Em outras cinco, o número de cabeças variava entre cinco e 19, e somente em um inventário havia menos de cinco cabeças. Nas criações maiores, podemos sugerir que havia algum interesse comercial. Além do indício numérico, essa conclusão é endossada pela verificação de rodas de fiar e teares nestes inventários. Apenas um inventário detinha menos de quatro animais e, provavelmente, tratava-se de matéria-prima para suprir as necessidades do vestuário familiar.

[69] CASAL (1976, p. 16).

Os ofícios também representam uma atividade bastante desenvolvida na economia marianense da segunda metade do século XIX. Em 27,3% dos inventários, um ou mais ofícios eram desenvolvidos. Na maioria das vezes, eles apareciam concomitantes a outras atividades, sendo únicos apenas nos inventários mais pobres. Os ofícios eram essenciais nos domicílios agropecuaristas e de engenho, especialmente os de carpinteiros e de ferreiros, pela necessidade de confecção de instrumentos de trabalho e manutenção de peças dos engenhos.

Tabela 20: Ofícios desenvolvidos em Mariana segundo as faixas de riqueza (1850-1888)

Atividades	Faixas de riquezas (£)					
	Menos de 500	De 500 a 999	De 1000 a 1999	De 2000 a 2999	De 3000 a 5000	Total
Ferreiro	12	4	5	7	5	**33**
Tecelão	11	3	5	8	4	**31**
Carpinteiro	5	1	1	6	3	**16**
Paneleiro	1	1	-	1	-	**3**
Costureiro	2	2	-	-	2	**6**
Oleiro	1	2	5	-	-	**8**
Seleiro	1	-	-	-	-	**1**
Capateiro	1	-	-	-	-	**1**
Fabricante de velas	-	1	-	-	-	**1**
Ourives	-	1	-	-	-	**1**
Silheiro	-	1	-	-	-	**1**
Sapateiro	1	-	-	-	-	**1**
Total	**35**	**16**	**16**	**22**	**14**	**103**

Nota: há mais de um ofício por inventário.

Possivelmente, estas atividades eram mais desenvolvidas do que nos foi indicado pelos inventários. Em especial entre os mais ricos, é provável que haja sonegação de informações, devido a seu papel coadjuvante na atividade econômica da empresa. Aqueles que tinham os ofícios como suas únicas formas de renda foram totalizados em 21 casos. Destes, 16 estavam incluídos na menor faixa de fortuna e os outros cinco não passavam da terceira faixa de fortuna. Lendo seus inventários, podemos perceber que não possuíam terras nem outros meios de sustentação que não os instrumentos de seus ofícios, além de uns poucos trastes e algum dinheiro. Como exemplo desta situação, há o inventário do senhor Rosalino Soares de Azevedo[70], dono de duas máquinas de costura, duas tesouras de alfaiate, um jogo de escalas para alfaiate, um ferro grande de alfaiate, uma pequena quantia em dívidas ativas, trastes e roupas.

[70] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, Códice 126, Auto 2649.

Os ofícios mais presentes em nossa amostragem foram aqueles ligados à siderurgia e à tecelagem.

O aparecimento da siderurgia deve-se: à abundância de minérios ricos em ferro na geologia mineira; à presença do escravo mina que trouxe da África noções dessa atividade; à distância da província em relação aos portos e à dificuldade de transporte que faziam com que os preços do ferro e das ferramentas importadas fossem muito elevados; à necessidade do suporte técnico na produção/reprodução da economia agropastoril com a fabricação e manutenção dos aparelhamentos necessários aos engenhos, moinhos, rocas, animais de tropa etc[71].

Não se sabe ao certo quando essa atividade surgiu em Minas Gerais. O engenheiro alemão Eschwege escreveu: "por ocasião da minha chegada a Minas, em 1811, era comum esse processo bárbaro de produção de ferro"[72]. Ainda segundo Eschwege, "o ferro foi fabricado pela primeira vez, em Antônio Pereira [distrito de Mariana], por um escravo do capitão-mor Antônio Alves e também em Inficcionado [freguesia de Mariana], por um escravo do Capitão Durães"[73]. Tschudi, em visita pela província de Minas Gerais na segunda metade do XIX, relatou que

> *"a exploração do ferro é compatível à extração de ouro, e no futuro a sobrepujará em muito. É surpreendente que, apesar dos colossais depósitos de minério, a produção de ferro na província só tenha começado no início do corrente século, e que antes se usasse quase exclusivamente ferro transportado com grandes dificuldades da Europa até os pontos mais remotos do Brasil"*[74].

A atividade de siderurgia concentrou-se na região denominada Metalúrgica-Mantiqueira. Nessa região, "a extração do minério de ferro era extremamente simples, pois havia aflorações nas encostas de incontáveis serras e montanhas"[75]. Ademais, era coberta por florestas e sua madeira poderia fornecer ampla quantidade de carvão para a transformação do minério de ferro[76]. Monlevade constatou que existiam, na área situada entre Ouro Preto e Itabira do Mato Dentro,

> *"84 oficinas onde se funde o ferro, sem contar com as numerosas tendas aonde se elabora o ferro comprado nas fábricas, as quais, entre forros e*

[71] ZEMELLA (1990, p. 226-227). Ver também LIBBY (1988, cap. 3).
[72] ESCHWEGE (1944. v. II. p. 203).
[73] ESCHWEGE (1944. v. II. p. 203).
[74] HALFELD & TSCHUDI (1998, p. 87).
[75] LIBBY (1988, p.140).
[76] LIBBY (1988, p.140).

> *cativos empregam ao menos 2.000 pessoas e produzem anualmente de 145.000 a 150.000 arrobas de ferro, em parte nelas reduzido a obras; o resto é vendido e disseminado por toda a província, principalmente ao Norte e ao Oeste"*[77].

O desenvolvimento das pequenas fundições de ferro voltadas para o atendimento da demanda local ou regional em Minas Gerais foi relatado por Monlevade ao presidente da província em 1853, quando chegou a afirmar que "se não houvesse no país esta produção de ferro barato, para suprir a mineração de ouro e de diamantes (...) estaria esta província quase abandonada"[78]. Libby destaca, como consumidoras dos produtos oriundos da siderurgia mineira, as atividades mineradoras (que se desenvolveram após as primeiras descobertas de ouro nas Gerais e que na segunda metade do Oitocentos estava sendo explorada pelas companhias estrangeiras[79]) e as atividades agrícolas.

> *"Se a mineração aurífera na sua última e prolongada fase foi uma peça essencial no desenvolvimento da indústria siderúrgica mineira no século passado [século XIX], esse próprio desenvolvimento colocou à disposição do setor agrícola ferramentas a um custo bem menor do que as importadas. Assim, num primeiro momento, a agricultura mercantil de subsistência se beneficiou do surgimento da indústria de ferro na província e, numa segunda ocasião, essa mesma agricultura teria se tornado um dos fatores da continuada expansão da siderurgia"* [80].

Além dos instrumentos ligados à mineração e à agricultura devemos citar muitos utensílios domésticos (talheres, panelas, canecas, bules, candelabros etc.) e aqueles utilizados pelas tropas de animais como oriundos da atividade siderúrgica.

O mapa econômico produzido pela Câmara Municipal de Mariana para o ano de 1855[81] registrou a existência de 14 fábricas de ferro nesta localidade[82]. Para os 319 inventários que participaram da nossa amostra da economia, havia oito fábricas de ferro. O número de escravos, nos inventários em que constavam essas fábricas, chegou ao total de 124, uma média de 15,5 por propriedade.

---

[77] MONLEVADE *apud* HALFELD & TSCHUDI (1998, p. 89). Citação feita em comentário de MARTINS, R. B.
[78] MONLEVADE *apud* LIBBY (1988, p.144).
[79] LIBBY, (1988, cap. 5).
[80] LIBBY (1988, p. 144-145).
[81] Arquivo Municipal de Mariana. *Mapa dos engenhos de moer cana e mineração, fábrica de ferro, lojas, molhados e tavernas pertencentes ao município da cidade de Mariana até o presente ano de 1855*. Miscelânea. I -10.4, livro 683.
[82] Em números de fábricas de ferro, Mariana só perdia para Santa Bárbara com 18 e Itabira com 29. Cf. HALFELD & TSCHUDI (1998, p. 89). Comentário de MARTINS, R.B.

As fábricas de ferro permitiram a seus proprietários uma possibilidade de acumulação de renda. Já explicitamos o caso do senhor Francisco José das Neves[83], quando falamos das dívidas ativas. O senhor Francisco, no ano de 1883, era proprietário de um monte estimado em £3.485,50, do qual estão incluídas uma fábrica de ferro com 615 quilos de ferro avaliada em £231,41, uma caderneta de poupança no valor de £963,72 e dívidas ativas avaliadas em £895,83. Caso mais surpreendente foi o do inventariado Torcato José Lopes Camello[84], possuidor, no ano de 1876, de um monte mor de £6.794,48 e que tinha, como bens mais valiosos, uma fábrica de ferro no valor de £595, terras (compreendendo matos virgens, capoeiras, campos e terras minerais) avaliadas em £1.265 e sessenta escravos que somavam em valores £4.585,63. Para os dois exemplos, os inventários não indicam presença de outra atividade que não envolvesse o ferro. Sendo assim, parece-nos que as fortunas acumuladas derivaram-se do beneficiamento do minério de ferro.

Já a atividade têxtil, ao longo do século XVIII, difundiu-se na capitania mineira a ponto de as autoridades coloniais reclamarem da independência dos habitantes em relação aos gêneros europeus e decretarem a proibição de manufaturas têxteis, com exceção das fazendas grossas de algodão que serviam para o uso dos escravos e para o enfardamento de gêneros[85]. Sendo a confecção de tais fazendas a maior produção têxtil na época, a proibição pouco afetou a atividade têxtil mineira.[86] O isolamento e a facilidade do cultivo de algodão na capitania/província estimularam a produção que ultrapassou o simples intuito do autoconsumo, participando ativamente do mercado até os anos 1870, quando, com o melhoramento do sistema de transporte mineiro (o que permitiu a entrada de tecidos importados a preços mais baixos) e a construção de fábricas têxteis, os tecidos fabris tomaram o espaço dos caseiros.[87] Não obstante, como afirma Libby, "a fabricação caseira de tecidos não desapareceu por completo e, ainda na última década do Império, espalhadas por toda a província, havia milhares de mulheres manipulando a roca e o tear para fabricar tecidos destinados tanto ao consumo familiar quanto à comercialização[88]".

A mão-de-obra utilizada nesta atividade era predominantemente feminina. Os mapas de população correspondentes ao período 1831-1840 mostram que, por toda

[83] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 140, auto 2924.
[84] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 45, auto 1034.
[85] LIBBY (1988, p. 187-188)
[86] MARTINS (1983, p. 81).
[87] LIBBY (1988, cap. 4)

Minas, “milhares de mulheres e meninas construíram uma verdadeira indústria que, (...) constituiu, de longe, a atividade de transformação mais importante da província durante boa parte do século XIX”[89]. As mulheres livres participavam em maior proporção desta atividade: “do total de trabalhadoras em tecidos constantes dos mapas de população, apenas 23,5% eram cativas (...). É bom lembrar que, de certa forma, uma outra parcela de cativas, as domésticas, liberava as mulheres livres dos afazeres domésticos cotidianos para se entregarem à produção têxtil [90]".

Em nossos inventários, encontramos 25 teares, 23 rodas de fiar e 16 descaroçadores de algodão. Ao todo, foram 31 inventários com a descrição desses bens, sendo 21 correspondentes a mulheres e 11 correspondentes a homens. Levando-se em conta que os homens foram três vezes mais inventariados que as mulheres, esses números refletem a maior concentração da atividade têxtil entre as mulheres.

As atividades de fiação e tecelagem nem sempre eram feitas em conjunto. Vemos isto acontecendo em nove inventários. Nos demais, ora observamos a presença somente do tear (ocorreu em 16 inventários) ora somente a presença da roda de fiar (5 inventários).

Para Mariana, não nos parece comum o plantio de algodão. Nos inventários analisados, foram descritas apenas quatro plantações. Como indício da manufatura do algodão, encontramos apenas a descrição de instrumentos para descaroçá-lo. "Neste caso, comprava-se algodão em rama que era transformado em fios e panos pelas mulheres"[91]. Devemos ressaltar que não só o algodão era matéria-prima para a indústria têxtil. Vimos também a criação ovina presente em 12 inventários, sendo que em alguns vinham associados aos instrumentos que permitiam o beneficiamento da lã.

As atividades de mineração para a economia de Mariana, nesse período, aparecem em apenas 4,1% dos inventários e sempre em concomitância com outras atividades. Essa porcentagem reflete a insignificância de uma atividade que há muito deixou de ser o “carro-chefe” da economia marianense. Já para as últimas décadas do século XVIII, vê-se a mineração aurífera perdendo intensidade: nos cálculos elaborados por Carla Almeida, a porcentagem dos inventários que possuíam atividades mineratórias cai de 61,9%, durante o auge minerador (1750-1770), para 34,2% no período de 1780-1810.

[88] LIBBY (1988, p.206)
[89] LIBBY (1988, p. 186).
[90] LIBBY (1988, p. 201-202).
[91] ANDRADE (1994, p. 125).

Para a primeira metade do século XIX, vê-se uma queda ainda maior chegando à porcentagem das unidades produtivas com mineração a 15% do total[92].

Merecem também atenção as atividades relacionadas ao comércio. Encontrava-se de tudo nos secos e molhados do município, mas os tecidos e peças de fazenda eram os artigos mais procurados e, via de regra, somavam quase a metade do valor de todas as mercadorias relacionadas. Algumas vezes ofereciam roupas feitas, como casacos, calças e chapéus. Os aviamentos, da mesma forma, eram encontrados nessas vendas: rendas, cadarços, colchetes, linhas etc. Em menor quantidade, encontravam-se os utensílios domésticos: talheres em geral, pratos e outras louças. Objetos em couro ou metal também eram oferecidos, principalmente os destinados à produção agrícola como enxadas, foices, machados e outros. Não era incomum, também, a venda de pólvora. Para a alimentação, havia carne seca, sal, garrafas de óleo, vinhos, cachaças ou peixes.

Normalmente, os comerciantes viviam exclusivamente dos lucros de sua casa de negócios, possuíam poucos ou nenhum escravo e parte de seus bens correspondia a dívidas ativas adquiridas em contas a pagar. Em geral, residiam em zonas urbanas e não tinham mais que uma morada de casas. Há, porém, casos de fazendeiros que diversificavam seus investimentos abrindo casas de negócio, assim como o inverso: comerciantes que possuíam roças com finalidade de subsistência.

Nas atividades econômicas a que denominamos “outros”, estão dispostos aqueles indivíduos cujos serviços apareceram em número muito reduzido: advogados, madereiros, tropeiros etc. Para os inventários sem atividade econômica evidenciada, notamos que a maioria não possuía escravos nem grandes recursos patrimoniais e financeiros.

Mariana destacava-se economicamente pela diversificação de suas atividades: agricultura, criação de animais, produção de derivados da cana, beneficiamento do algodão e da lã, siderurgia. As informações coletadas dos inventários permitem-nos concluir que estamos trabalhando com uma sociedade que tinha na produção de subsistência a condição para sua continuidade. Embora tenhamos indícios da participação de Mariana no fornecimento de gêneros alimentícios para outras regiões – incluindo o Rio de Janeiro –, não podemos aferir seu potencial mercantil, mas a disseminação das roças, das criações de animais (sobretudo bovinos e suínos) e dos engenhos permite-nos sugerir o caráter auto-suficiente dessa localidade. Os ofícios, em

[92] ALMEIDA (1995, p.104).

especial o de ferreiro e a tecelagem, corroboram a idéia da auto-suficiência da região estudada.

Parte II - A demografia escrava

Introdução

Pretendemos, nesta parte do trabalho, analisar as características da população escrava e a manutenção do escravismo na localidade de Mariana entre 1850 e 1888. Como sabido, o período foi decisivo para o sistema escravista. A cessação do tráfico internacional de escravos em 1850 e a liberdade concedida às crianças nascidas de mães escravas (1871) e aos escravos com mais de 60 anos (1885), assim como a Lei de Locação de serviços (1879),[93] foram acontecimentos inseridos num processo de transição do sistema de trabalho, de forma gradativa, cujo corolário era a abolição da escravatura. Até 1871, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, mas, depois daquele ano, a segunda possibilidade foi "teoricamente" eliminada pelo Ventre Livre das escravas. A lei Rio Branco, entretanto, permitia aos escravistas a utilização da mão-de-obra dos ingênuos até que estes completassem 21 anos[94]. Além desta possibilidade, os senhores ainda podiam optar pela compra de escravos no mercado interno ou mesmo pela contratação de trabalhadores assalariados[95] . O senhor que desejasse manter a utilização da mão-de-obra coercitiva teria algumas dificuldades. A maior delas, talvez, era a elevação dos preços dos cativos ocorrida nesse período. Será que os proprietários marianenses possuíam recursos suficientes para prover a família e ainda investir em escravos com valores elevados?[96] Também nesse período foram promulgadas as primeiras leis de

[93] "A nova lei de 1879 referia-se, entre distintos itens, à locação de serviços propriamente ditos, item que constitui a base da legislação, após o qual se subdividia em dois itens independentes, a parceria agrícola e a parceria pecuária (...) O objetivo da lei de 1879 foi tornar as condições de vida mais atrativas para os imigrantes, de tal maneira que fossem oferecidas a eles alguma garantia e proteção legal." (GEBARA, 1886, p. 87-88).

[94] "Pela lei de 28 de setembro de 1871, a escravidão tem por limite a vida do escravo nascido na véspera da lei. Mas essas águas mesmas não estão ainda estagnadas, porque a fonte do nascimento não foi cortada, e todos os anos as mulheres escravas dão milhares de *escravos por vinte e um anos* aos seus senhores. Por uma ficção de direito, eles nascem *livres*, mas, de fato, valem por lei *aos oito anos de idade* 600$, cada um. A escrava nascida a 27 de setembro de 1871 pode ser mãe em 1911 de um desses ingênuos, que assim ficaria em cativeiro provisório até 1932. Essa é a lei, e o período de escravidão que ela ainda permite" (NABUCO, 1999, p. 201, grifos no original).

[95] No que respeita ao tráfico interprovincial, há que lembrar a imposição, em dezembro de 1880, pelo governo mineiro, de um tributo de dois contos por cada escravo que entrasse na província. Desde então, houve uma intensificação do tráfico intraprovincial. Segundo Martins, "os registros de mudança de domicílio mostram que, entre 1881 e 1884, uma média anual de 12.636 escravos foram transferidos entre os municípios mineiros – um número pelo menos 56% mais alto que a média dos anos 1873 a 1881" (MARTINS, 1982, p. 33).

[96] "O preço dos escravos subiu depois da lei [de 1871]; chegou em São Paulo a três contos de réis, como subira depois de acabado o tráfico, sendo o efeito de cada lei humanitária que restringe a propriedade

proteção ao escravo: a lei de 1869, que proibia a separação das famílias escravas por venda ou doação; e a regulamentação, em 1872, do Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos – na ordem de classificação para alcançar o benefício, em primeiro lugar, encontravam-se as famílias, em particular os casais cujos membros pertencessem a diferentes senhores[97]. Estas leis davam garantias aos cativos e impossibilitavam ao senhor a total governabilidade do escravo. Outro ponto desfavorável ao senhor era o fato de os ingênuos prestarem serviços somente até a idade de 21 anos. Vale dizer, o tempo de contribuição era pequeno e poderia ser considerado desvantajoso para o proprietário, devido ao custo de sua manutenção. Com relação à mão-de-obra livre, Roberto Martins assim mencionou a dificuldade de encontrá-la: "durante todo o século XIX, havia abundância de gente, mas, para desespero dos empregadores potenciais, braços de aluguel eram cronicamente escassos"[98]. Era a fartura de terras livres e incultas que fazia o camponês tender a se tornar um pequeno proprietário em vez de se submeter ao comando de um "patrão". Outra limitação ao emprego de homens livres estava na ausência de uma mentalidade de acumulação de riqueza. Segundo Celso Furtado, "podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo ´comprar` o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente ´para viver`".[99] Martins, baseando-se nos viajantes, também citou essa mesma questão como dificuldade para se conseguir mão-de-obra em Minas, mas ele não atribui apenas aos ex-escravos a busca pelo ócio e sim ao mineiro em geral.[100]

Assim, como os senhores organizavam a reposição de sua mão-de-obra? Eles buscariam solução na reprodução endógena mesmo após os filhos das escravas serem considerados livres? Adquiririam cativos via tráfico? Apesar das três possibilidades – utilização de escravos pela compra, de força de trabalho ingênua ou de assalariados –, nossa análise volta-se apenas para a questão da reprodução natural.

---

humana aumenta-lhe o valor, como o de outra qualquer mercadoria, cuja produção diminui quando a procura continua a ser a mesma" (NABUCO, 1999, p. 219).

[97] Seguiam a ordem casais que tivessem filhos nascidos ingênuos e menores de oito anos; casais que tivessem filhos ingênuos menores de 21 anos; casais com filhos menores escravos; as mães com filhos menores escravos; os cônjuges sem filhos menores. Os demais cativos eram assim ordenados: mãe ou pai com filhos livres; os cativos entre 12 e 50 anos, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino. Para maiores informações, ver GRAF (1974, cap. 1).

[98] MARTINS (1982, p. 51).

[99] FURTADO (1998, p.140).

[100] MARTINS (1982, p. 52).

Computamos, ao todo, 3795 cativos e 141 ingênuos[101]. Cabe ressaltar que não expurgamos os casos identificados de dupla contagem, isto é, indivíduos que constavam em mais de um inventário. Não apenas tal identificação carece, amiúde, de maior precisão, especialmente entre os escravos para os quais não se explicitavam vínculos familiares, mas também quando havia a certeza da dupla contagem (o que ocorreu, o mais das vezes, para cativos vivendo em famílias), exatamente essa presença em mais de um inventário propõe-se como interessante objeto para uma futura análise comparativa.

Tabela 21: Escravos e ingênuos nos inventários de Mariana, segundo sexo e faixas etárias (1850-1888)

Faixas etárias	Sexo				IM	Total	
	H		M				
	nº abs.	%	nº abs.	%		nº abs.	%
0-14 – ingênuos	83	2,1	58	1,5	143	141	3,6
0-14 – escravos	540	13,7	520	13,2	103	1060	26,9
15-44	966	24,5	765	19,4	126	1731	43,9
Mais de 44	372	9,5	244	6,2	152	616	15,7
Sem idade descrita	227	5,8	161	4,1	141	388	9,9
Total	2188	55,6	1748	44,4	125	3936	100

IM = Índice de Masculinidade.
Os percentuais se igualam a 100% na soma de ambos os sexos e na última coluna.

Dividindo a população segundo sexo e faixa etária (Tabela 21), encontramos 43,9% dos escravos com idades variando entre 15 e 44 anos, mas foi bastante significativa a porcentagem de crianças (entre escravas e ingênuas, alcançam 30,5% da amostragem)[102]. Em menor proporção (15,7%), estavam os indivíduos com mais de 44 anos.

[101] "O número de escravos matriculados na Coletoria do Município [de Mariana em 1872] foi de 8.422 escravos, e o de ingênuos nascidos durante o período decorrido de 28 de setembro de 1871 ao último dia de dezembro de 1876 foi de 459, dos quais faleceram 86." (SILVA, 1997, p. 81).

[102] A porcentagem de crianças nos plantéis de Mariana era a maior comparada a outras localidades. Oliveira, tendo como fonte os inventários, encontrou, para a Franca do período 1875-1885, 16,7% de escravos na faixa de 0-15 anos; Sampaio, também utilizando os inventários, deparou-se com 21,0% de escravos com até 14 anos para Magé de 1885-1886; Botelho encontrou 20,9% para o Norte de Minas no recenseamento de 1872; e Marcondes, segundo as listas de classificação de escravos, observou que 25,5% do contingente escravo de Bananal eram formados por crianças com até 14 anos. Ver: OLIVEIRA (1997, p.99); SAMPAIO (1994, p.158); BOTELHO (1994. p.72); MARCONDES (2000, p.11).

Os índices de masculinidade são maiores entre os mais idosos e os ingênuos[103]. No primeiro caso, o fato foi conseqüência direta do tráfico. Não é por acaso que os africanos estão, em sua maior parte, entre os cativos com mais de 44 anos. No extremo oposto, temos o menor índice de masculinidade entre as crianças escravas. Para este último dado, parece-nos da maior relevância a reprodução natural, da qual decorreria o equilíbrio observado entre os sexos. Quanto aos ingênuos, ocupar-nos-emos deles no momento propício.

2.1- Origem da população escrava

O período contemplado foi de reestruturação da escravidão em nosso país. Como já foi dito, a partir de 1850, estava proibida a entrada de africanos no Brasil e a continuação do escravismo aqui teria, necessariamente, que passar por reformulações. Conforme a Tabela 22, a região estudada parecia não creditar aos africanos grande importância na manutenção da escravidão local já antes de 1850. Reforçamos esta hipótese quando comparamos nossos dados com os calculados por Manolo Florentino e João Fragoso que, estudando Paraíba do Sul, uma região de *plantation* na província do Rio de Janeiro, estimaram em 64,5% a cota da população escrava formada por africanos no período 1850-1854. Dez anos mais tarde, essa porcentagem ainda era alta (42,2%) e, no período 1865-1869, eles representavam 32,6% da população cativa total[104].

[103] Optamos por manter escravos e ingênuos juntos por considerarmos que não havia distinção de fato entre eles. Segundo a Lei de 1871, os senhores de escravos tinham o direito de utilizar os ingênuos como mão-de-obra em seus plantéis até a idade de 21 anos. Nabuco referia-se aos ingênuos como "pessoas que são escravos somente até os 21 anos de idade, isto é, escravos provisórios. O repugnante espetáculo de uma massa de futuros cidadãos crescendo nas senzalas, sujeitos ao mesmo tratamento de trabalho que os escravos" (NABUCO, 1999, p.37). Stein concorda com Nabuco, afirmando que "criada por uma escrava e vivendo no meio de escravos, nenhuma criança nascida depois de 1871 era escrava, conquanto, como declarou sem rebuços um escritor, 'todos os filhos de escravos continuaram a ser criados como escravos exatamente nas mesmas condições em que estariam se a lei de 71 não existisse'. Os fazendeiros se acomodaram às modificações legais introduzidas em sua propriedade escrava pela nova lei, e, acrescentando a frase 'somente os serviços' ou 'prováveis serviços', arrolavam e apreçavam os ingênuos de cambulhada com os outros escravos" (STEIN, 1961, pp. 276-277). Na documentação compulsada em nossa análise, alguns ingênuos tiveram seus serviços avaliados, como, por exemplo, José (9 anos), filho de Madalena, que teve seus serviços avaliados em 650$000 (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 57, auto 1254).

[104] FRAGOSO & FLORENTINO (1987, p. 159).

Tabela 22: Origem da população escrava e ingênua de Mariana (1850-1888)

Década	Origem						Total	
	Africanos		Crioulos		Origem não identificada			
	n	%	*n*	%	*n*	%	*n*	%
1850/1859	180	15,1	731	61,2	284	23,8	1195	100
1860/1869	167	14,6	711	62,2	265	23,2	1143	100
1870/1879	71	6,7	915	80,0	174	13,3	1160	100
1880/1888	18	4,1	365	82,7	55	13,2	438	100
Total	436	11,1	2722	69,1	778	19,8	3936	100

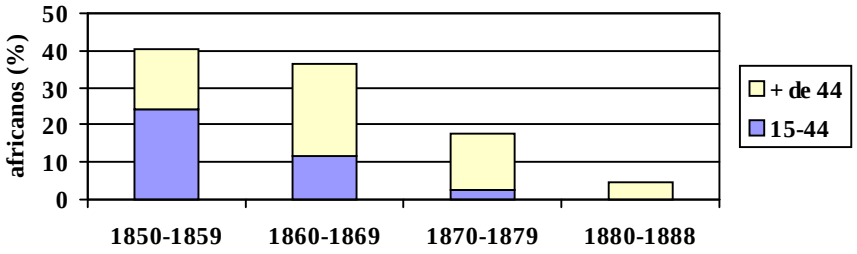
Em Mariana, os crioulos – maioria absoluta – perfaziam, nas duas primeiras décadas, pouco mais de 60% e, nas duas últimas, respectivamente, 80% e 82,7%. Já a participação de africanos, como esperado, mostrava-se em queda com o passar do tempo: na década de 1850, eram 15,1% dos escravos e, na de 1880, apenas 4,1%.

Tabela 23: Distribuição da população escrava segundo origem e sexo – Mariana (1850-1888)

Origem/ Sexo	Homens	Mulheres	IM
Africanos	323	113	286
Crioulos	1437	1298	111
Total	1760	1411	125

IM = Índice de Masculinidade.

Gráfico 7: Distribuição dos escravos africanos segundo as faixas etárias - Mariana - 1850-1888



Os homens eram maioria na população escrava, mas, como podemos notar pela Tabela 23, entre os africanos, a predominância masculina era bem mais acentuada que entre os crioulos. Calculando o índice de masculinidade entre os crioulos, chegamos à taxa de 111 e, entre os africanos, de 286.

No Gráfico 7, notamos que, como esperado, à medida que o tempo avançava,

diminuía o número de africanos e eles ficavam mais velhos. Nos inventários da década de 1850, contabilizamos 40,6% do total de africanos e, destes, 24,3% tinham entre 15 e 44 anos. O decênio de 1860 abrigava 37,1% dos africanos, com 11,5% naquela mesma faixa etária. Os africanos da década seguinte representavam 17,8% e apenas 2,3% eram adultos jovens. Os anos 1880-1888 detinham apenas 4,5% dos africanos e nenhum deles com menos de 45 anos. A diminuição da participação de africanos e sua concentração na faixa etária superior mostraram que tal população encontrava-se envelhecida e cada vez mais escassa. Considerando o fim do tráfico transatlântico em 1850, estes dados são facilmente compreendidos.

2.2 - Preços dos escravos

Como bem sintetizou Kátia Mattoso para a Bahia,

> *"o preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa. O preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional"*[105].

Além das transformações ocorridas no sistema escravista durante a segunda metade do século XIX, que contribuíram para a elevação dos preços dos cativos, o período foi de

> *"inflação galopante entre 1850 e 1869 – data do fim da guerra do Paraguai – seguida de um declínio inflacionário que vai até os anos 1880, sobrevindo então certa estabilidade nos últimos anos do império (...) O preço do cativo atinge seu ápice nos anos 1860 e 1870, para logo baixar sensivelmente, após a década de 1880"*[106].

[105] MATTOSO (1990, p. 77-78).
[106] MATTOSO (1990, p. 93).

Tabela 24: Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo e faixa etária com base nos inventários *post-mortem* – Mariana (1850-1888)[107]

	Período							
Sexo e faixa etária (em anos)	**1850/ 1854**	**1855/ 1859**	**1860/ 1864**	**1865/ 1869**	**1870/ 1874**	**1875/ 1879**	**1880/ 1884**	**1885/ 1887**
Homens menores de 10	39,92	72,11	66,43	37,70	48,46	60,50	0	0
Mulheres menores de 10	31,06	63,84	58,32	31,69	38,95	44,59	29,78*	0
Homens entre 10-14	48,74	132,52	111,37	62,97	88,76	94,51	87,74	0
Mulheres entre 10-14	59,04	119,94	91,70	65,04	75,16	71,63	53,75	0
Homens entre 15-24	72,10	125,51	139,28	76,36	109,91	126,42	99,95	71,20
Mulheres entre 15-24	55,95	128,58	121,88	65,28	80,43	75,63	68,44	46,78
Homens entre 25-34	61,17	120,88	137,94	83,48	112,71	132,59	98,73	67,49
Mulheres entre 25-34	51,91	113,35	121,69	65,27	75,40	67,87	65,67	46,19
Homens entre 35-44	49,54	108,92	99,56	66,49	105,94	108,58	91,65	55,10
Mulheres entre 35-44	71,22	70,81	77,35	48,75	20,38	61,82	42,10	27,55
Homens com + de 44	51,30	64,06	64,36	34,40	52,29	52,69	51,15	27,74
Mulheres com + de 44	43,76	38,37	48,41	24,11	24,35	20,86	20,12	19,33

Fonte: Inventários *post-mortem*.
*Foram descritas como escravas Amélia com oito anos em 1880, Carolina e Júlia, ambas com nove anos em 1880.

Como mostra a Tabela 24, na maior parte dos casos, considerando todo o período e todas as faixas etárias, os preços médios dos homens superavam os das mulheres. No que respeita aos indivíduos do sexo masculino, apenas no período 1855-1859 os escravos mais valiosos não estavam entre os jovens adultos. As mulheres com idades variando de 15 a 24 anos foram as mais valiosas em todos os períodos (exceção feita ao qüinqüênio 1850-1854), entretanto, apesar de haver prevalecido a valorização das mulheres desta faixa etária, a partir de 1865-1869, os preços destas caíram sobremaneira.

[107] Sabemos que a melhor fonte para a análise dos preços são as escrituras de compra e venda de escravos. No entanto, a coleta deste tipo de fonte para Mariana foi ausente para a década de 1850 e para os últimos anos de 1880. Dessa forma o acompanhamento do movimento dos preços não englobaria nosso período total.

Gráfico 8: Preços médios dos escravos com menos de 15 anos segundo o sexo (inventários *post-mortem*) - Mariana (1850-1887)

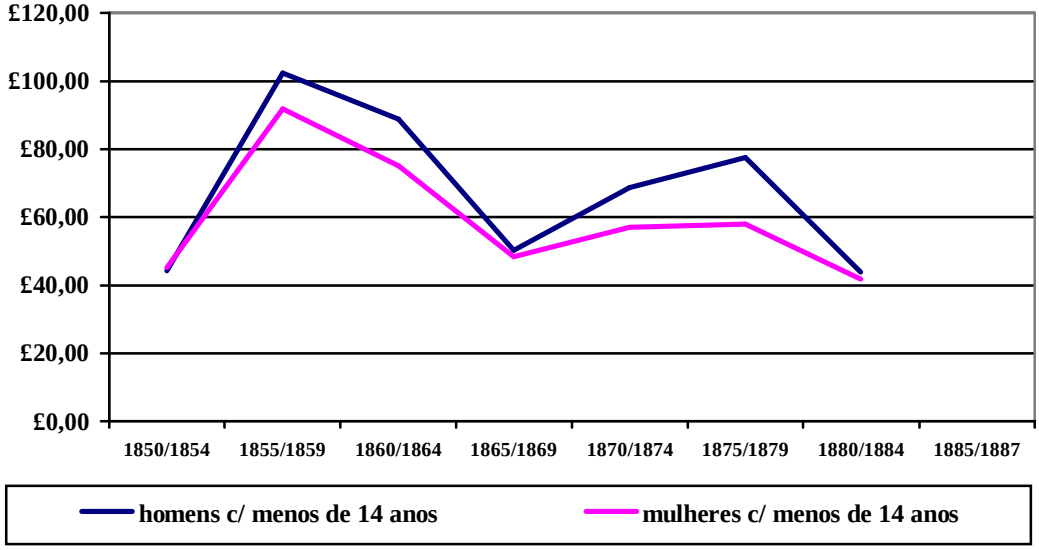
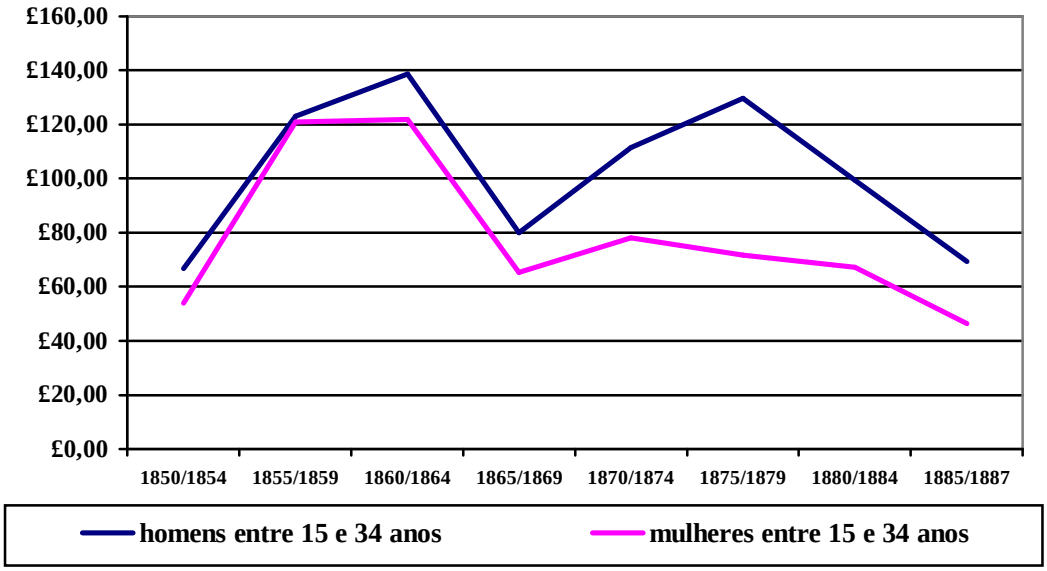


Gráfico 9: Preços médios dos escravos com 15 a 34 anos segundo o sexo (inventários *post-mortem*) - Mariana (1850-1887)



Podemos averiguar o movimento dos preços dos segmentos mais significativos dos dados da Tabela 24 acompanhando os gráficos 8 e 9. Os valores caíram para os menores de 15 anos a partir do período 1855-1859 e, para os adultos, nos primeiros anos

da década de 1860, voltando a subir, tanto para crianças quanto para adultos, no período 1865-1869. Entretanto, é preciso ressaltar que, para crianças e mulheres, esse aumento foi bastante inferior ao dos homens. Os escravos do sexo masculino, tanto crianças quanto jovens, mantiveram preços em elevação até a década de 1880, quando iniciaram um acentuado declínio. As mulheres com menos de 15 anos mostraram estabilidade com ínfima tendência de crescimento de seus preços e foram desvalorizadas também a partir da década de 1880. As escravas jovens adultas, ao contrário de quaisquer das tendências anteriores, tiveram desvalorização clara entre os períodos 1870-1874 e 1875-1879 e, já no mesmo rumo de tais tendências, tiveram a queda de seus preços acentuada a partir da década de 1880. Como se vê, a década de 1880 foi, sem dúvida, período de apreensão e ansiedade para o mercado escravista, que esperava a chegada da abolição.

A diferença da valorização entre homens e mulheres adultos pode ter sido uma conseqüência direta da Lei do Ventre Livre: uma vez bloqueada a alternativa do nascimento de crianças escravas, o interesse dos proprietários pelas mulheres teria se tornado menor. Muitas escravas, após 1871, tinham seus filhos ingênuos incluídos em seu valor. Como exemplos, podemos citar Honorata (18 anos), crioula, escrava do Alferes Domingos Roberto de Freitas[108], avaliada em 900$000, junto com seu filho ingênuo de nome Augusto; Caetana (28 anos), escrava da senhora Ana Clara Linhares[109], avaliada em 600$000 juntamente com sua filha ingênua de nome Efigênia; Lúcia (29 anos), crioula, escrava de Joaquina Maria das Neves[110], avaliada, com seus quatro filhos ingênuos, em 500$000. Também encontramos, em muitos inventários, valores atribuídos aos ingênuos com o nome de "valor dos serviços prestados". Vejamos alguns casos: Prisca (ingênua de seis anos), filha de Felisberta, teve seus serviços avaliados em 50$000 (este valor foi calculado independente do de sua mãe, avaliada em 600$000)[111]; Mathias (13 anos), filho de mãe falecida, foi avaliado em 200$000 no ano de 1887 por seus serviços (diz o texto do inventário: Serviços intransferíveis do Ingênuo Mathias de treze anos de idade, filho de Prudência, já falecida, avaliados em duzentos mil réis)[112]. Outro exemplo dessa prática estava nos serviços de José, filho de Madalena, nascido em 1875, avaliado em 650$000[113].

[108] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 103, auto 2151.
[109] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 32, auto 766.
[110] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 57, auto 1257.
[111] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 58, auto 1259.
[112] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 32, auto 766.
[113] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 57, auto 1254.

Algumas vezes a condição de ingênuo não era mencionada e os filhos das escravas nascidos após setembro de 1871 foram avaliados como escravos. Este é o caso de Josepha, nascida também em 1875, avaliada em 300$000 no inventário do senhor Lauriano de Souza Ferreira[114]. Neste caso, é interessante notar que no mesmo inventário está registrado o ventre livre de outras três crianças: Joaquim, nascido em 1872 (portanto, antes de Josepha e já ventre livre); Domingos, também de 1872; e Faustino, de 1875 (mesmo ano em que Josepha nasceu). Outros exemplos podem ser citados: Prisca, nascida em 1872, filha de Felisbina, foi avaliada, no inventário de Josefa Joaquina de Almeida[115], em cerca de 50$000 no ano de 1878; Maria cabra (2 anos de idade em 1874), filha de Júlia (29 anos), foi avaliada em 100$000 no inventário da Senhora Ana Bastos Pereira[116]; Luiza parda (6 meses de idade), no inventário de João Mendes[117] de 1875, foi avaliada em 80$000. Algumas vezes, os inventários revelaram-nos preços exorbitantes por crianças nessa situação: Cassiano (2 anos em 1874) foi avaliado por 700$000; Antônio (também com 2 anos em 1874) foi arrolado no valor de 800$000. Ambas as crianças pertenciam ao inventário do Capitão Manuel Carvalho Sampaio[118].

Dar valor aos serviços dos ingênuos e omitir a condição dos filhos das escravas nascidos após 1871 foram mecanismos de adaptação à legislação vigente a fim de evitar "prejuízos" do patrimônio escravista. O "valor de serviços prestados" era uma forma de avaliar o uso da força de trabalho de indivíduos que poderiam, compulsoriamente, ser utilizados na produção até os 21 anos de idade e, junto à omissão deliberada da condição de ingênuas para algumas crianças, pode significar que, na prática, a situação dos filhos das escravas não havia mudado tanto quanto objetivava a lei.

[114] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 139, auto 2906.
[115] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 58, auto 1259.
[116] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 64, auto 1381.
[117] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 156, auto 3269.
[118] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 114, auto 2372.

2.3 - As atividades produtivas dos escravos

Examinando as matrículas, conseguimos a descrição das atividades produtivas de 682 escravos. Com base nesta amostragem, montamos a Tabela 25.

Tabela 25: Distribuição dos escravos segundo atividade produtiva, sexo e faixas etárias –Mariana (1871-1888)

Atividade produtiva	7 a 14 anos		15 a 44 anos		+ de 44 anos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Roceiro(a)	42	12	194	49	36	19	352
Ferreiro	-	-	4	-	6	-	10
Caseiro	-	-	3	-	-	-	3
Alfaiate	-	-	2	-	-	-	2
Sapateiro	-	-	3	-	-	-	3
Carreiro(a)	-	-	6	-	5	1	12
Candieiro	1	-	1	-	2	-	4
Tropeiro	-	-	8	-	6	-	14
Caixeiro	-	-	1	-	1	-	2
Carpinteiro	1	-	4	-	3	-	8
Mineiro(a)	1	-	4	1	1	2	9
Pedreiro	-	-	3	-	2	-	5
Pastor	1	-	-	-	-	-	1
Carvoeiro	-	-	-	-	1	-	1
Serv. Domést.	1	1	2	56	-	11	71
Cozinheiro(a)	-	7	-	68	2	24	101
Campeiro	-	-	1	-	-	-	1
Fiadeira	-	4	-	2	-	-	6
Copeira	-	1	-	1	-	-	2
Lavadeira	-	1	-	18	-	4	23
Engomadeira	-	-	-	2	-	1	3
Costureira	-	2	-	21	-	2	25
Mucama	-	-	-	3	-	-	3
Pajem	3	-	1	-	-	-	4
Servente	2	2	-	-	-	-	4
Horteleiro(a)	-	-	-	-	3	3	6
Jornaleiro(a)	-	-	3	-	2	1	6
Trata de porcos	-	-	-	1	-	-	1
Total	**53**	**29**	**240**	**222**	**70**	**68**	**682**

Fonte: Matrículas dos escravos que se encontram anexadas aos inventários *post-mortem*. I ofício da Casa Setecentista de Mariana.

A atividade mais presente em nossa amostragem é a de roceiro, na qual predominavam substantivamente os homens. Somando as três faixas etárias descritas na Tabela 25, constatamos nada menos que 272 dos 352 roceiros eram do sexo masculino. Algumas atividades específicas também eram dominadas por homens. Assim, não encontramos nenhuma mulher que desempenhasse atividades como as de ferreiro, carpinteiro, sapateiro, pedreiro ou tropeiro. Estas atividades, aliás, foram pouco descritas nas matrículas, o que nos faz pensar na limitação da fonte para estudar as

atividades desenvolvidas pelos escravos.

Entre as mulheres, notamos seu predomínio nas atividades voltadas para os trabalhos domésticos. Das 71 descrições de serviços domésticos, 68 eram de mulheres. Agrupando as cozinheiras, fiadeiras, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras e mucamas, o número de mulheres envolvidas com trabalhos domésticos subiu para 229. Dentro desta gama de profissões, encontramos apenas dois homens descritos como cozinheiros.

Havia, portanto, uma correlação entre sexo e profissão: as atividades artesanais eram consideradas masculinas, enquanto as mulheres eram dadas às domésticas. Na lavoura, havia presença dos dois sexos, sendo predominantes os homens. Pudemos ver, também, diferenças com relação às faixas etárias: algumas atividades, consideradas "mais leves", eram desempenhadas pelos mais velhos ou pelos mais novos. Assim, entre os quatro horteleiros destacados, todos estavam acima dos 60 anos de idade. Entre as crianças, havia as atividades de pajem, pastor, candieiro, servente, copeiro. Quando inseridos na atividade de roceiro, muitas vezes, eram classificados como ajudantes de lavoura. Maria Lúcia Barros Mott já observou que "muitas vezes, desde pequenas, [as crianças escravas] eram obrigadas a acompanharem suas mães ao campo e com elas compartilhavam vários trabalhos agrícolas: tiravam hervas daninhas, semeavam frutas, cuidavam dos animais domésticos"[119]. Crianças com menos de 7 anos não foram descritas com atividades. Segundo Mott, era justamente aos 7 anos que as crianças escravas passavam a trabalhar no serviço mais pesado e regular. "Deixavam para trás as últimas 'regalias' infantis, aqueles que viviam na casa do senhor passavam a desempenhar funções específicas para sua idade ou já eram treinados para funções que desempenhariam vida afora"[120].

O tipo de atividade desempenhada pelo escravo influenciava seu preço. Ao elaborar um cruzamento entre as matrículas e os inventários para a faixa etária dos escravos mais produtivos (Tabela 26), aqueles descritos como roceiros tiveram preços médios inferiores aos calculados para escravos com atividades que exigissem mais qualificação (ferreiro, tropeiro, carpinteiro, pedreiro, carreiro). No caso dos sapateiros, com preços médios abaixo dos de roceiros, a justificativa pode estar na observação feita por Carlos Lima, que, através dos inventários coletados para o Rio de Janeiro do período de 1789 a 1839, sugere que o auge dos preços para homens com ofícios

[119] MOTT (1989, p.88).
[120] MOTT (1989, p.88).

artesanais acontecia um pouco mais tarde que os de outras categorias: “Artesãos pouco qualificados ficavam ´prontos` ao atingir idades próximas dos trinta anos, ao passo que os de ocupações mais sofisticadas só o faziam quase com quarenta” [121].

O decréscimo dos preços entre o primeiro e o segundo decênios aqui considerados foi notado para todos os escravos em todas as atividades produtivas.

Tabela 26: Preços médios (em libras) dos escravos de 15 a 44 anos, segundo sexo e atividade produtiva − Mariana (1871-1888)

Atividade	1871-1879		1881-1888	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	Preço médio (£)	Preço médio (£)	Preço médio (£)	Preço médio (£)
Roceiro(a)	127,22	58,97	89,20	54,9
Ferreiro	138,11	-	106,67	-
Caseiro	84,94	-	-	-
Alfaiate	sem preço	-	sem preço	-
Sapateiro	109,83	-	sem preço	-
Carreiro	133,85	-	-	-
Candieiro	106,56	-	102,67	-
Tropeiro	145,86	-	88,89	-
Caixeiro	-	-	88,89	-
Carpinteiro	128,703	-	112,00	-
Mineiro(a)	102,96	92,67	40,00	-
Pedreiro	154,44	-	-	-
Serviços domésticos	-	60,34	44,44	47,29
Cozinheira	-	72,95	-	56,56
Campeiro	77,22	-	-	-
Fiadeira	-	61,78	-	-
Copeira	-	sem preço	-	-
Lavadeira	-	68,99	-	66,67
Engomadeira	-	72,07	-	-
Costureira	-	70,01	-	67,56
Mucama	-	102,96	-	75,56
Pajem	114,98	-	-	-
Jornaleiro(a)	102,96	-	-	-
Trata de porcos	-	sem preço	-	-

n **-** números absolutos.

2.4 - A estrutura de posse

A análise da estrutura de posse (Tabela 27) permite-nos observar que, mesmo em menor número, os grandes plantéis possuíam a maior concentração de escravos (43,4%) e ingênuos (70,9%). Em sentido oposto, os plantéis com até cinco escravos, os mais freqüentes da amostragem, concentravam a menor porcentagem de cativos (13,7%) e ingênuos (2,8%). Mesmo somando as duas primeiras categorias de tamanho de plantéis, que representam 72% do total, encontramos apenas 30,7% dos cativos e menos de 10% do total de ingênuos.

[121] LIMA (1999, p.5)

Tabela 27: Estrutura de posse de escravos – Mariana (1850-1888)

	Tamanho dos plantéis				
	1-5	**6-10**	**11-20**	**+ de 20**	**Total**
% de plantéis	199 (50,6%)	84 (21,4%)	68 (17,3%)	42 (10,7%)	393 (100%)
% de escravos	520 (13,7%)	644 (17,0%)	984 (25,9%)	1647 (43,4%)	3795 (100%)
% de ingênuos	4 (2,8%)	8 (5,7%)	29 (20,6%)	100 (70,9%)	141 (100%)

Tabela 28: Estrutura de posse por década – Mariana (1850-1888)

Período		Tamanho dos plantéis				
		1-5	**6-10**	**11-20**	**+20**	**Total**
1850-1859	**% de plantéis**	70 (51,5%)	32 (23,5%)	24 (17,6%)	10 (7,4%)	136 (100%)
	% de escravos	179 (15,0%)	244 (20,4%)	352 (29,5%)	420 (35,1%)	1195 (100%)
1860-1869	**% de plantéis**	60 (54,1%)	23 (20,7%)	15 (13,5%)	13 (11,7%)	111 (100%)
	% de escravos	159 (13,9%)	185 (16,2%)	223 (19,5%)	576 (50,4%)	1143 (100%)
1870-1879	**% de plantéis**	51 (47,2%)	23 (21,3%)	19 (17,6%)	15 (13,9%)	108 (100%)
	% de escravos	141 (12,8%)	171 (15,5%)	267 (24,3%)	522 (47,4%)	1101 (100%)
	% de ingênuos	2 (3,4%)	7 (11,9%)	11 (18,6%)	39 (66,1%)	59 (100%)
1880-1888	**% de plantéis**	18 (47,4%)	6 (15,8%)	10 (26,3%)	4 (10,5%)	38 (100%)
	% de escravos	41 (11,5%)	44 (12,3%)	142 (40,0%)	129 (36,2%)	356 (100%)
	% de ingênuos	2 (2,4%)	1 (1,2%)	18 (22,0%)	61 (74,4%)	82 (100%)

Embora os plantéis com mais de vinte escravos possuíssem, em todas as décadas, a menor porcentagem de plantéis (Tabela 28), eles detiveram, com exceção dos anos 1880, a maior concentração de escravos (chegando a representar 50,4% dos escravos na década de 1860). Apesar da diminuição na representação de escravos nos 1880, estes senhores concentravam 74,4% dos ingênuos. Considerando a possibilidade de usufruto da mão-de-obra ingênua até os 21 anos, a reprodução do sistema compulsório de trabalho mantinha-se, em boa medida, inalterada e não em decadência como sugere a queda na concentração de escravos. Portanto, se considerarmos a mão-de-obra compulsória total[122], os grandes plantéis continuam na posição de detentores do maior

[122] Por mão-de-obra compulsória total entendemos a soma do número de escravos com o número de ingênuos.

número de trabalhadores nos anos 1880 (43,4% do total de trabalhadores compulsórios contra 36,5% nos de plantéis com 11 a vinte escravos).

Ainda na Tabela 28, podemos aferir que os pequenos plantéis foram os mais freqüentes através dos anos e nunca concentraram escravos em porcentagem acima das demais faixas de tamanho. Observamos ainda o significativo aumento do peso relativo dos plantéis contendo entre 11 e vinte escravos (quase nove pontos percentuais de acréscimo do período 1870-1879 para os anos 1880-1888) e a queda de mais de cinco pontos percentuais da participação dos plantéis de seis a dez escravos (no mesmo período). É possível, no que respeita à estrutura de posse de cativos, efetuarmos uma comparação entre os informes de Mariana e os de outras regiões ligadas ao mercado interno e, também, os atinentes a uma região de *plantation* (Tabela 29)[123].

Tabela 29: Estrutura de posse escrava, segundo as faixas de tamanho de plantéis para diferentes regiões

Tamanho dos plantéis	Magé (1870-1876)		Paracatu e Oeste Mineiro (1873-1875)		Franca (1875-1885)		Bananal (1874)	
	% de plantéis	% de escravos	% de plantéis	% de escravos	% de plantéis	% de escravos	% de plantéis	% de escravos
1-5	51,9	14,0	75,4	39,1	64,8	31,4	58,6	7,1
6-10	14,8	16,0	17,5	31,0	20,6	36,4	13,7	6,1
11-20	29,6	58,0	5,9	20,3	11,7	32,2	11,6	10,2
+ 20	3,7	12,0	1,3	9,6	2,9	-	16,0	76,6

*Para Franca, Oliveira assumiu a seguinte divisão dos plantéis para a determinação da porcentagem de escravos: plantéis de 1-5 escravos; plantéis de 6-10; e plantéis com mais de 10 escravos.
*Para Paracatu e Oeste Mineiro e Bananal dividiram-se os plantéis nas seguintes faixas: 1 a 4; 5 a 9; 10 a 19; e mais de 20.
Fontes: para Magé: SAMPAIO (1994, p. 137); para Paracatu e Oeste Mineiro: PAIVA & LIBBY, (1995, p. 221); para Franca: OLIVEIRA (1997, p. 83-88); para Bananal: MARCONDES (2000, p.19).

Em todas as áreas, predominaram os pequenos plantéis com até cinco escravos[124]. Os plantéis com vinte ou mais cativos ocupavam pequenas proporções nas áreas voltadas para o mercado interno (3,7% para Magé, 1,3% para Paracatu e Oeste Mineiro e 2,9% para Franca) e, na área de *plantation*, eles representavam 16% do total de

123 É preciso salientar que nem todos os dados da Tabela 29 foram obtidos pelo mesmo tipo de fonte: para Magé, Franca e Mariana, foram utilizados os inventários post-mortem; para Bananal, as listas de classificação de escravos; e, para Paracatu e Oeste Mineiro, as matrículas. Os resultados da comparação entre esses trabalhos devem ser sopesados com cautela, uma vez que cada fonte apresenta suas limitações específicas.

124 Nas últimas décadas, diversos estudos lançaram luz sobre a predominância dos pequenos e médios escravistas. Entre eles, destacam-se: LUNA (1981); LUNA & COSTA (1983); PAIVA & LIBBY (1995); SCHWARTZ (1988).

plantéis. Observando o grau de concentração escrava em Bananal, região de *plantation*, os plantéis com até cinco escravos, apesar de acharem-se em maioria, concentravam apenas 7,1% dos escravos. Os maiores plantéis detinham 76,6% dos cativos. Para as regiões envolvidas com o mercado interno, as porcentagens de escravos que compunham os menores plantéis eram muito mais significativas do que para Bananal (14% para Magé, 39,1% para Paracatu e Oeste Mineiro e 31,4% para Franca). Quanto aos grandes plantéis dessas regiões, os cativos representavam as menores proporções (12,0% para Magé e 9,6% para Paracatu e Oeste Mineiro). Mariana conforma uma exceção entre essas regiões, pois além de ter apresentado as menores porcentagens de plantéis com até cinco elementos, possuía 43,4% dos escravos vivendo em plantéis contendo mais de vinte cativos.

Segundo Carla Almeida, que examinou a região de Mariana para o período 1750-1850, a grande concentração nos maiores plantéis pode estar ligada a um maior grau de mercantilização da produção nesta localidade[125]. Além deste fator, Almeida citou outros dois que também contribuíram para a maior concentração de escravos em comparação a outras regiões associadas ao mercado interno: um deles foi a possibilidade de reprodução da população cativa e o outro foi a diversificação interna das unidades produtivas, "que contribuía para a redução dos custos de reprodução da empresa e assim liberava recursos para serem investidos em escravos."[126]

Possivelmente, as três hipóteses sugeridas por Almeida sirvam de explicação para o fato de a concentração de escravos em Mariana ter sido mais elevada que a de outras áreas ligadas ao mercado interno. Nesta dissertação, trabalharemos na tentativa de traçar indícios da reprodução natural. Mas não podemos descartar a possível entrada de escravos via tráfico. Nesse caso, a interação da região com o mercado justificaria o ato de comprar escravos.

[125] ALMEIDA (1994, p. 143).

[126] ALMEIDA (1994, p. 144). Para Hebe Maria Mattos, a concentração e o crescimento da população cativa parecem ter estado fortemente ligados à acumulação de capital num sentido mais amplo. Assim, a manutenção de uma classe de proprietários escravistas em Minas não se explica apenas pelas dificuldades de obtenção de mão-de-obra livre, como sugere Roberto Martins, mas também pelas possibilidades maiores de comercialização da produção mineira (MATTOS, 1988, p. 37). Para a mesma discussão, podemos citar: LUNA E CANO (1983); SLENES (1988); LIBBY (1988); PAIVA & KLEIN (1992); PAIVA &LIBBY (1995); LIBBY (1997).

Capítulo 3 - Estratégias de manutenção dos plantéis

Durante todo o período estudado, os escravos com idade entre 15 e 44 anos eram maioria. Sua participação caiu quase sete pontos percentuais da década de 1850 para a de 1860 e cresceu nas duas décadas subseqüentes, chegando à maioria absoluta nos anos 1880-1888 (56,9%). Boa parte deste aumento pode ser atribuída à diminuição dos indivíduos com idade desconhecida. A partir de 1872, com o advento das matrículas, os dados se tornaram mais completos e as idades dos cativos e ingênuos passaram a ser mais freqüentemente descritas. Entre os adultos mais jovens, o predomínio dos homens, em média, é pouco mais de cinco pontos percentuais maior que a participação das mulheres. Esta diferença pode ser resultante de compra de escravos "mais produtivos"[127].

Tabela 30: Escravos e ingênuos nos inventários de Mariana, segundo sexo e faixas etárias (1850-1880)

Período	Sexo	Faixas etárias					Total
		0-14 anos escravos	0-14 anos ingênuos	15-44 anos	Mais de 44 anos	Sem idade descrita	
1850/1859	Homens	15,0%	-	24,8%	7,9%	8,1%	100% (1195)
	Mulheres	14,3%	-	18,5%	5,0%	6,4%	
	Total	29,3%	-	43,2%	13,0%	14,5%	
1860/1869	Homens	16,3%	-	20,4%	12,9%	8,9%	100% (1143)
	Mulheres	14,0%	-	16,1%	5,9%	5,5%	
	Total	30,3%	-	36,5%	18,8%	14,4%	
1870/1879	Homens	13,7%	2,8%	26,0%	8,4%	2,0%	100% (1160)
	Mulheres	14,8%	2,3%	21,3%	7,1%	1,7%	
	Total	28,5%	5,1%	47,2%	15,5%	3,7%	
1880/1888	Homens	3,6%	11,6%	31,0%	7,3%	1,1%	100% (438)
	Mulheres	4,1%	7,1%	25,8%	7,8%	0,5%	
	Total	7,7%	18,7%	56,9%	15,1%	1,6%	

Obs.: IM= Índice de Masculinidade

O que há de singular com relação às crianças é que, após 1871, surge uma nova categoria: os ingênuos. Conforme podemos ver pela Tabela 30, a diminuição percentual de crianças só é real em 1880-1888, já que, no decênio anterior, somando infantes escravos e ingênuos, temos a continuação do crescimento progressivo de sua

participação nos plantéis. Considerando apenas o período 1870-1888, conforme nos revela o Gráfico 10,[128] meninas e meninos escravos sofreram acentuada baixa em participação. Entre os ingênuos, no mesmo período, o comportamento do gráfico é inverso, revelando crescimento, sobretudo entre os meninos. Esses dados são compreensíveis, devido aos nascimentos exclusivamente de ingênuos a partir da Lei Rio Branco – em nossa amostragem, eles perfaziam 5,1% do total da população dos plantéis na década de 1870 e 18,7% na década subseqüente. O que não está claro, entretanto, é o aumento menos expressivo das meninas ingênuas. Uma explicação para isso pode estar ligada à Lei do Ventre Livre: antes de 1871, as meninas recém-nascidas representavam esperança de perpetuação do sistema através de seus ventres. A Lei cessou esta lógica e os escravistas talvez tenham passado a avaliar que a relação custo-benefício das ingênuas não compensava, dada a "menor" capacidade e utilidade para o trabalho pesado. Corroborando a hipótese, notamos que a participação das meninas (escravas e ingênuas) cai quase seis pontos percentuais dos anos 1870 aos 1880, enquanto a dos meninos cai apenas 1,3 ponto percentual no mesmo período.

O Gráfico 11 mostra-nos que homens e mulheres escravos entre 15 e 44 anos possuíam curvas proporcionais ao longo do tempo ou seja, a diferença entre os sexos, a favor dos homens, teve pequena variação ao longo das décadas. Esta constância sexual pode representar a conduta de uma população que não mais sofria a entrada maciça de escravos via tráfico.

Observando o Gráfico 12, correspondente à faixa dos cativos com mais de 44 anos, notamos as participações de homens e mulheres com comportamentos distintos: a participação feminina teve ascensão contínua, enquanto a masculina retraiu-se a partir da década de 1860, sendo os homens superados em 1880-1888. Para tanto, as explicações podem residir em várias causas: fim do tráfico de africanos, maior possibilidade de os escravos com mais de 44 anos alcançarem a alforria (as escravas mais velhas poderiam ainda ser muito úteis nos afazeres domésticos) ou, ainda, maior índice de mortalidade para os escravos homens mais velhos[129]

---

[127] "Os fazendeiros preferiam os homens às mulheres, pois que, durante os últimos estágios da gestação, e os meses que se seguiam ao parto, não podiam contar com a mão-de-obra das escravas para o trabalho da lavoura". STEIN (1961, p.92).

[128] Os gráficos 10, 11 e 12 foram confeccionados com base em dados obtidos na Tabela 30.

[129] "Se o escravo jovem e vigoroso devia ser preservado, os escravos velhos e inválidos constituíam peso morto no orçamento do plantador. Consumiam alimentos e já não produziam. Havia proprietários, certamente, que sustentavam seus velhos escravos [e confiavam a eles] tarefas leves como a criação de aves aos negros inválidos. A maioria dos plantadores agia de maneira mais simples: alforriava os escravos velhos e já imprestáveis" (GORENDER, 1988, p.190) .

Gráfico 10- Indivíduos de 0-14 anos segundo sexo e condição através das décadas

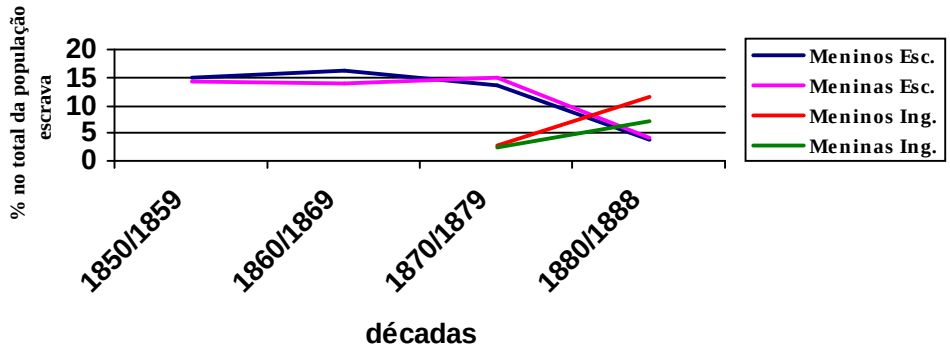


Gráfico 11- Escravos de 15 a 44 anos segundo sexo através das décadas

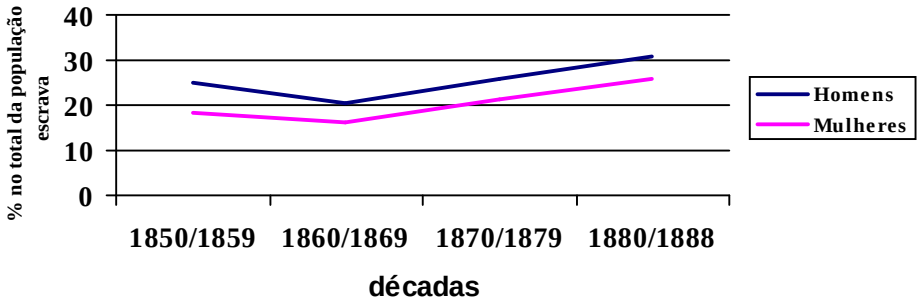
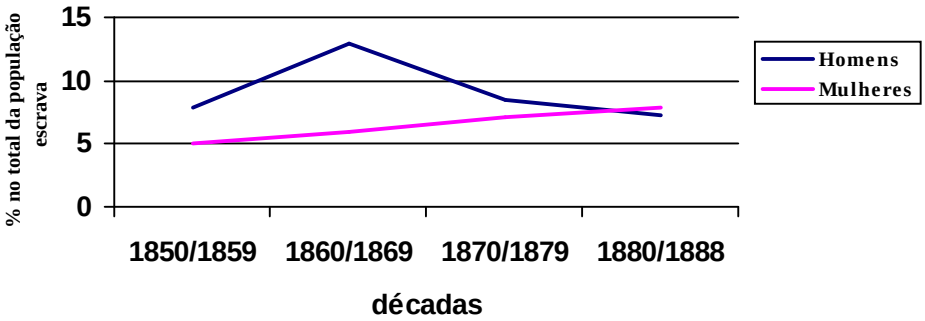


Gráfico 12- Escravos com mais de 44 anos segundo o sexo através das décadas



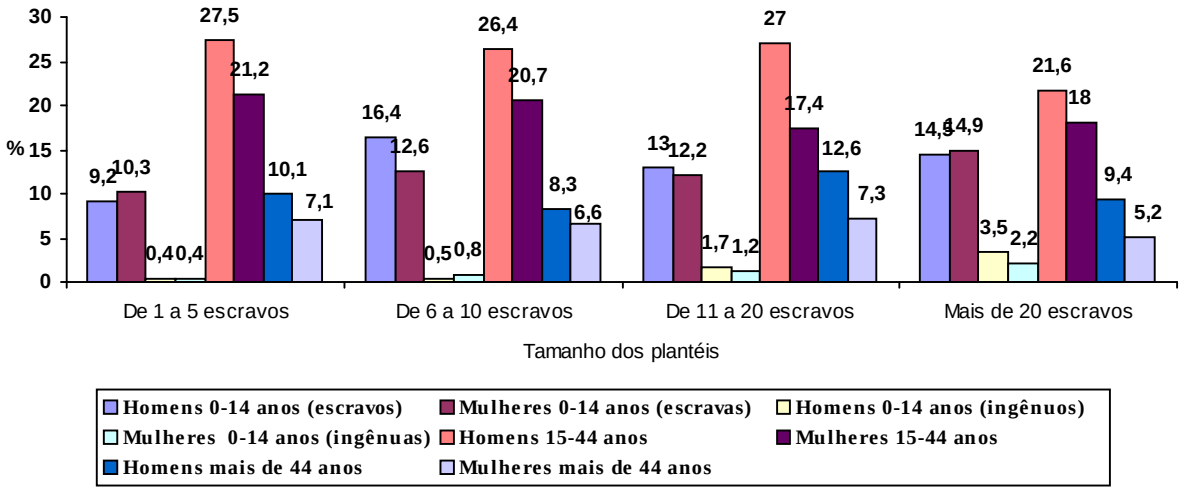
Distribuindo os escravos por tamanho de plantel, no total das quatro décadas analisadas (Gráfico 13), encontramos, nos conjuntos com até cinco escravos, a maior participação de homens e mulheres entre 15 e 44 anos (48,7%) e a menor participação de crianças escravas e ingênuas (20,3%). Lançamos três possíveis razões para os números obtidos nesses pequenos plantéis: a) devido ao menor número de escravos (muitas vezes não ia além da unidade) e considerando a dificuldade de enlaces entre escravos de propriedades distintas, os pequenos plantéis eram menos propícios à formação de famílias e, conseqüentemente, menos propícios à reprodução; b) a conservação de escravos mais produtivos e venda das crias destes pequenos plantéis para outros maiores, ou seja, um pequeno escravista nem sempre tinha condições de manter crianças sem que estas dessem retorno à produção[130]; e c) cada criança nascida e mantida no pequeno plantel aumenta a possibilidade de que este mesmo plantel tenha passado de pequeno a pequeno-médio (seis a dez escravos). Um bom exemplo desta última hipótese está no inventário do senhor Raimundo Dias da Silva[131], datado de 1865, que possuía sete escravos: duas escravas adultas, um escravo adulto e quatro crianças, sendo três descritas como filhas de uma habitante do plantel.

Nas demais categorias de plantéis, a participação de escravos jovens adultos caiu em relação aos pequenos, não deixando, entretanto, de ser majoritária. Esta queda era compensada pela maior participação de crianças. Nestas outras faixas de tamanho, as frações dedicadas às crianças atingiam 30,3%, 28,1% e 35,1%, respectivamente. Já os cativos com mais de 44 anos tiveram as porcentagens relativas a suas participações oscilando. Nos plantéis contendo entre um e cinco escravos, eles eram 17,2% do total de escravos. Na categoria subseqüente, os cativos mais idosos eram 14,9%, chegando a 19,9% nos plantéis contendo de 11 a vinte escravos. Nos maiores plantéis, suas participações decresceram um pouco e atingiram a porcentagem de 14,6% do total de escravos.

[130] Segundo Hebert Klein e Stuart Engerman, "o custo dos alimentos era algo que impedia os senhores de incentivarem a reprodução entre os escravos" (KLEIN & ENGERMAN, 1984, p. 213). Este custo devia ser menor para os senhores mais abastados e produtores de alimentos que no caso dos pequenos escravistas, normalmente possuidores de poucos recursos.

[131] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 125, auto 2615.

Gráfico 13: Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo, faixas etárias e diferentes tamanhos de plantéis (1850-1888)



Na Tabela 31, separamos escravos e ingênuos por década e tamanho de plantel segundo as diversas faixas etárias. A primeira consideração a ser feita é a verificação da redução drástica dos indivíduos sem idade conhecida a partir da década de 1870, graças à disponibilidade das matrículas de 1872 em diante. Esta consideração deve permear todas as alterações de caráter participativo na configuração etária dos plantéis.

Tabela 31: Escravos e ingênuos segundo sexo, faixas etárias e diferentes tamanhos de plantéis – Mariana (1850-1888)

Décadas		Tamanho de Plantéis			
		1 a 5 escravos	6 a 10 escravos	11 a 20 escravos	Mais de 20 escravos
1850/1859	Escravos de 0-14 anos	18,5% (33)	30,1% (73)	31,5% (111)	31,8% (133)
	Ingênuos de 0-14 anos	-	-	-	-
	Escravos de 15-44 anos	43,6% (78)	54,1% (132)	45,8% (161)	35,2% (148)
	Escravos c/ mais de 44 anos	16,7% (30)	11,0% (27)	14,8% (52)	11,0% (46)
	Escravos sem idade descrita	21,2% (38)	4,8% (12)	7,9% (28)	22,0% (93)
	Total	100% (179)	100% (244)	100% (352)	100% (420)
1860/1869	Escravos de 0-14 anos	22,7% (36)	34,1% (63)	30,1% (67)	31,3% (180)
	Ingênuos de 0-14 anos	-	-	-	-
	Escravos de 15-44 anos	40,9% (65)	40,0% (74)	38,1% (85)	33,5% (193)
	Escravos com mais de 44 anos	18,2% (29)	19,5% (36)	15,7% (35)	20,0% (115)
	Escravos sem idade descrita	18,2% (29)	6,4% (12)	16,1% (36)	15,2% (88)
	Total	100% (159)	100% (185)	100% (223)	100% (576)
1870/1879	Escravos de 0-14 anos	20,3% (29)	28,7% (51)	23,7% (66)	32,8% (184)
	Ingênuos de 0-14 anos	1,4% (2)	3,9% (7)	4,0% (11)	7,0% (39)
	Escravos de 15-44 anos	58,0% (83)	44,9% (80)	47,8% (133)	44,9% (252)
	Escravos c/ mais de 44 anos	16,1% (23)	11,8% (21)	19,8% (55)	14,4% (81)
	Escravos sem idade descrita	4,2% (6)	10,7% (19)	4,7% (13)	0,9% (5)
	Total	100% (143)	100% (178)	100% (278)	100% (561)
1880/1888*	Escravos de 0-14 anos	9,2% (4)	6,7% (3)	7,5% (12)	8,0% (15)
	Ingênuos de 0-14 anos	4,6% (2)	2,2% (1)	11,3% (18)	32,1% (61)
	Escravos de 15-44 anos	67,6% (29)	46,6% (21)	40,6% (65)	53,1% (101)
	Escravos c/ mais de 44 anos	18,6% (8)	28,9% (13)	40,6% (65)	6,8% (13)
	Escravos sem idade descrita	-	15,6% (7)	-	-
	Total	100% (43)	100% (45)	100% (160)	100% (190)

*As duas primeiras categorias de plantéis de escravos nesta década detinham as menores amostragens (43 e 45 escravos) de toda a coleta. Isto significa dizer que apenas um escravo é responsável por 2,3 e 2,2% na distribuição sexo-etária. Assim, a presença ou a ausência de um ou mais indivíduos em qualquer faixa etária faz-se sentir sempre de maneira mais influente, para mais ou menos, do que em casos com amostragem superior.

Escravos entre 15 e 44 anos de idade sempre foram os mais representativos em todas as faixas de tamanho e em todo o período analisado; sua participação sempre foi superior a um terço, chegando a representar mais de dois terços dos escravos dos plantéis de um a cinco escravos na década de 1880.

As participações de cativos com mais de 44 anos, nas três primeiras décadas, variaram entre um mínimo de 11,0% e um máximo de 20,0%. Nesta faixa etária, a mudança mais brusca pode ser sentida entre as categorias de plantel que abrigavam escravos em número superior a seis entre as décadas de 1870 e 1880. Mas, enquanto nas faixas de seis a dez e de 11 a vinte sua participação mais que dobrou, para os plantéis com mais de vinte escravos houve queda de mais da metade (na primeira década eles representavam 14,4% e, na segunda, perfaziam tão-somente 6,8%).

Durante as três primeiras décadas analisadas, as crianças tiveram porcentagens bastante expressivas. Apenas entre os menores plantéis na década de 1850 a participação infantil foi inferior a 20%. Na verdade, excetuando esta categoria de plantel (na qual as porcentagens de cativos infantes atingem 18,5%, 22,7% e 21,7%, respectivamente, nas três primeiras décadas) e os plantéis com 11-20 escravos na década de 1870, a porcentagem de crianças sempre ultrapassou os 30%.

No período de 1880 a 1888, categorias que abrigaram aumento dos mancípios maiores de 44 anos sentiram suas crianças diminuírem em participação; e, na categoria de plantel com diminuição da população cativa acima dos 44 anos (os plantéis com mais de vinte escravos), as crianças representaram nada menos que 40,1% da população – a maior porcentagem de crianças encontrada em nossa amostragem.

As maiores proporções de crianças foram computadas nos grandes plantéis das décadas de 1870 e 1880. Entre as três primeiras faixas de tamanho de plantéis, a queda nas proporções pôde ser vista da década de 1860 para a de 1870 e, ainda mais, nos anos 1880-1888: dos anos 1860 aos 1880, a queda da participação infantil, mesmo contando com os ingênuos, igualou-se a 39,2%, 73,9% e 37,5%, respectivamente, nos três menores tamanhos de plantéis, enquanto, nos plantéis com mais de vinte escravos, houve aumento de 28,1%. Talvez, para os plantéis com menos de vinte escravos, o peso do custo da manutenção das crianças e o incentivo à venda tornaram impraticável a conservação de um elevado número de crianças. Desde 1850, com o fim do tráfico transatlântico, manter plantéis significava utilizar-se do tráfico interno ou da reprodução natural. O passar do tempo mostrou que os grandes plantéis tiveram melhores condições

de sustentar o custo e o investimento a longo prazo da reprodução natural. Separando as crianças em escravas ou ingênuas, temos uma compreensão mais exata do que representou a lei para os escravistas residentes em Mariana.

Tabela 32: Distribuição das crianças escravas e ingênuas por sexo segundo os diferentes tamanhos de plantel – Mariana (1870-1888)

		Tamanho de Plantéis			
Décadas		**1 a 5 escravos**	**6 a 10 escravos**	**11 a 20 escravos**	**Mais de 20 escravos**
1870/1879	Homens 0-14 anos (escravos)	38,7%	46,5%	41,6%	39,5%
	Mulheres 0-14 anos (escravas)	54,8%	41,4%	44,1	43,0%
	Homens 0-14 anos (ingênuos)	3,2%	5,2%	6,5%	10,3%
	Mulheres 0-14 anos (ingênuas)	3,2%	6,9%	7,8%	7,2%
	Total	100% (31)	100% (58)	100% (77)	100% (223)
1880/1888	Homens 0-14 anos (escravos)	33,3%	50,0%	10,0%	11,8%
	Mulheres 0-14 anos (escravas)	33,3%	25,0%	30,0%	7,9%
	Homens 0-14 anos (ingênuos)	16,7%	-	40,0%	50,0%
	Mulheres 0-14 anos (ingênuas)	16,7%	25,0%	20.0%	30,3%
	Total	100% (6)	100% (4)	100% (30)	100% (76)

De acordo com a Tabela 32, com exceção dos meninos habitantes nos plantéis com 6-10 cativos e das meninas na categoria subseqüente, houve redução significativa nas participações das crianças escravas (sobretudo das meninas nos anos 1880-1888). Quanto aos ingênuos, excetuando meninos de plantéis contendo de seis a dez escravos, houve incremento bastante significativo em suas participações de uma década para outra. Esse aumento aconteceu de maneira diferenciada entre meninos e meninas ingênuas nas distintas categorias de plantéis: entre os menores, acréscimo semelhante para ambos os sexos; para a faixa de seis a dez, aumento de participação somente para as ingênuas[132]; entre os plantéis contendo de 11 a vinte e os com mais de vinte cativos, o

[132] Conforme já observamos, os plantéis com até cinco escravos e os com seis a dez escravos dos anos 80 detiveram as menores amostragens de toda a coleta. Com relação às crianças, as fontes nos revelaram a

aumento de meninos ingênuos é bem mais acentuado do que de meninas na mesma condição.

Os dados acima sugerem que, após a Lei do Ventre Livre, os proprietários com menos de vinte mancípios preferiam investir ou conservar a mão-de-obra mais capacitada e com maior expectativa de cativeiro. Isto é percebido com base na crescente participação de escravos homens e mulheres de 15 a 44 anos de idade em todos os tamanhos de plantéis. Os homens com mais de 44 anos também aumentaram sua participação – podemos sugerir que a capacidade de trabalho dos escravos mais velhos passou a ser mais valorizada após 1871. Já as crianças, na maioria ingênuas, sofreram desvalorização por parte dos proprietários com menos de vinte escravos, que talvez vissem nos ingênuos, principalmente do sexo feminino, não uma alternativa de mão-de-obra, mas um investimento não rendoso, dispensado da obrigação de prestação de trabalho antes de tornar-se lucrativo. Os motivos para isso talvez residam no fato de que os ingênuos demandavam, como todas as crianças, maiores cuidados para lhes garantir a sobrevivência, sabendo-se que aos 21 anos estariam dispensados da obrigação do trabalho. O mesmo não ocorria entre os senhores que possuíam mais de vinte cativos: para eles, a participação da mão-de-obra infantil, graças à presença de ingênuos, aumentou quase quatro pontos percentuais de uma a outra década estudada.

Podemos pensar na possibilidade de transferência de crianças entre os plantéis de Mariana: os infantes estariam sendo deslocados dos menores para os maiores plantéis. No entanto, a alta porcentagem de crianças inseridas em famílias nos plantéis com mais de vinte escravos durante o período 1880-1888 (como veremos na próxima parte deste estudo) não sustenta esta hipótese. Descartada a possibilidade de comércio de crianças, fica a pergunta: que destino teriam os ingênuos dos plantéis com menos de vinte escravos? Com base na historiografia, surgem quatro possibilidades: a tutela do Estado[133], a morte[134], o abandono[135] e o tráfico para outras regiões[136].

---

presença de apenas quatro elementos nesta categoria. O que significa dizer que um indivíduo representa 25,0% do total de crianças dessa faixa de plantel, fato que, sem dúvida, prejudica a análise.

[133] A maioria dos ingênuos sobreviventes permaneceu nas fazendas sob a supervisão dos donos de suas mães. Segundo Conrad, dos 400 mil ingênuos registrados no Brasil até 1885, apenas 118 foram confiados ao governo em troca dos títulos e, no ano seguinte, apenas dois ingênuos foram trocados nesses termos. CONRAD (1978, p. 144). A concordar, Stein afirma que "poucos fazendeiros recorreram à opção de libertar seus ingênuos com a idade de oito anos, recebendo indenização do Governo Imperial. Em vez disso, incorporaram os filhos das escravas ao seu plantel de mão-de-obra escrava; dos 9.310 ingênuos registrados em Vassouras, entre 1873 e 1888, 64 eram libertos – e isso mesmo por se acharem em companhia de suas mães libertadas pelo Fundo de Emancipação". STEIN (1961, p. 80).

[134] Alaniz constata crescimento desmedido das taxas de mortalidade de crianças negras no país após a Lei de 1871 (cf. ALANIZ, 1997, p. 48).

Como vimos, essas hipóteses não parecem cabíveis nos maiores plantéis. Para estes, parece-nos apropriado destacar a reprodução natural como responsável pela alta porcentagem de crianças presentes na última década escravista. Sabemos que era nesta categoria que se encontravam as maiores possibilidades de estabilidade familiar e, conseqüentemente, os maiores índices de reprodução natural. Considerando os grandes escravistas como detentores de maior potencial econômico (maior concentração de terras, animais e benfeitorias) talvez a mudança de atitude com relação às crianças derive da maior necessidade de mão-de-obra destes proprietários. Examinando o papel das crianças escravas na região Metalúrgico-Mantiqueira do século XIX, Renato Venâncio também encontrou variação da importância da criança entre os proprietários. "Para alguns senhores a criança escrava era uma carga inútil, enquanto para outros tornou-se um trabalhador em potencial, um bem precioso a ser protegido e conservado"[137]. Classificando os senhores segundo as duas representações, o autor concluiu que os pequenos plantéis eram os que menos investiam na mão-de-obra infantil. Já os médios e grandes plantéis possuíam participação de crianças semelhante à da população livre. Tal diferença pode estar nas atividades econômicas desenvolvidas pelos cativos. Segundo as estimativas de Douglas Libby, 53,1% dos escravos dos grandes plantéis da região Metalúrgico-Mantiqueira, no período 1831-1840, estavam preferencialmente ocupados no artesanato, enquanto os demais senhores destinavam

---

[135] Um estudo sobre o abandono de crianças recém-nascidas, realizado por Renato Venâncio e Lana Lage Lima, para o Rio de Janeiro, revela que, após 1871, aumentou o número de abandonos entre crianças pardas e negras, embora não se tenha conhecimento da origem de suas mães; segundo os autores, é "difícil não ver aí uma relação entre a evolução desses índices de abandono e a promulgação da Lei Rio Branco." VENÂNCIO & LIMA (1988, p. 28). O abandono das crianças de cor ainda não foi estudado para Mariana, mas nos parece plausível a hipótese de aumento dos índices de abandono após 1871, principalmente entre as meninas.

[136] As elevações dos preços dos escravos na década de 1870 podem ter estimulado os senhores a descumprirem a lei que proibia a comercialização dos ingênuos. A existência da Lei do Ventre Livre não foi suficiente para acabar com o comércio de crianças negras. Conforme observa Conrad, era muito comum, no Rio de Janeiro, a compra e venda abertas de serviços de crianças ingênuas anunciadas na imprensa pública, assim como nos mercados. "Tais anúncios continham os nomes, idades e 'avaliações' de ingênuos, também certificados por tabeliães públicos. Uma dessas listas, publicada em 1881, incluía dez ingênuos cujos preços iam de 400 mil-réis para um rapaz de nove para dez anos até 10 mil-réis por uma criança do sexo masculino de dois anos; outra lista mais tarde incluía um *riobranco* de nome Luiz, que esperavam vender por uns meros cinco mil-réis" CONRAD (1978, p. 142). Seria interessante aferir as movimentações de compra e venda de escravos para os anos 1880. No entanto, as fontes não permitem – não conseguimos coletar nenhum registro de compra e venda de escravos para esse decênio. Sabemos que, após dezembro de 1880, a entrada de escravos de outras províncias em Minas Gerais seria pesadamente tributada pelo governo. Martins calcula que a região à qual pertence Mariana, a Metalúrgico-Mantiqueira, teve sua população escrava decrescendo 2,2 pontos percentuais entre 1880 e 1884. Entre a última data e 1886, a população manteve-se na mesma proporção, 17,3% (cf. MARTINS, 1882, p. 31).

[137] VENÂNCIO (1991, p. 97).

apenas 22,7% da escravaria a essa atividade.[138] Com base nestes dados, Venâncio suspeita que a necessidade da transmissão das técnicas artesanais tenha justificado a maior concentração das crianças nos maiores plantéis.

Tabela 33: Índice de Masculinidade entre a população escrava e ingênua segundo os diferentes tamanhos de plantéis – Mariana (1850-1888)

Décadas		Tamanho de plantéis				Total
		1 a 5 esc.	6 a 10 esc.	11 a 20 esc.	Mais de 20 esc.	
1850/1859	Escravos de 0 a 14 anos	65	121	106	109	105
	Ingênuos de 0 a 14 anos	-	-	-	-	-
	Escravos de 15 a 44 anos	111	145	148	124	134
	Escravos com mais de 44 anos	114	108	244	156	173
1860/1869	Escravos de 0 a 14 anos	139	162	148	92	117
	Ingênuos de 0 a 14 anos	-	-	-	-	-
	Escravos de 15 a 44 anos	141	131	124	122	128
	Escravos com mais de 44 anos	189	200	149	257	220
1870/1879	Escravos de 0 a 14 anos	71	113	94	92	93
	Ingênuos de 0 a 14 anos	100	77	82	141	118
	Escravos de 15 a 44 anos	130	86	156	117	123
	Escravos com mais de 44 anos	109	90	90	162	116
1880/1888	Escravos de 0 a 14 anos	100	205	34	142	115
	Ingênuos de 0 a 14 anos	100	0	197	165	233
	Escravos de 15 a 44 anos	163	250	306	115	120
	Escravos com mais de 44 anos	304	85	306	45	94

A Tabela 33 permite-nos analisar os índices de masculinidade entre os escravos. Para aqueles entre 15 e 44 anos de idade, a razão entre os sexos sempre tendeu para os homens – com exceção de plantéis que continham de seis a dez escravos na década de 1870. Na mesma faixa etária, os índices de masculinidade mais elevados estavam justamente nas três primeiras categorias de plantéis nos anos 1880-1888, as mesmas que impressionaram pela baixa participação de crianças[139].

Os maiores índices de masculinidade de nossa análise foram resultados dos cálculos para os escravos maiores de 44 anos. Certamente, estes números decorrem da prática do tráfico, livre antes de 1850 – no início do capítulo, quando tratávamos das

[138] LIBBY (1988, p. 136).

[139] Devemos ressaltar a reduzida amostragem de escravos nas duas primeiras categorias de plantéis para a década de 1880. Certamente, tal fato compromete qualquer interpretação dos índices de masculinidade para estas categorias.

características da amostragem escrava analisada, observamos que 15,1% dos escravos encontrados nos inventários da década de 1850 eram africanos. Mesmo sendo menores que os calculados para os com mais de 44 anos, os índices de masculinidade dos escravos com idades variando entre 15 e 44 anos indicaram a presença do tráfico interno atuante na Mariana do final do século XIX. A preferência dos senhores pela compra de homens no mercado de escravos sempre foi notável em detrimento à compra de mulheres. Alguns estudiosos, como Roberto Martins, consideram o tráfico como a causa principal da ampliação do contingente de escravos na província mineira, que chegou ao final do XIX a conter a maior população escrava do Brasil. Tendo as crianças escravas os menores índices de masculinidade, é possível que se tratasse de um grupo (os menores de 15 anos) fruto de reprodução endógena, pelo menos até 1871, quando a instituição do ventre livre das escravas alterara a condição de seus filhos recém-nascidos e também influenciaram no interesse pela reprodução natural.

Libby observou que, no período posterior ao tráfico transatlântico, existiam evidências que apontavam para o aumento da capacidade de reprodução da população escrava[140]. Os senhores passaram a levar em conta a necessidade de melhor tratamento dos cativos, afinal tratava-se de garantir o crescimento de seus investimentos e a manutenção de uma população que não poderia ser facilmente reposta. Os relatos dos viajantes que percorreram Minas no século XIX descrevem as mulheres escravas como "reprodutoras" de braços escravos. A reprodução fazia parte da condição trabalhadora dessas mulheres. "Com o fim do tráfico, sobretudo, recai sobre as escravas a imposição de aumentar o contingente de trabalhadores, mesmo enquanto libertos. (...) As primeiras medidas para pôr fim ao tráfico valorizavam as mulheres negras por sua potencialidade reprodutiva"[141]. Os viajantes revelaram imagens humanizadas da escravidão registrando os cuidados que os proprietários estavam tomando com a maternidade – trabalhos mais leves, contato mais estreito entre a mãe e o filho ou incentivo aos casamentos entre escravos[142].

[140] LIBBY (1988, p. 105). Fragoso e Florentino falam em duas realidades demográficas: uma anterior a 1850 e outra que iria daí até 1888. Entre as transformações ocorridas no pós-1850 estariam aquelas que apontam no sentido da melhoria das condições para a reprodução endógena da escravidão. Ver: FRAGOSO & FLORENTINO (1987, p. 156). Durante as primeiras décadas da exploração mineral, a procriação não foi valorizada pelos proprietários, pois o tráfico africano se incumbia de abastecer o mercado. A procriação era um investimento de longo prazo e muitas vezes sem retorno, pois o escravo daí nascido podia adoecer e até mesmo morrer antes de chegar à idade útil. Quanto à família, de modo geral, a rotatividade dos escravos, o alto índice de masculinidade e a alta mortalidade concorriam para torná-la instável (cf. FIGUEIREDO, 1997, p. 83).
[141] LEITE (1996, p. 133).
[142] BURTON (1980); RIBEYROLLES (1941).

Parte III - A família escrava

Introdução

Chegamos, enfim, ao tema central de nossa pesquisa. Tentaremos, nesta parte, revelar as características das famílias de escravos de Mariana (região, há tempos, ligada ao mercado interno). O período analisado (segunda metade do século XIX) foi singular devido às leis instituídas com o propósito de avançar, gradualmente, em direção à abolição. O fim do tráfico de africanos em 1850 provocou uma rearticulação do escravismo, que a partir de então, para continuar a existir, teria que investir na reprodução natural e/ou intensificar o tráfico interno. Alternativas que também sofreram abalos quando da instituição de outras duas leis: uma que declarava proibida a separação das famílias escravas por vendas, doações ou partilhas e outra que libertava o ventre das escravas. Somou-se a essas a criação de um Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos que dava prioridade às famílias na ordem de classificação para alcançar o benefício. Esta conjuntura aplicada a uma região de economia interna foi o pano de fundo para nossa análise. Até o momento, com poucas exceções[143], a ênfase dada às famílias escravas brasileiras estava em estudos sobre as regiões agroexportadoras. Desse modo, nossa pesquisa visa contribuir para o debate sobre a família escrava no Brasil, esclarecendo as características da escravidão em seus aspectos demográficos numa região não ligada ao setor de exportação. A população escrava amostrada era formada predominantemente por crioulos e havia relativo equilíbrio entre os sexos (fatores que aumentavam as oportunidades de criação dos vínculos familiares). Também analisaremos a reprodução natural que o meio familiar possibilitou.

Antes de chegar aos nossos resultados, trataremos de sintetizar o perfil da família escrava brasileira através de alguns dos mais importantes estudos a respeito do tema e que compuseram o quadro teórico de nossa pesquisa (Capítulo 3). Priorizaremos as análises baseadas na demografia histórica, um dos campos mais visitados por aqueles que se dedicam ao estudo atual da escravidão.

Por fim, no Capítulo 4, apresentaremos nossas conclusões, obtidas a partir da análise das fontes primárias sobre as famílias e a reprodução natural de escravos em Mariana. Apontaremos indícios de que a reprodução natural foi importante para o

[143] GUTIÉRREZ (1987); PAIVA & KLEIN (1992); BOTELHO (1994); PAIVA &LIBBY (1995); VASCONCELLOS (2000); MOTTA & VALENTIM (Texto inédito).

crescimento da população cativa marianense na segunda metade do último século de escravidão. Considerando a família escrava a variável essencial na compreensão do fenômeno da reprodução, procuraremos compreendê-la através de sua estrutura (tipos de família, número de filhos, estabilidade etc.).

Capítulo 4: A família escrava na historiografia recente

Como se sabe, os primeiros estudos sobre as relações entre escravos no Brasil revelaram uma noção de devassidão imperando nas senzalas. O relacionamento de cunho familiar não tinha lugar; enfatizavam-se as relações sexuais em seu aspecto meramente instintivo, revelando uma situação de generalizada promiscuidade[144]. Essa interpretação foi baseada em argumentos como a inferioridade racial do negro[145] e a impossibilidade de organização familiar dos escravos, devido à falta de estímulo dos senhores[146] ou da própria população escrava[147]. O alto Índice de Masculinidade (ainda no pleno exercício do tráfico transatlântico) e o tráfico interno (a partir de 1850) foram outros argumentos que justificaram a inviabilidade da estabilidade familiar entre os cativos[148]. A maioria desses autores atribuiu à escravidão a responsabilidade pela destruição da família escrava que impôs ao escravo a condição de "anomia social"[149].

A idéia de "anomia" também fez parte dos estudos norte-americanos referentes à escravidão[150]. Esta visão foi reconsiderada nos anos 1970, quando novos estudos apontaram para as formas da resistência cativa ao sistema[151]. Sobre a família escrava, os novos estudos videnciaram o predomínio das uniões monogâmicas. As famílias nuclear e extensa eram instituições ativas e, ao contrário do que era compreendido pelas teses da historiografia tradicional, os escravos eram regidos por normas formuladas pela própria comunidade negra. Os novos achados norte-americanos assinalaram, no Brasil, uma mudança de enfoque quanto à existência da família escrava e sua comunidade. Temos, especialmente, a influência de Hebert Gutman[152] e Eugene Genovese[153].

Para Gutman, independente das variações que se verificaram na estrutura produtiva, as famílias escravas eram visíveis na sociedade escravista sulista desde 1750. Isto não quer dizer que o crescimento natural da população escrava tenha se dado de maneira uniforme em todas as propriedades ao longo de mais de um século. Na verdade, cada plantel teria passado por um ciclo de três fases distintas com relação ao

[144] MALHEIRO (1976).
[145] NINA RODRIGUES (1982).
[146] FERNANDES (1965); FREYRE (1980).
[147] MATTOSO, (1982).
[148] CARDOSO & IANNI (1960).
[149] FERNANDES (1965).
[150] FRAZIER (1932); KARDINER & OVESEY (1862); MOYNIHAN (1967).
[151] GENOVESE (1972); BLASSINGAME (1972); FOGEL & ENGERMAN (1974); ELKINS (1968); GUTMAN (1976); GENOVESE (1988).
[152] GUTMAN (1976).
[153] GENOVESE (1988).

crescimento vegetativo positivo. Na primeira fase, as famílias e a comunidade cativas encontravam-se em formação e a reprodução era simples ou ligeiramente ampliada. Na segunda fase, estavam plenamente formadas e estáveis (o que conduzia à reprodução bastante ampliada). Já a terceira fase era a de desagregação dos plantéis, das famílias e da comunidade cativas, ora por motivo de distribuição de heranças, ora em função de mudanças estruturais como a substituição de atividades produtivas ou de um fluxo migratório de escravos para regiões com maior dinamismo econômico – no caso dos Estados Unidos do século XIX, a marcha do algodão para o interior sulista. Durante a última fase, o potencial reprodutivo diminuía, mas o ciclo seria retomado logo em seguida com renovada constituição de famílias e comunidades. O autor ainda extrapolou a simples identificação demográfica da família, discutindo a noção de comunidade escrava, construída sobre as bases institucionais da família e da religião em que a relação "senhor/escravo" se fazia preservando forte dose de autonomia cultural para os escravos. A comunidade negra, formada na vigência do cativeiro, baseava-se nos laços horizontais de família, parentesco, compadrio e vínculos religiosos entre os escravos. De um lado, ficava a família branca e, de outro, a família negra.

A respeito da autonomia, Genovese afirmou que senhores e escravos foram agentes sociais atuantes nessa relação. Para tanto, os senhores utilizaram-se do paternalismo como meio de disciplinar e justificar o sistema de exploração no qual o trabalho involuntário dos escravos funcionava como legítima retribuição à proteção e direção que lhes davam os senhores. Entre as armas de defesa dos escravos a mais importante foi a religião, "que lhes ensinava a se amarem e valorizarem uns aos outros, a assumirem uma visão crítica em relação aos senhores e a rejeitarem as justificativas ideológicas para sua própria escravização"[154]. Na essência da cultura negra, conservava-se uma religião que, apesar de apresentar ligações com a religião imposta pelos brancos, resultava da experiência dos negros.

Os negros permaneciam subordinados aos brancos, mas, no entanto, senhores e escravos viviam e trabalhavam juntos e, sendo assim, a existência de uma comunidade exigia que todos estabelecessem algum grau de interesse e respeito. Para os negros, tratava-se de uma oportunidade para construírem um mundo "aceitável" para si e seus filhos em meio a tão dura adversidade. A escravidão requeria que senhores transformassem seus escravos em uma extensão de sua própria vontade: objetos que não

[154] GENOVESE (1988, p. 24).

pensam e não sentem; mas os escravos resistiram à desumanização, e, por isso, os senhores se viram forçados a fazer certas concessões para conseguir o trabalho que desejavam (incentivos materiais, trabalhos em comunidade, estabilidade familiar). "Os senhores, como sempre, impunham sua vontade, mas pagavam o preço desta imposição. Os escravos, como sempre, eram vítimas das exigências dos que os exploravam, mas conseguiam exercer uma certa pressão em benefício próprio"[155].

Tanto em Gutman quanto em Genovese, identificamos as bases da formação das relações comunitárias entre os escravos na convivência coletiva e relações familiares, sobre as quais se erigiu uma identidade especificamente negra. A noção da comunidade escrava e os processos de negociação entre escravos e senhores renderam, no Brasil, vários trabalhos, entre os quais destacamos os de Hebe Maria Mattos[156], Robert Slenes[157] e Manolo Florentino e José Roberto Góes[158].

Para Mattos, que analisa o sudeste brasileiro do século XIX, em uma sociedade escravista, os processos de desenraizamento – conseqüentes do tráfico – eram usuais e o acesso às relações familiares era a oportunidade de inserção na nova comunidade. Além de conformar uma identidade escrava comum, as relações comunitárias, tecidas sobre o alicerce da família e da memória geracional, engendraram para seus integrantes a possibilidade de se distinguirem ante o estereótipo mais comumente associado à escravidão (falta de laços familiares, celibato, castigos físicos e trabalho coletivo), aproximando os escravos pertencentes à comunidade de uma visão de liberdade: através do parentesco, o escravo atingia maiores chances de acesso à roça própria, moradia separada, formação de um pecúlio. Podia, até mesmo, almejar, para si e seus familiares, a alforria. E, uma vez conquistada a liberdade, o cativo podia sonhar com um pedaço de terra e escravos. A conseqüência disso na senzala era um elevado nível de competição entre escravos. O escravo recém-chegado ao plantel – até 1850, mormente o africano – não era imediatamente incluído na comunidade escrava. Para tal, era necessário que travasse relações duradouras com os escravos mais antigos. Havia, então, duas situações dentro de um mesmo plantel: a comunidade escrava que, quanto mais aprofundava suas relações familiares, mais acesso obtinha a espaços econômicos e familiares de autonomia; e os cativos recém-chegados, vítimas dos aspectos mais rígidos e violentos do escravismo.

[155] GENOVESE (1988, p. 447).
[156] MATTOS (1998).
[157] SLENES (1999).

> *"Esboça-se, assim, uma política de domínio, que se escora, por um lado, quase que totalmente no terror e na violência, no que se refere à disciplinarização dos escravos recém-chegados, especialmente nos casos de abertura de novas fazendas. Em estabelecimentos antigos, o mesmo não deixava de prevalecer, mas, sem dúvida, a comunidade preexistente exercia algum tipo de papel neste processo de adequação do cativo à nova realidade da plantation"* [159].

O tempo era essencial na formação e consolidação da comunidade escrava, mas a contínua chegada de novos escravos, majoritariamente homens, fazia com que nem todos tivessem acesso à comunidade. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX, a comunidade escrava tenderia a se solidificar devido ao fim do tráfico internacional. Porém, o enorme aumento do tráfico interno ocasionou na comunidade escrava uma forte tensão devido ao seu potencial de separação familiar. Como destaca a autora, "(...) na vigência do tráfico africano, é de se supor que fosse muito mais fácil preservar as relações familiares entre os cativos, tendo em vista que a fonte de novos braços para a expansão do sistema não estava no crescimento natural dos mesmos"[160].

Examinando o Rio de Janeiro do período aproximado de 1790 a 1850, Manolo Florentino e José Roberto Góes afirmam serem os plantéis (principalmente os mais numerosos) lugares privilegiados da dissensão e do conflito: um plantel não era, em princípio, a tradução de um *nós* e sim uma reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, situação agravada pela constante entrada de novos cativos via tráfico.[161] Para a funcionalidade do sistema, era importante a cooperação entre os cativos e entre os cativos e seus senhores. Segundo os autores, tal cooperação foi conseguida através das relações parentais entre os escravos – entendidas como expressão de uma aliança política construída para somar forças contra a opressão do sistema escravista.

> *"Pacificando, organizando a vida no cativeiro, a família amainava os enfrentamentos entre os cativos. O parentesco era a outra face do* nós *escravo. A pacificação e a organização parental eram importantes também ao próprio sistema. Sem se constituir em instrumento direto do controle senhorial, a família escrava funcionava como elemento de estabilização social, ao permitir ao senhor auferir uma renda política."* [162]

Isso seria a garantia de um cativeiro cotidiano possível. A construção de laços de solidariedade e de auxílio mútuo beneficiava o escravo na sobrevivência no cativeiro e

---

[158] FLORENTINO & GÓES (1997).
[159] MATTOS (1998, p. 142).
[160] MATTOS (1998, p. 126)
[161] FLORENTINO & GÓES (1997).
[162] FLORENTINO & GÓES, (1997, p. 175)

evitava os enfrentamentos com o senhor. Florentino e Góes atribuem ao parentesco escravo o caráter de "cimento" da comunidade escrava e, ao mesmo tempo, de "solvente" fundamental a senhores e escravos para a instituição da *paz* nas senzalas. Nas palavras dos autores, "o cativeiro era estruturalmente dependente do parentesco cativo"[163]. Ao escravo, a família tornava possível afastar a anomia, pelo estabelecimento de regras através das quais a vida poderia ser vivida. Ao senhor, necessitado de homens pacificados, permitia auferir a renda política.

Robert Slenes, em sua obra *Na senzala, uma flor*, que teve como pano de fundo Campinas da segunda metade do século XIX, tece críticas às hipóteses de Mattos e de Florentino e Góes a respeito do papel do parentesco escravo.

Slenes, apesar de concordar com Mattos sobre o sistema de incentivos[164] no escravismo brasileiro, que tendeu a criar uma hierarquização social dentro da escravidão, argumenta que a construção de laços de parentesco e autonomia demandava muito tempo e as perspectivas de sucesso, num mundo extremamente instável, eram sempre incertas. Com vistas às incertezas dos planos, não foi, para o autor, convincente o argumento de Mattos de que as pessoas teriam descartado as solidariedades prováveis dentro da escravidão, enquanto as relações de aproximação com o mundo livre estivessem sendo construídas[165]. Para corroborar a limitação da hipótese de Mattos, Slenes destaca a predominância, pelo menos até 1850, de escravos africanos vindos principalmente da África Central, sendo os crioulos, descendentes destes africanos. A semelhança na origem equivale dizer que compartilhavam da mesma base lingüística e cosmológica, tornando a hipótese de uma grande distância sociocultural entre crioulos e africanos ou entre africanos novos e ladinos algo discutível.

Quanto à afirmação de Florentino e Góes, que punha a família escrava como condição estrutural para manter o escravismo, Slenes[166] aponta para outro caminho e afirma que os laços familiares entre escravos eram importantes na transmissão de cultura e experiência entre as gerações escravas. O grupo social que tinha instituições familiares arraigadas no tempo e redes de parentesco não estava desprovido de união e solidariedade, muito menos de uma memória histórica própria, fazendo com que sua interpretação da experiência imediata nunca fosse idêntica às de seus superiores sociais.

[163] FLORENTINO & GÓES, (1997, p. 37).
[164] Utilizando os viajantes, o autor reuniu numerosos indícios de acesso à moradia separada das senzalas coletivas e também à exploração de roças próprias e criação de animais por parte dos escravos casados (legalmente ou consensualmente) nas *plantations* do Sudeste (SLENES, 1999).
[165] SLENES (1999, p. 52).

Slenes argumenta que a família cativa

> *"expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas 'esperanças e recordações'; ou, melhor, ela era apenas* uma *das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos"*[167.]

Para Slenes, a família contribuiu decisivamente para a criação de uma "comunidade" escrava unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhados. Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião.

> *"Da mesma forma como os cativos esbarravam a toda hora contra os limites e perigos criados pela prepotência de seus donos, os senhores, no interesse de garantir as condições mínimas de segurança para si e para a produção de seus empreendimentos, se viam forçados a abdicarem parcialmente de seu poder de dispor livremente dos escravos. Sobretudo, tiveram que abrir mão do desejo de cultivar a 'estranheza' entre os cativos - de torná-los 'perdidos, uns para os outros' - para investir em outras estratégias de controle. Ao fazer isso, no entanto, abriram o caminho para os escravos 'se encontrarem'"*[168].

Não há dúvida de que a família cativa teve utilidade para os senhores na medida em que transformava o cativo em uma espécie de refém: o medo da separação tornava-o mais vulnerável às medidas disciplinares do senhor elevando o custo da fuga.[169]

O debate instaurado em torno da comunidade cativa, como podemos ver, não está fechado. Divergências à parte, o fato é que todos os autores mencionados assumem a família como condição primeira para a construção da comunidade escrava. Além disso, as três obras destacadas discutem temas que, nos trabalhos futuros sobre o assunto, deveriam ser tratados em conjunto pois acabam se completando. Assim, a questão da autonomia como aproximação da liberdade, discutida por Mattos, poderia interagir com a idéia de cooperação entre os membros da comunidade, que Florentino e Góes chamaram de *paz* nas senzalas, tendo como pano de fundo a memória e a cultura africanas na construção de uma identidade e da socialização entre os escravos, destacada por Slenes.

---

[166] SLENES (1999).
[167] SLENES (1999, p.49).
[168] SLENES (1999, p. 48).
[169] SLENES (1999, p. 48).

Por outro lado, foi com o espaço aberto pelo estudo da família que ganhou força a análise sobre a comunidade escrava. Como os trabalhos mencionados revelam, era a família que promovia a inserção do escravo em uma comunidade, além de fornecer maiores chances na busca da autonomia, materializada com a aquisição de certas "regalias" como, por exemplo, uma moradia e/ou uma roça próprias. Era a família também a responsável pela sobrevivência dos valores e da memória das gerações antepassadas, o que permitia a construção e a permanência de uma identidade própria dos escravos. Mas de que família estamos falando? Qual o seu perfil? Nossa dissertação busca exatamente traçar as características da família escrava em uma região não caracterizada pela *plantation*, a localidade de Mariana. Antes, portanto, de centralizarmos o foco em nossos dados, apresentaremos uma síntese da produção historiográfica referente à família escrava, enfatizando aquela baseada na demografia. Não é de nosso interesse fazer uma retrospectiva sobre as formas como a família escrava foi abordada pela historiografia brasileira. Esta análise já foi realizada, de forma bastante competente, por vários estudos sobre o tema[170]. Apontaremos apenas algumas obras que participaram do debate atual e que influenciaram sobremaneira o nosso trabalho.

Desde a década de 1970, a demografia histórica tem fornecido contribuições ao estudo da família escrava brasileira[171]. Um dos pioneiros foi Robert Slenes[172], que, utilizando registros paroquiais de casamentos, censos de população e a matrícula dos escravos para a região açucareira de Campinas, enfatizou as uniões entre os cativos como podendo ser, em muitos casos, bastante duradouras. Como conseqüência do maior número de homens, as mulheres tinham duas vezes mais chances de se casarem durante o século XIX. Outra limitação para o casamento entre escravos era o tamanho do plantel. Conforme observa Slenes, os senhores proibiam casamentos entre plantéis distintos; sendo assim, as oportunidades de constituir famílias legítimas eram maiores à medida que crescia o tamanho do plantel. Duas décadas depois, o autor reforçou a explicação sobre as dificuldades para os escravos dos plantéis com menos de dez pessoas atingirem o casamento; segundo Slenes,

[170] MOTTA (1990, cap. IV); SLENES (1999, cap. I).
171 GRAHAM (1975); SLENES (1976, Cap. 9); COSTA & LUNA (1981); SLENES (1984); SCHWARTZ (1988, cap. 14).
[172] SLENES (1976). Em um capítulo dedicado à demografia e à economia da escravidão, Slenes questiona a ausência da família entre os escravos no Brasil.

> *"a barreira contra casamentos religiosos entre escravos de proprietários diferentes, combinada com o pequeno 'pool' de potenciais cônjuges dentro do mesmo fogo/posse para pessoas de ambos os sexos, fazia com que as proporções de homens e mulheres adultos alguma vez casados ficassem relativamente baixas e não muito diferentes entre si. Nos fogos/plantéis de tamanho médio ou grande, os mesmos fatores restringiam severamente as possibilidades de casamento religioso para pessoas do sexo masculino; neste caso, era o enorme excedente de homens sobre mulheres que reduzia o 'pool' de possíveis esposas. Contudo, esta alta razão de masculinidade, junto com o maior tamanho do fogo/posse, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos, o que conduzia a maiores taxas de casamentos (pela Igreja)".*[173]

Para o ano de 1872, Slenes calculou que 23,4% dos homens com mais de 15 anos foram alguma vez casados nos plantéis com menos de dez escravos. Para aqueles com mais de dez cativos, a porcentagem subia para 30,4%. Já entre as mulheres, para as habitantes de plantéis com menos de dez escravos, a porcentagem das alguma vez casadas atingia 25,6% e, nos plantéis com mais de dez escravos, a porcentagem chegava a 66,7%[174].

Analisando os índices de casamentos legitimados, através das listas nominativas, Iraci del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz[175], em estudo sobre Lorena de 1801 (nesse momento, possuía uma economia açucareira e de produção de alimentos), detectam 20,7% da população cativa compostos de indivíduos casados ou viúvos e também observam que 18,1% dos filhos legítimos viviam junto com pelo menos um de seus pais. Considerando as mães solteiras (5,3% do total de escravos) e seus filhos (8,9%), os autores constatam que mais da metade da população (53%) inseria-se em agrupamentos familiares. Examinando a mesma região de Lorena juntamente com a localidade de Cruzeiro do ano de 1874, Renato Marcondes e José Flávio Motta, através das listas de classificação para a emancipação dos escravos, chegam à mesma porcentagem de escravos inseridos em família de 1801, 53%. Entretanto, como advertem os autores,

> *"os fatores cuja soma conduzem à igualdade em 53% são bastante diferentes em 1801 e 1874. Assim, casados, viúvos e filhos legítimos, conjuntamente, correspondiam a quase dois quintos (38,8%) dos cativos no início do século XIX e a pouco mais de um quarto (27,0%) em 1874. No que respeita às mães solteiras e aos filhos naturais, a situação inverte-se: eles*

[173] SLENES (1999, p. 75-76).
[174] SLENES (1999, p. 75). Segundo Gutman, os casamentos entre escravos de propriedades diferentes não eram incomuns nos Estados Unidos. Aos casais que viviam nesta situação, eram concedidas visitas periódicas (GUTMAN, 1976, pp. 131-142).
[175] COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987).

> *(mães e filhos) perfaziam tão-somente 14,2% dos escravos em 1801, porcentual que se eleva para 26,0% sete décadas depois"* [176].

Os autores atribuem as condições menos favoráveis para a legitimação das relações familiares nos anos 1870 ao impacto das legislações 1869 e 1871. Diante dessas leis, os senhores ter-se-iam tornado menos favoráveis aos casamentos entre seus cativos, "ainda que não necessariamente contrários ao estabelecimento de relações consensuais"[177]. Muitas famílias indicadas como de mães solteiras poderiam ser, de fato, uniões consensuais. Marcondes e Motta, no mesmo trabalho citado há pouco, encontram a terceira maior prole da amostragem encabeçada por uma mulher sem descrição de marido (no total foram oito filhos). Os autores questionam: "seria essa família resultante de uniões sucessivas, promíscuas, ou um exemplo de vínculo consensual?"[178]. Hebe Maria Mattos, trabalhando o "mundo rural" do sudeste brasileiro ao longo do século XIX, enfatiza a importância da mulher para a constituição da família escrava chegando a dizer que "é sobre a mulher cativa e seus filhos crioulos (nascidos no Brasil) que se constrói a possibilidade da família escrava."[179]. Devido ao maior número de homens, nem todos tinham acesso à inserção familiar. Estando em menor número, as mulheres forneciam o acesso dos homens à comunidade familiar escrava. Neste sentido, como afirma Mattos, eram as mulheres "que constituíam o núcleo de uma elite na comunidade cativa, a que se aproximava, através da família, da roça e do próprio distanciamento físico das senzalas coletivas, da experiência de liberdade que lhes era próxima"[180]. Eni de Mesquita Samara investigando o casamento na cidade de São Paulo do início do XIX, salienta que a existência de

> *"mulheres solteiras com prole ilegítima encabeçando famílias, são bastante comuns no passado brasileiro, o que significa equivalência de padrões para a população livre e escrava. Em São Paulo, onde essa questão foi bastante estudada (...) 40% e 36% dos fogos urbanos, nos Maços de 1804 e 1836, eram constituídos por mulheres sós, chefes de família, sobretudo as solteiras. Nestes fogos de população concentradamente feminina, permaneciam solteiras 64% das filhas dependentes, 77% das agregadas e 82% das escravas. (...) Interessante também observar que entre as mães solteiras, predominavam as brancas (61,90% em 1804 e 58,94% em 1836), seguidas das pardas (31,22% em 1804 e 33,10% em 1836) e das negras (6,88% em 1804 e 6,37% em 1836)".* [181]

[176] MARCONDES & MOTTA (2000b).
[177] MARCONDES & MOTTA (2000b).
[178] MARCONDES & MOTTA (2000b).
[179] MATTOS (1998, p. 126).
[180] MATTOS (1998, p. 142).

Entre as razões apontadas pela autora para o baixo índice de casamentos, estão o custo, a burocracia, as dificuldades de encontrar um cônjuge elegível a partir de um quadro de valores estabelecidos para certos grupos (famílias legítimas, quase sempre eram formadas entre elementos da mesma raça e de igual condição) e a pobreza.

As mães escravas casadas tinham, em média, mais filhos que as solteiras. Mais uma vez, a análise de Marcondes e Motta para Lorena e Cruzeiro serviu-nos de referência: segundo os autores, 45,3% das mães casadas tinham três ou mais filhos, enquanto mais de três quartos das solteiras tinham menos de três rebentos, sendo a idade média das mães solteiras inferior à das mães casadas (30 *versus* 34,5 anos)[182]. A menor idade das mães solteiras, possivelmente, teve origem no fato de essas mães terem legitimado suas uniões após o nascimento dos primeiros filhos. É o que constata Slenes em seu estudo sobre Campinas, onde avista casos de primeiros filhos sobreviventes na época das matrículas, descritos como legítimos nessa documentação e naturais nos registros paroquiais. Investigando os assentos de casamento, o autor pôde averiguar que, após os nascimentos, mãe e pai legitimavam a união[183]. Alida Metcalf, em sua pesquisa sobre a família escrava na cidade de São Paulo do período 1775-1820, infere que algumas famílias de mães solteiras surgiram de relações com homens brancos que desejavam manter em segredo seus frutos. Porém, nem todas as crianças de "pais incógnitos" poderiam ter sido filhas de homens livres. Metcalf, corroborando Slenes, afirma que, muitas vezes, mulheres escravas tinham seus primeiros filhos antes do casamento[184]. Posteriormente, casavam e formavam famílias nucleares com seus cônjuges e filhos.

> *"Essas famílias matrifocais, portanto, teriam conhecido uma duração abreviada passando a constituir-se, posteriormente, em famílias nucleares. Na mesma medida, as famílias nucleares sem dúvida se transformariam em famílias matrifocais com a venda de escravos ou com a morte de pais cativos. Portanto, a família matrifocal parece ter sido uma etapa comum no ciclo da família escrava".*[185]

Sobre as preferências dos escravos, no que respeita à idade do parceiro, Manolo Florentino e José Roberto Góes mostram, para o meio rural do Rio de Janeiro do período 1790-1830, que as mulheres jovens, especialmente as africanas, tendiam a

---

[181] SAMARA (1989, pp. 37-39).
[182] MARCONDES & MOTTA (2000b).
[183] SLENES (1999, p. 96).
[184] METCALF (1990, p. 208). Gutman encontrou casos dessa situação para os Estados Unidos (GUTMAN, 1976, pp. 60-67).
[185] METCALF (1990, p. 208).

casar-se com homens muito mais velhos. Para Florentino e Góes, esses resultados reproduziam o padrão africano de casamento: os homens mais velhos teriam o domínio do "mercado de casamentos", impondo sua preferência por mulheres mais jovens[186]. Segundo os autores,

> *(...) o monopólio dos homens maduros e idosos era tão forte sobre as mulheres férteis, que os cativos jovens eram permanentemente excluídos do acesso a estas últimas. Aos escravos muito moços, em particular aos nascidos na África, restavam apenas as mulheres com idade bem superior à deles"* [187].

Sobre essa questão Slenes sugeriu uma outra explicação:

> *"a mulher africana jovem, recém-chegada no Brasil, rapidamente se daria conta de que o 'melhor partido' (aquele que permitiria a ela e seus futuros filhos enfrentarem melhor as condições incertas da escravidão e conseguirem mais rapidamente favores da casa-grande e recursos que pudessem levar eventualmente até a alforria de algum familiar) não seria o 'malungo' bonito da mesma idade, mas o homem com mais experiência do Brasil: o cativo 'ladino', com seus laços de amizade e dependência já formados, talvez com ocupação diferenciada, com algum pecúlio e com 'poder de poupança' maior"*[188].

Sobre as diferenças etárias entre maridos e esposas, Renato Marcondes e José Flávio Motta[189] observam, para Lorena e Cruzeiro da década de 1870, que, entre os casais sem filhos, nos quais as mulheres eram mais velhas, as diferenças oscilaram de um a quinze anos (sendo esta última cifra vista apenas em dois dos 17 casos). Os autores encontram diferenças etárias a favor dos maridos em 56,9% dos casais sem filhos. Entre tais diferenças, as maiores foram de 25 e trinta anos. Para casais com filhos, as maiores diferenças a favor dos homens atingiram os trinta anos, e, a favor das mulheres, as diferenças foram de, no máximo, vinte anos. Também nos casais com filhos foi muito menos comum a presença de esposas mais velhas que seus maridos. Para 46,6% dos casais sem filhos e 45,7% dos casais com filhos, a diferença entre as idades oscila tão-somente de zero a cinco anos. Entre as vezes em que as esposas tiveram idades maiores que as de seus maridos, 70,6% dos casos ocorreram nos maiores plantéis. Para Marcondes e Motta, é possível que, nesses casos, ocorressem segundas núpcias para as viúvas, e, para isso, os maiores plantéis eram muito mais favoráveis. Entre as viúvas, as sem filhos estavam mais propensas a efetuar uma nova união.

[186] FLORENTINO & GÓES (1997, pp. 152-159).
[187] FLORENTINO & GÓES (1997, pp. 154).
[188] SLENES (1999, p. 82).
[189] MARCONDES & MOTTA (2000b).

Os escravos inseridos em família representavam uma boa proporção da totalidade da população. Para Paraíba do Sul, João Fragoso e Manolo Florentino[190] calculam, através do censo de 1872, em 56,3% os escravos inseridos em laços familiares estáveis, pois, além dos contornos delineados pela família nuclear, analisando inventários correspondentes ao período 1835-1869, deparam-se com as "famílias estendidas", isto é, famílias formadas por, no mínimo, três gerações. Em sua amostragem, encontraram 369 famílias, das quais 21,4% englobavam pelo menos três gerações e reuniam 503 membros[191].

A presença das crianças nos plantéis brasileiros sugere que os vínculos familiares favoreciam a reprodução natural entre os escravos, pois, como estima Herbert Klein[192], para o período de vigência do tráfico transatlântico, foram poucas as crianças africanas que desembarcaram no Brasil. Entre os estudos realizados[193], o que tem como objeto a região do Paraná[194] é também o que encontrou maior concentração de crianças escravas. Segundo dados obtidos por Horácio Gutiérrez, elas perfaziam 40,5% dos escravos em 1798; 39,8% em 1810; 39,6% em 1824 e 37% em 1836. A razão atribuída pelo autor para estas altas presenças de crianças em relação ao total dos escravos era um significativo equilíbrio entre os sexos, característica atribuída ao tipo de economia desenvolvida na região: girava em torno da pecuária e da agricultura de pequena escala, que negociava sua produção nas zonas limítrofes. Stuart Schwartz, em análise sobre a região de Sergipe de 1785, concorda que, nas regiões não ligadas à exportação ou com menos acesso ao tráfico internacional, haveria taxas de masculinidade inferiores. "Menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças"[195]. Calculando a razão criança (0-9 anos)/mulher (15-49 anos) em algumas localidades paulistas dos anos de 1776, 1804 e 1829, Francisco Vidal Luna[196] percebe que tais taxas decresciam à

[190] FRAGOSO & FLORENTINO (1987, p. 156).
[191] FRAGOSO & FLORENTINO (1987, p. 169).
[192] Segundo Herbert Klein, no tráfico de africanos, as crianças representavam uma média de, no máximo, 10% (KLEIN, 1989, p. 14).
[193] Costa, Slenes e Schwartz, estudando as listas nominativas de Lorena em 1801 – momento em que a região ainda não está inserida na economia cafeeira, sendo suas principais atividades a produção de açúcar, aguardente, fumo, algum toucinho e gêneros de subsistência –, encontram 38% da população escrava formada por crianças (COSTA, SLENES & SCHWARTZ, 1987, p.248) Oliveira, utilizando inventários *post-mortem*, encontra, para Franca do período 1875-1885, 16,7% de escravos na faixa de 0-15 anos; Sampaio, também através dos inventários, depara-se com 21% de escravos com menos de 14 anos para Magé do período 1885-1886; Marcondes, ao examinar as listas de classificação encontra 25,5% de crianças com até 14 anos para Bananal dos anos 1872-1874. Fontes: OLIVEIRA (1997, p. 99); SAMPAIO (1994, p. 158); MARCONDES (2000, Texto para discussão, p. 11).
[194] GUTIÉRREZ (1987).
[195] SCHWARTZ (1985, pp. 251-252).
[196] LUNA (1990, p. 229).

medida que aumentava o número de africanos (816,3 em 1776; 774,2 em 1804 e 665,5 em 1829). Entre os africanos, predominavam os homens adultos, e as africanas que desembarcaram no Brasil possivelmente já haviam perdido parte de seu período fértil. Herbert Klein corrobora Luna, afirmando que

> *"todos esses vieses de idade e sexo dos africanos que migraram tinham impacto direto no crescimento e declínio das populações escravas americanas. A baixa proporção de mulheres que chegavam nos navios negreiros, o fato de a maioria destas mulheres serem adultas de meia idade, que já haviam passado vários de seus anos fecundos na África, e o fato de poucas crianças serem trazidas para a América foram de fundamental importância na subseqüente história do crescimento demográfico da população negra. Significava que os escravos africanos que chegavam na América não podiam se reproduzir. As mulheres que vinham à América haviam perdido um pouco de seu potencial dos anos reprodutivos, eram menos férteis e não poderiam propiciar uma geração maior do que a que chegava da África. Aquelas regiões americanas que experimentavam um pesado e constante fluxo de escravos teriam dificuldades em manter suas populações escravas, quanto menos aumentá-las, sem recorrer a mais migrantes."*[197].

Clotilde Paiva e Douglas Libby[198] afirmam que, entre os fatores que influenciavam a reprodução natural escrava, o mais importante talvez tenha sido o grau de envolvimento na economia de exportação. Escravos pertencentes a regiões com a produção destinada ao mercado interno comprovaram a capacidade de reproduzirem-se naturalmente. Após a decadência da mineração, Minas Gerais constituía a maior e mais expressiva região dedicada ao mercado interno e, desde então, sustentava-se, em boa parte, por meio da reprodução natural. Examinando as regiões mineiras de Paracatu e Oeste, Paiva e Libby descobrem, para a década de 1830, as porcentagens de 30,7% e 32,3% de crianças entre a população total. "Tais proporções são indicativas de padrões de reprodução que estariam ao menos contribuindo para a manutenção da população escrava como um todo"[199].

As famílias escravas podiam ter esperanças de permanecer juntas durante um período substancial. Robert Slenes, acompanhando o destino (através dos registros de óbitos, das listas de matrículas e dos inventários *post-mortem*), ao longo do tempo, de todas as uniões sancionadas pela Igreja na região de Campinas da segunda metade do

[197] KLEIN (1989, p. 17).
[198] PAIVA & LIBBY (1995).
[199] PAIVA & LIBBY (1995, p. 218)

século XIX, constata que, praticamente, não houve desaparecimento que não fosse causado pela morte[200].

O autor ainda revela que 80% dos menores de dez anos que habitavam os plantéis com dez ou mais escravos estavam acompanhados de ambos os pais, por um pai viúvo ou mãe viúva, ou por pai/mãe recasado. Em contraste, nos plantéis menores, apenas 22% das crianças menores de dez anos viviam com ambos os pais ou pai/mãe viúvos ou recasados e 34% não tinham nem o pai nem a mãe presente. No grupo de crianças de dez a 14 anos, o contraste entre as posses maiores e menores era mais acentuado. Nas maiores propriedades, as crianças dessa faixa etária que viviam com os dois pais ou mãe/pai viúvos ou mãe/pai recasados chegavam a 65%, enquanto que, para os menores plantéis, essa porcentagem era de 8%. Esses dados indicam a maior possibilidade de estabilidade entre as famílias escravas nos maiores plantéis[201]. Para Slenes, essas diferenças deviam ser atribuídas às diferentes políticas seguidas por os grandes e os pequenos plantéis. Os senhores dos maiores plantéis seguiam a política de não separar os casais de suas crianças, nem por venda, nem por doação, nem por partilha. Para os menores plantéis, essa política era mais difícil de ser seguida, pois, entre estes, as crises econômicas eram mais comuns.

Na maioria das vezes, nem a morte do proprietário significava separação das famílias. Florentino e Góes, examinando as partilhas, calculam que as famílias nucleares tinham maiores chances de continuar unidas: 75% delas permaneciam unidas após a partilha. Já as matrifocais mantinham esse índice em torno dos 60%[202].

José Flávio Motta e Agnaldo Valentim[203], examinando o plantel de uma grande proprietária de escravos de Apiaí do período 1816-1824 – região, à época, envolvida predominantemente com a agricultura de subsistência –, chamam a atenção para o fato de as partilhas muitas vezes não corresponderem à realidade. Os desmembramentos das famílias poderiam ser apenas aparentes. Da mesma forma, famílias preservadas também poderiam representar apenas aparências, possibilidade que seria fortalecida após a proibição de separação das famílias. É o que revela o inventário da finada D. Anna de Oliveira Roza, possuidora de 144 escravos (destes, 118 inseridos em famílias), que seriam repartidos por 19 herdeiros. Com tantos herdeiros, era de se esperar a separação de, pelo menos, alguns laços familiares. No entanto,

[200] SLENES (1999, pp. 97-98).
[201] SLENES (1999, p.106).
[202] FLORENTINO & GÓES (1997, p. 116).

> *"não obstante, nas listas nominativas dos habitantes de Apiaí atinentes a 1820 e 1824, encontramos indicações de que, ao menos em alguns casos, os ajustes estabelecidos na partilha – se é que tiveram impacto sobre a real distribuição física dos cativos – viam-se alterados com bastante rapidez, podendo ser tais alterações, algumas vezes, conducentes à reorganização de famílias escravas"*[204].

Muitas vezes, nem mesmo o mercado impedia as famílias de permanecerem juntas. Examinando oito grandes fazendas de Paraíba do Sul, Fragoso e Florentino estimam que dos 1171 escravos comprados até 1872, nada menos que 33,6% foram adquiridos juntamente com outros parentes de primeiro grau. Rômulo Andrade[205] encontra a proporção de 10% dos cativos negociados na Zona da Mata mineira no período 1860-1887 negociados junto com seus esposos e filhos. A estimativa cresce para 22% se agregarmos mães solteiras e seus filhos. Apesar deste fato, o autor considera que, mesmo quando a família fosse negociada junta, não deixava de haver uma ruptura com a cadeia comunitária e de parentesco mais amplo. Motta e Marcondes, ao analisarem as escrituras de compra e venda de escravos para Guaratinguetá e Silveiras da década de 1870, avistam 17% dos cativos comercializados junto com outros parentes. Para Motta e Marcondes, no tráfico conviviam manutenção e ruptura, pois, apesar dos registros de compras e vendas envolvendo famílias não é possível saber se tais negociações abrangiam todos os indivíduos que compunham estas famílias.

> *"Também é obvio que, se sairmos do âmbito estrito da família nuclear ou matrifocal, e pensarmos no elenco dos tios, avós, sogros, cunhados etc., e mesmo indo mais além, nas relações de compadrio, a preservação observada da família não significa a manutenção da, decerto complexa, rede de relacionamentos, firmada pelos escravos"*[206].

Como já enfatizamos, não nos coube aqui rememorar tudo o que foi produzido a respeito da família escrava, mas, através de exemplos representativos, levantar algumas características das relações familiares entre os escravos, as quais foram importantes para subsidiar nossa análise para Mariana. A partir de agora, apresentaremos os resultados obtidos por nossa pesquisa.

---

[203] MOTTA & VALENTIM, Famílias escravas de um plantel de Apiaí (1816-1824) (Texto inédito).
[204] MOTTA & VALENTIM. *Famílias escravas de um plantel de Apiaí (1816-1824).* (Texto inédito).
[205] ANDRADE (1998).
[206] MOTTA & MARCONDES (2000a, p. 293).

Capítulo 5 - Evidências da reprodução natural e formação de famílias escravas

5.1 - O perfil da família escrava marianense

Buscamos estabelecer nosso conceito de família escrava apoiados nos trabalhos de demografia histórica que, desde a década de 1980, utilizam uma definição ampla sobre a família escrava, pensada em termos de convívio familiar. Assim, o conceito de família já não se referia apenas àquelas legitimamente constituídas, mas também a mães e pais solteiros convivendo com seus filhos ou viúvos(as) com seus filhos. Segundo Costa, Slenes e Schwartz – os primeiros estudiosos da família escrava a trabalharem com esse conceito ampliado –, família seria "o casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvesse; os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais"[207]. Metodologicamente consideramos adequada a separação entre famílias nucleares e matrifocais. Há que se ressaltar que, muitas vezes, famílias de mães solteiras não passam de arranjos consensuais. Outras vezes, em função das condições de produção do documento, famílias matrifocais nada mais são que famílias nucleares e legítimas sem a descrição do chefe masculino. Citamos ainda as famílias extensas que são aquelas que vão além do núcleo primário, sendo formada às vezes por mais de três gerações. Neste caso, poderiam ser formadas tanto por famílias nucleares como por aquelas de mães solteiras.

Ao examinar os vínculos familiares no período estudado, deparamo-nos com 1.429 dos 3.936 escravos e ingênuos analisados (36,3%) inseridos em famílias.

[207] COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987, p. 257). Entre os adeptos desse conceito podemos destacar: FRAGOSO & FLORENTINO (1987); BOTELHO (1994); SIMONATO (1998); FLORENTINO & GÓES (1997); MOTTA (1999).

Tabela 34: Porcentagem de escravos e ingênuos inseridos em famílias segundo sexo e faixas etárias, – Mariana (1850-1888)

Décadas	Total de escravos	Homens (+ de 14 anos)	Mulheres (+ de 14 anos)	Crianças	Total
1850-1859	1195	58 (4,9%)	107 (8,9%)	111 (9,3%)	276 (23,1%)
1860-1869	1143	37 (3,2%)	85 (7,4%)	103 (9,0%)	225 (19,6%)
1870-1879	1160	146 (12,6%)	207 (17,8%)	271 (23,4%)	624 (53,8%)
1880-1888	438	80 (18,3%)	116 (26,5%)	108 (24,6%)	304 (69,4%)
Total	3936	321 (8,1%)	515 (13,1%)	593 (15,1%)	1429 (36,3%)

Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de escravos dos plantéis.

Separando por décadas, notamos o aumento dos percentuais de inseridos em família a partir dos anos 1870. Tal acréscimo pode ser atribuído à maior possibilidade de conhecer essas famílias, através da instituição das listas de matrículas que forneciam, obrigatoriamente, dados mais completos a respeito do escravo (entre outros, o parentesco)[208]. Há que mencionar ainda o maior cuidado dispensado na descrição do parentesco nos próprios inventários para as duas últimas décadas em destaque.

A porcentagem de escravos inseridos em famílias para a Mariana da década de 1870 foi semelhante à de outras localidades nesta mesma década: para Paraíba do Sul, Fragoso e Florentino, utilizando inventários *post-mortem* encontram 56,3% dos escravos inseridos em famílias[209]; para Bananal, Marcondes, através das Listas de Classificação dos Escravos para Emancipação, calcula a proporção correlata em 52,8%[210]; e para Cruzeiro e Lorena, também tendo como fonte as Listas de Classificação, Marcondes e Motta encontram 55,2% dos cativos vivendo em famílias[211]. O mesmo não aconteceu quando a comparação foi feita com o meio rural do Rio de

[208] "Organizadas de acordo com o nome do proprietário, as listas da matrícula indicam para cada cativo: o estado matrimonial (perante a Igreja); o nome da mãe e (quando a mãe está casada pela Igreja) de seu marido, o presumido pai; o nome do cônjuge (no caso de escravos casados pela Igreja) (...). Além disso, as listas indicam a idade, cor, 'profissão', aptidão para o trabalho e lugar de nascimento" (SLENES, 1999, p. 261). Os estudos sobre família escrava para o período anterior aos anos 1870 foram realizados, principalmente, tendo como base os inventários *post-mortem* e as listas nominativas. Estas fontes não tinham como função nem obrigação a descrição das ligações familiares existentes entre os mancípios. Na verdade, as informações a respeito das famílias escravas dependiam em grande medida do "cuidado" do escrivão dessas fontes. Certamente, o percentual de parentesco escravo foi mais elevado do que as estimativas aferidas.

[209] FRAGOSO & FLORENTINO (1987, p. 156).

[210] MARCONDES (2000, p.13).

[211] MARCONDES & MOTTA (2000b).

Janeiro do decênio de 1860: a porcentagem de inseridos em famílias calculada para Mariana nesse decênio (19,6%) está muito aquém da computada por Simonato para o meio rural fluminense, que, tendo como base os inventários, chega à estimativa de 44% dos escravos vinculados a outros através dos laços de parentesco[212]. Talvez a diferença derive do menor número de informações referentes aos parentescos escravos nos inventários de Mariana, pois, paradoxalmente, foi para essa década que encontramos a maior participação de crianças em nossa amostragem, 30,3% do total de cativos. Para o meio rural do Rio de Janeiro, Simonato encontra 23,9%[213].

As crianças, em geral, tinham maior porcentagem de inserção em famílias do que homens e mulheres adultos. Isso só não ocorreu no período 1880-1888, quando as mulheres superaram os infantes. Ainda quanto à vivência familiar, as mulheres prevaleceram sobre os homens em todos os períodos. Entre elas, foi mais fácil reconhecer algum parentesco, principalmente pela condição de mãe ser descrita de modo mais freqüente que a de pai. Além disso, os homens, estando em maior número (por conseqüência do tráfico interno), tinham menores chances de constituir famílias.

Nossa amostragem revelou 36,1% das mulheres adultas constituindo famílias através do casamento ou da maternidade (Tabela 35) contra 11,2% dos homens adultos, dos quais nenhum foi descrito como pai solteiro (Tabela 36).

Tabela 35: Mulheres com 15 ou mais anos de idade casadas, viúvas ou mães solteiras – Mariana (1850-1888)

Décadas	Total de mulheres	Mulheres casadas ou viúvas	Mães solteiras	Total
1850-1859	358	41 (11,4%)	58 (16,2%)	99 (27,6%)
1860-1869	314	33 (10,5%)	48 (15,3%)	81 (25,8%)
1870-1879	349	90 (25,8%)	79 (22,6%)	169 (48,4%)
1880-1888	149	23 (15,4%)	50 (33,6%)	73 (49,0%)
Total	1170	187 (16,0%)	235 (20,1%)	422 (36,1%)

Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de mulheres nos plantéis.

[212] SIMONATO (1998, p.147).
[213] SIMONATO (1998, p. 174).

Tabela 36: Homens com 15 ou mais anos de idade casados ou viúvos – Mariana (1850-1888)

Décadas	Total de homens	Homens casados ou viúvos
1850-1859	487	42 (8,6%)
1860-1869	483	33 (6,8%)
1870-1879	422	79 (18,7%)
1880-1888	173	21 (12,1%)
Total	1565	175 (11,2%)

Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de homens nos plantéis.

Tabela 37: Homens e mulheres, casados ou viúvos, com 15 ou mais anos de idade – Mariana (1850-1888)

Décadas	Total de homens e mulheres	Homens e mulheres casados ou viúvos
1850-1859	845	83 (9,8%)
1860-1869	797	66 (8,3%)
1870-1879	771	169 (21,9%)
1880-1888	322	44 (13,7%)
Total	2735	362 (13,2%)

Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de escravos nos plantéis.

Com exceção do decênio 1870-1879, as mães solteiras sempre estiveram representadas em maior número que as mulheres alguma vez casadas. Provavelmente, o número de mulheres casadas legalmente era maior. Deparamo-nos com vários casos de mulheres descritas como mães solteiras nos inventários e como casadas nos registros paroquiais[214]. Também é possível que essas mães solteiras vivessem em uniões consensuais estáveis. Nesses casos, a identificação torna-se ainda mais difícil, pois a Igreja não fornecia dados sobre uniões não sancionadas e, assim sendo, para esta questão específica, o cruzamento com os registros paroquiais torna-se inútil. A presença das mulheres inseridas em uniões consensuais talvez possa ser sugerida com maior contundência através da análise dos comportamentos das mães e de suas proles (como exemplo, poderíamos citar o cálculo do número de filhos e o espaçamento de tempo

[214] Em nossos cálculos, feitos após os cruzamentos das fontes, estas mulheres foram consideradas

entre eles segundo a idade e o estado conjugal da mãe). Dessa forma, pensaríamos em uma "classificação" das famílias de mães solteiras e consensuais. Essa tarefa deverá ser feita em outra ocasião, pois exigirá grande cuidado com os índices de mortalidade, de alforria e de separações ocasionadas por doações ou heranças. No momento, podemos apenas aventar que famílias como a da escrava Felipa, com 42 anos em 1872, mãe de José (20 anos), Teresa (15), Inácia (12), Felisberto (10), Agostinho (8), Daniel (6) e João (5), provavelmente tivessem uma figura paterna presente[215].

A Tabela 37 revela que 13,2% dos escravos com mais de 15 anos eram casados ou viúvos no período 1850-1888. Separando por décadas, mais uma vez, torna-se explícito o problema dos inventários. Entre as duas primeiras e os anos 1870, houve um crescimento exacerbado das porcentagens de escravos casados. Dos 1870 para os 1880, embora a possibilidade de cruzamento das fontes continuasse a gerar novos números, a porcentagem de mancípios alguma vez casados diminuiu. Slenes, enfocando o mesmo período, chama atenção para a queda do índice de casamentos escravos em todas as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro[216].

---

casadas.

[215] Para o estudo de comparação do comportamento entre mães solteiras e casadas poderemos, no futuro, utilizar, por exemplo, o cálculo da "Taxa de fecundidade total sintética". Segundo Richard Steckel, essa medição tem quatro determinantes: idade do primeiro filho, idade do último filho, espaçamento de sobrevivência da criança e a proporção de mulheres que eventualmente têm crianças sobreviventes (STECKEL, 1992, p. 372).

[216] Slenes calcula índices que variam de -28,1% a -81,8% e que representam a queda na porcentagem de escravos casados de seis regiões da província de São Paulo e Rio de Janeiro entre 1872 e 1887 (SLENES, 1999, p. 86). A historiografia demonstra que as leis de proteção à família escrava influenciaram na diminuição da porcentagem de mancípios alguma vez casados nos últimos anos da escravidão. Sheila Faria, em seu estudo para o Rio de Janeiro, aponta, além de outras causas, o surgimento destas leis como explicação possível para o fato (cf. FARIA, 1992, p. 123-125). Da mesma forma, Renato Marcondes e José Flávio Motta afirmam que "um efeito desse conjunto de leis e regulamentos teria sido tornar os escravistas mais resistentes aos casamentos unindo seus cativos, ainda que não necessariamente contrários ao estabelecimento de relações consensuais" (MARCONDES & MOTTA, 2000b). A queda do número de casamentos seria uma estratégia dos escravistas na tentativa de se ajustarem à nova legislação. Os casamentos legitimados deixavam "brechas legais que [possibilitavam] aos cativos questionar o poder de mando dos senhores" (FARIA, 1992, p. 117). Esses dois artigos trabalharam com o movimento de queda resultante do cotejo entre períodos relativos às primeira e segunda metades do século XIX.

Tabela 38: Escravos e ingênuos unidos por vínculos familiares segundo faixa de tamanho dos plantéis – Mariana (1850-1888)

Décadas	1 a 5 escravos	6 a 10 escravos	11 a 20 escravos	Mais de 20 escravos	Total de escravos inseridos em família
1850-1859	17 (6,2%)	47 (17,0%)	69 (25,0%)	143 (51,8%)	276 (100%)
1860-1869	30 (13,3%)	35 (15,6%)	46 (20,4%)	114 (50,7%)	225 (100%)
1870-1879	53 (8,5%)	83 (13,3%)	147 (23,6%)	341 (54,6%)	624 (100%)
1880-1888	14 (4,6%)	19 (6,3%)	115 (37,8%)	156 (51,3%)	304 (100%)
1850-1888	114 (8,0%)	184 (12,9%)	377 (26,4%)	754 (52,7%)	1429 (100%)

A Tabela 38 demonstra que, em todas as décadas, as relações de parentesco cresciam à medida que aumentavam as faixas de tamanho de plantéis. Assim, ao que tudo indica e corroborando os resultados de vários outros estudiosos da família escrava, os maiores plantéis conformavam um ambiente relativamente mais propício ao estabelecimento de relações familiares entre os cativos[217].

Para os plantéis pequenos, o menor número de escravos – e o maior índice de masculinidade –, conjugado à dificuldade de legitimação de uniões entre escravos de plantéis distintos, deve ser visto como causa da menor incidência de vínculos familiares nestes plantéis. Os mesmos empecilhos restringiam as possibilidades de estabelecerem-se vínculos familiares para os homens nos maiores plantéis: "neste caso, o enorme excedente de homens sobre mulheres reduzia o 'pool' de possíveis esposas. Contudo, esse alto índice de masculinidade, junto com o maior tamanho do fogo/plantel, fazia

[217] Na comparação entre os dados das Tabelas 38 e 28, a realização do teste com base na distribuição de quiquadrado permite-nos inferir serem estatisticamente díspares as distribuições, por faixas de tamanho dos plantéis, dos escravos e ingênuos em geral e daqueles unidos por vínculos familiares, com a exceção da década de 1860. Vale dizer, a concentração dos cativos participantes de relações familiares nos plantéis de maior tamanho não refletia meramente a concentração, naqueles mesmos plantéis, dos escravos em geral. Os resultados do teste foram os seguintes:
confronto: 2 atributos (escravos e ingênuos em geral; escravos e ingênuos com vínculos de família) x 4 faixas de tamanho dos plantéis;
quiquadrado calculado:
década de 1850: 32,217, significativo ao nível de 99,9%;
década de 1860: 0,178, não significativo;
década de 1870: 9,785, significativo ao nível de 97,5%;
década de 1880: 12,221, significativo ao nível de 99%;
período todo: 50,209, significativo ao nível de 99,9%.
quiquadrado tabelado (três graus de liberdade):
nível de 0,975: 9,348;
nível de 0,99: 11,345;

com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos"[218] e, conseqüentemente, a presença das famílias escravas aumentaria. Ademais, a respeito dos menores índices de vínculos familiares nos menores plantéis, "nas situações em que as famílias fossem constituídas, a eventual prole resultante poderia implicar a mudança na própria faixa de tamanho (por exemplo, um casal que gerasse três filhos)"[219].

Em nossa amostragem, apenas uma escrava e um escravo foram descritos como casados com cativos de outros plantéis. "Não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre tratamento humano e direitos de propriedade"[220]. Complementando os fatores que dificultavam tais uniões, Sheila Faria observa o caráter migrante da população livre, sendo os escravos "um bem que acompanhava o dono para onde ele fosse", além de terem sido "o primeiro alvo dos credores na liquidação de dívidas". Soma-se a este o fato de que os cativos "não se resignariam com facilidade ao afastamento de sua família, mesmo não sendo legalmente casados"[221].

Tabela 39: Grupos familiares segundo o tamanho do plantel – Mariana (1850-1888)

Décadas	Famílias	1 a 5 escravos	6 a 10 escravos	11 a 20 escravos	Mais de 20 escravos	Total por categoria de família	Total
1850/1859	**Nuclear**	1 (1,1%)	10 (10,5%)	9 (9,5%)	19 (20,0%)	39 (41,1%)	95 (100%)
	Matrifocal	5 (5,3%)	10 (10,5%)	18 (18,9%)	23 (24,2%)	56 (58,9%)	
1860/1869	**Nuclear**	2 (2,6%)	5 (6,5%)	6 (7,8%)	16 (20,8%)	29 (37,7%)	77 (100%)
	Matrifocal	9 (11,7%)	8 (10,4%)	9 (11,7%)	22 (28,5%)	48 (62,3%)	
1870/1879	**Nuclear**	2 (1,2%)	11 (6,7%)	21 (12,8%)	51 (31,1%)	85 (51,8%)	164 (100%)
	Matrifocal	12 (7,3%)	16 (9,8%)	21 (12,8%)	30 (18,3%)	79 (48,2%)	
1880/1888	**Nuclear**	-	2 (2,8%)	7 (9,9%)	12 (16,9%)	21 (29,6%)	71 (100%)
	Matrifocal	2 (2,8%)	4 (5,6%)	21 (29,6%)	23 (32,4%)	50 (70,4%)	
1850/1888 (total)	**Nuclear**	5 (1,2%)	28 (6,9%)	43 (10,6%)	98 (24,1%)	174 (42,8%)	407 (100%)
	Matrifocal	28 (6,9%)	38 (9,3%)	69 (16,9%)	98 (24,1%)	233 (57,2%)	

nível de 0,999: 16,266.

[218] SLENES (1999, p. 75-76).

[219] MARCONDES & MOTTA (2000b).

[220] SCHWARTZ (1988, p. 313).

[221] FARIA (1992, p. 117).

As famílias matrifocais eram maioria: 233 (o que equivale a 57,2%) de um total de 407 famílias encontradas no período 1850-1888 (Tabela 39). Excetuando-se os plantéis contendo entre seis e dez escravos na década de 1850 e os com mais de dez escravos na década de 1870, a família matrifocal prevaleceu sobre a nuclear em todas as décadas. Como já foi dito, é possível que esse índice revele apenas um descaso com relação à legitimação das uniões, principalmente daquelas que envolviam escravos de plantéis diferentes[222], ou simplesmente a negligência da descrição da filiação paterna. É possível que houvesse a presença do pai, ainda que não em relação legitimada, nos plantéis onde estão presentes mãe e filho.

Apesar da negligência da descrição de filiação paterna, é fato que certa porcentagem dos escravos conseguia chegar à legitimação da união. Como já assinalamos, análises referentes ao assunto[223] revelaram diminuição do casamento legítimo nas últimas décadas do século XIX. Corroboramos esta hipótese ao observar a diminuição de famílias nucleares entre as décadas de 1870 e 1880 – período em que as fontes permitiram-nos maiores informações a respeito dos escravos e de suas famílias.

Tabela 40: Distribuição das mães segundo as faixas etárias e o estado conjugal – Mariana (1850-1888)

Condição civil das mães	Faixa etária das mães						
	15-19	**20-29**	**30-39**	**40-49**	**Acima de 49 anos**	**Sem idade**	**Total**
Casadas ou viúvas	4 (1,1%)	24 (6,4%)	30 (8,1%)	33 (8,9%)	34 (9,1%)	8 (2,1%)	133 (35,7%)
Solteiras	16 (4,3%)	71 (19,1%)	58 (15,6%)	41 (11,0%)	26 (7,0%)	27 (7,3%)	239 (64,2%)
Total	20 (5,4%)	95 (25,5%)	88 (23,7%)	74 (19,9%)	60 (16,1%)	35 (9,4%)	372 (100%)

A Tabela 40 sugere que as mulheres escravas de Mariana não costumavam ter filhos muito cedo. Com menos de vinte anos, apenas quatro mulheres foram descritas como mães casadas e 16 descritas como solteiras com filhos. Florentino e Góes, analisando inventários *post-mortem*, calculam que as mulheres escravas do agrofluminense, no período de 1790 a 1830, começavam a ter filhos por volta dos vinte

[222] Brenda Stenvenson, estudando a Virgínia do século XIX, região desvinculada do sistema de *plantation* e que atuava como fornecedora de escravos para outras áreas norte-americanas, observa que as famílias matrifocais eram a maioria entre os escravos. Isto foi resultado do fato de a maioria das uniões entre cativos haver sido realizada com cônjuges de diferentes plantéis, o que acontecia não apenas entre os escravos das pequenas propriedades, como era de se esperar, mas também das maiores – verificado principalmente entre os homens (STEVENSON, 1996).

[223] FARIA (1992); SLENES (1999); MARCONDES & MOTTA (2000b).

anos, se fossem crioulas, e com cerca de 22, se africanas. No entanto, os autores advertem para a limitação dos inventários nesse tipo de estudo "posto que os inventários capturam somente os filhos que permaneceram vivos junto às suas mães"[224]. Slenes enfrentou o mesmo problema com relação às matrículas para a região de Campinas e, para contorná-lo, calculou em 50% a porcentagem dos primeiros filhos que não vingaram[225]. Levando tal cálculo em conta, Florentino e Góes estimam que as escravas crioulas do agrofluminense começavam a parir entre 14 e 17 anos e as africanas entre 16 e 19 anos[226].

Possivelmente, nossa análise sobre o início da maternidade escrava seja influenciada pela impossibilidade de cálculos de índices de mortalidade para as crianças recém-nascidas de mulheres jovens. O inventário do finado Euzébio Gomes dos Santos[227] instigou nossa curiosidade sobre o assunto. Este senhor possuía, em sua propriedade, nos meados dos anos 1850, duas escravas: Catarina, de vinte anos, e Florinda, de 18. Em meio aos trâmites de seu inventário, Catarina deu à luz a Joana e, quando da inserção da pequena no inventário, foi destacado que Catarina (assim como Florinda) já tivera outros filhos que morreram.

No caso da propriedade do senhor Euzébio, talvez a negligência com o recém-nascido fosse a causa de essas escravas não conseguirem "vingar suas crias", pois como revela o mesmo inventário, após um mês do nascimento de um dos filhos falecidos de Florinda, esta já havia voltado ao trabalho: "A escrava Florinda veio pejada sofrendo dores de estômago que é costume dela quando fica pejada. Teve a criança dia 4 de maio de 1866 e dia 4 de junho pegou a apanhar café"[228].

A participação de mães alguma vez casadas mostrou-se crescente conforme se ampliou a faixa etária. Entre a faixa de 15 a 19 anos e a última, o número de mulheres alguma vez casadas cresceu de quatro para 34, o que correspondeu, em termos relativos,

[224] FLORENTINO & GÓES (1997, p. 134).
[225] "Utilizando as taxas de mortalidade do modelo Brasil-1 e pressupondo que a data mediana dos nascimentos dos primogênitos das mães na amostra caía por volta de 1857, ou quinze anos antes da matrícula (isto é, provavelmente exagerando a mortalidade e a idade que teriam tido os primogênitos em 1872), calculei a taxa de sobrevivência dos primogênitos até a matrícula em 50%. Isto é, a metade dos primeiros filhos sobreviventes em 1872 não seriam primogênitos. Construí, então, dois modelos utilizando respectivamente três e seis anos como o intervalo entre nascimentos. Presumi que em 50% dos casos de primeiros filhos sobreviventes na amostra, em que os casamentos dos pais aconteceram (respectivamente, para os dois modelos), menos de três e menos de seis anos antes do nascimento desses filhos, tratava-se, não dos primogênitos, mas dos segundos (ou terceiros etc.) filhos a nascer" (SLENES, 1984, p. 2122).
[226] FLORENTINO & GÓES (1997, p. 134-135).
[227] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 120, auto 2508.
[228] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 120, auto 2508, p. 65.

a um incremento de oito pontos percentuais. Desconsiderando a faixa 15-19 anos entre as mães solteiras, detectou-se o caminho inverso, ou seja, seus percentuais decresceram de acordo com o avanço das idades – de 19,1% entre vinte e 29 anos para 7,0% entre as mulheres com mais de 49 anos. Quando comparado o estado conjugal das mães na faixa etária 20-29 anos, a proporção de mães solteiras foi bem superior à de casadas – representaram mais de 2/3 do total de mulheres com filhos naquelas idades. A mesma proporção caiu um pouco entre as mulheres com 30-39 anos e também entre as com 40-49 anos, até que, na faixa das mães com mais de 49 anos, as casadas ultrapassaram as solteiras em participação.

O grande número de casais sem filhos[229] nas décadas de 1850 e 1860 (44 de um total de 68) sugere que as uniões matrimoniais, muitas vezes, eram mais descritas que os vínculos paternais/maternais. É bem possível que esses casais tivessem filhos que, por algum motivo, não foram descritos como tais. Vejamos o caso do plantel do Tenente José Caetano Gomes[230], inventariado em 1859, que teve a descrição de quatro casais escravos sem filhos e sete crianças escravas sem vínculos familiares. As chances de essas crianças terem sido filhas dos determinados casais são muito grandes, mas as fontes não nos possibilitam a confirmação, pois, nas duas primeiras décadas em estudo, a filiação era um dado raramente encontrado nos inventários *post-mortem*. Pode ser, também, que os filhos já não vivessem juntos a seus pais no mesmo plantel ou os casais fossem muitos jovens, de modo que ainda não tivessem iniciado o seu ciclo reprodutivo. Para casais descritos como pais, a deficiência dos inventários também pode ser observada: dos 25 grupos familiares encontrados no período de 1850-1869, 15 eram de pais com apenas um filho. Neste mesmo período, as famílias com mais de um filho apareciam em apenas um exemplo. Nas décadas de 1870 e 1880, casais com filhos foram mais comumente identificados, como era de se esperar, devido à utilização das matrículas. De acordo com as Tabelas 41 e 42, não eram incomuns casais e mães solteiras com até quatro filhos presentes.

[229] O total de famílias nucleares para o período 1850-1888 foi de 174, sendo que 102 famílias nucleares foram descritas com filhos e 72 sem filhos.
[230] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 151, auto 3166.

Tabela 41: Famílias nucleares segundo o número de filhos presentes – Mariana (1850-1888)

Décadas	Número de filhos vivos em vivência com ambos os pais								
	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
1850-1859	71,4%	7,15%	-	7,15%	7,15%	7,15%	-	-	100% (14)
1860-1869	45,4%	9,1%	27,3%	9,1%	9,1%	-	-	-	100% (11)
1870-1879	23,2%	30,3%	21,4%	17,9%	-	3,6%	3,6%	-	100% (56)
1880-1888	47,6%	-	9,5%	19,0%	9,5%	9,5%	4,8%	-	100% (21)
Total	37,2%	18,6%	16,7%	15,7%	3,9%	4,9%	2,9%	-	100% (102)

Os números da Tabela 42 mostram que a identificação das mães solteiras era mais comum que a dos casais com filhos: aquelas totalizavam mais que o dobro destes. Tal diferença era alimentada pelas mães com até três filhos. A partir de quatro filhos, havia até mesmo mais famílias nucleares que matrifocais. Podemos dizer, no entanto, que estas últimas eram, essencialmente, pequenas famílias; as mães solteiras com três ou mais filhos estariam, provavelmente, inseridas em relações consensuais[231].

Tabela 42: Famílias matrifocais segundo o número de filhos presentes – Mariana (1850-1888)

Décadas	Número de filhos vivos em vivência com um dos pais							
	1	2	3	4	5	6	7	Total
1850-1859	63,2%	21,0%	10,5%	5,3%	-	-	-	100% 57
1860-1869	60,0%	26,7%	11,1%	2,2%	-	-	-	100% 45
1870-1879	44,6%	23,9%	19,6%	8,7%	2,2%	1,1%	-	100% 92
1880-1888	43,8%	16,7%	22,9%	6,2%	4,2%	6,2%	-	100% 48
Total	51,6%	22,3%	16,5%	6,2%	1,7%	1,7%	-	100% 242

[231] Não sabemos sobre as distinções que poderiam existir entre a união consensual e a união legitimada. O que acarretaria para uma família o fato de ela não ser legitimada? Seriam, estas famílias, menos respeitadas nos momentos de venda ou de herança? Se sim, os próprios escravos, vivendo em relações consensuais, não teriam adotado estratégias reprodutivas diferenciadas sabendo que não podiam contar com a estabilidade das uniões formalmente constituídas?

Também é possível que as mães solteiras legitimassem suas uniões após o nascimento dos primeiros filhos[232]. Esse deve ter sido o caso da escrava Eva, pertencente ao senhor Antônio Gomes da Silva, que, no ano de 1850, batizou seu filho Alex como filho natural. Três anos mais tarde, a mesma escrava batizou Sebastião, descrito como seu filho legítimo com o escravo Joaquim[233]. O mesmo destino deve ter tido a escrava Lúcia, pertencente ao Tenente Coronel Francisco José da Silva Ramos, que teve seus três primeiros filhos (Raimundo, Maria e Delfina) batizados como naturais nos anos de 1856, 1857 e 1860[234]; os filhos seguintes, Maria (provavelmente a primeira Maria faleceu)[235] e Francisco[236], batizados nos anos de 1862 e 1868, foram descritos como filhos de Lúcia e Antônio. A idade das mães solteiras, sempre inferior à das mães casadas[237], possivelmente, foi decorrente do fato de, ao menos, algumas dessas mães legitimarem suas uniões após o nascimento dos primeiros filhos.

Tabela 43: Diferença entre as idades de cônjuges escravos – Mariana (1850-1888)

Diferenças (anos)	Faixa etária do cônjuge mais velho										Total
	15-24		25-34		35-44		45-54		+ de 54		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
1 a 5	1	2	10	-	7	2	6	-	4	3	**32,1% (35)**
6 a 10	-	-	6	2	8	5	2	4	7	-	**31,2% (34)**
11 a 15	-	-	2	2	6	-	5	-	3	-	**16,5% (18)**
16 a 20	-	-	-	-	2	-	2	1	4	1	**9,2% (10)**
21 a 25	-	-	-	-	-	-	2	-	4	-	**5,5% (6)**
26 a 30	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	**3,7% (4)**
Mais de 30	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	**1,8% (2)**
Total	**0,9% (1)**	**1,8% (2)**	**16,5% (18)**	**3,7% (4)**	**21,1% (23)**	**6,4% (7)**	**17,4% (19)**	**4,6% (5)**	**23,9% (26)**	**3,7% (4)**	**100% (109)**

[232] SLENES (1999, p. 96); GUTMAN (1976, pp. 60-67); METCALF (1990, p. 208).
[233] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, registros de batismo, livro C2, páginas 163 e 195.
[234] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, registros de batismo, livro R29, páginas 201v , 202 v e 208, respectivamente.
[235] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, registros de batismo, livro F14, páginas 3.
[236] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, registros de batismo, livro R28, página 22.
[237] Calculando a idade média das mães, encontramos: para os anos 1850, a média de 30,4 entre as solteiras e 36,3 entre as casadas; para os 1860, a média foi de 33,6 para as solteiras e 34,1 para as casadas; no decênio seguinte, o cálculo foi de 33,5 para as solteiras e 35,9 para as casadas; e, finalmente, para os anos 1880, a média foi de 38,1 para as solteiras e 42,4 para as casadas.

As informações sobre as diferenças entre as idades dos cônjuges ajudam-nos a compreender o mercado matrimonial escravo. Com a amostragem de 109 casais que tiveram as idades mencionadas, podemos ver, pela Tabela 43, que, para a maioria dos casais (63,3%), a diferença etária variava de um a dez anos. As disparidades maiores foram menos freqüentes: os casais com diferença etária entre 11 e vinte anos estavam representados por 25,7%. E as diferenças superiores a vinte anos aconteciam para 11,0% dos casais. Regra geral, os homens eram mais velhos que as mulheres. Apenas em 22 casos (20,2%) as mulheres tinham mais idade e, quando isso acontecia, a diferença etária entre os cônjuges era menor – somente em dois casos, a diferença a favor das mulheres ficou entre os 16 e os vinte anos. Entre os casais mais jovens, com menos de trinta anos, eram menores as diferenças etárias. Avançando as faixas etárias, crescem os casos de diferenças maiores entre as idades dos cônjuges. Na maioria das vezes, a diferença superior a vinte anos a favor dos homens não significou que estes estivessem atrelados a relações com mulheres muito jovens (com idade inferior aos trinta anos). Como exemplo, podemos citar o escravo Domingos, de 75 anos, que era esposo da escrava Josefa de 54 anos[238]; ou o escravo Francisco, de sessenta anos, casado com a escrava Rita de quarenta anos[239]. Os casos de homens que esposavam escravas com idade inferior aos trinta anos foram somente três. Nossos resultados não corroboram as conclusões obtidas por Manolo Florentino e José Roberto Góes que, em estudo sobre o meio rural do Rio de Janeiro do período 1790-1830, afirmam que as mulheres jovens tendiam a casar-se com homens muito mais velhos. Segundo os autores, esse comportamento reproduzia o padrão africano de casamento, onde os homens mais velhos teriam o domínio do mercado matrimonial, impondo sua preferência por mulheres mais jovens. Aos cativos mais jovens, restavam apenas as mulheres com idade bem superior à deles[240].

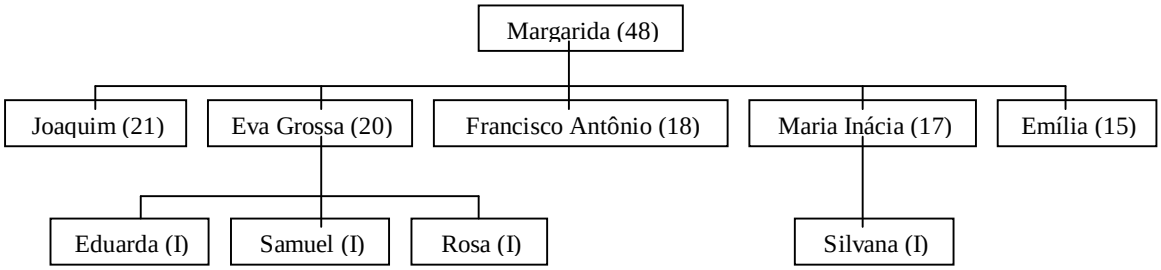
Há que se destacar também as relações familiares exclusivamente entre irmãos: eram 69 indivíduos nesta situação, sendo 12 encontrados para a década de 1850, quatro para os anos 1860, 38 para os anos 1870 e 15 para 1880-1888. A média de idade era de 22,5 anos. Esta média permite-nos sugerir que, muitas vezes, a separação de pais e filhos escravos dava-se na fase adulta destes últimos, provavelmente por falecimento de seus pais. Esta categoria permite-nos dar mais um passo, com ponto de partida nas

[238] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, códice 122, auto 2555.
[239] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, códice 77, auto 1641.
[240] FLORENTINO & GÓES (1997, pp. 152-159).

famílias nucleares ou matrifocais, no sentido de evidenciar a rede de relacionamentos existente entre os escravos. Para esse grupo, identificamos 39 escravos descritos apenas com a filiação da mãe, 14 com a de pai e mãe e 12 sem menção de filiação.

Os laços familiares dentro dos plantéis, às vezes, eram ainda mais complexos do que os apresentados neste trabalho. Encontramos 21 famílias escravas extensas[241] vivendo unidas em Mariana – como exemplo, a família de Margarida (Quadro 1).

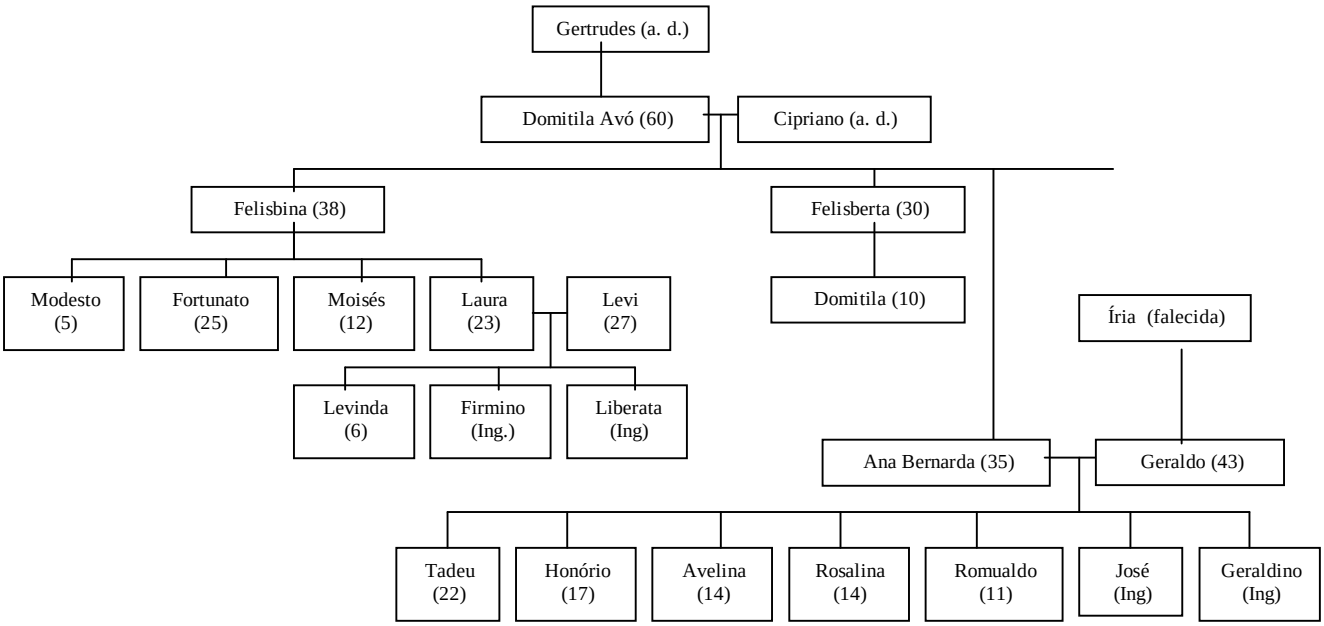
Quadro 1: Família de Margarida, escrava do Tenente Coronel Antônio Coelho Linhares



Entre essas famílias, apenas uma ultrapassou a terceira geração: conviviam, no plantel do proprietário Tenente Antônio José Lopes Carneiro[242], inventariado em 1876 com sessenta escravos, quatro gerações de uma mesma família (Quadro 2). Um dado curioso está na informação da filiação da representante de sua primeira geração (embora não constasse no rol de escravos, a mãe de Domitila, sendo reconhecida, ampliava para cinco gerações a memória da família).

[241] As famílias extensas são aquelas que vão além do núcleo primário.

Quadro 2: Família de Gertrudes, escrava do Tenente Antônio José Lopes Carneiro



Obs: a.d.: alheio destino

Este grupo familiar, na constituição do plantel, representava nada menos que 36,7% do total de escravos. Como bem salientou Márcia Vasconcellos,

> *"a constatação de existência de famílias extensas remete-nos às condições por parte dos cativos envolvidos de conviver não só com parentes para além de seus progenitores, mas também ao acesso às diversas histórias, que, por certo, seus membros teriam vivido no cotidiano escravista. Conhecimentos que teriam perpassado também aqueles filhos de mães solteiras e pais casados que não tiveram a oportunidade de conviver com seus avós, por exemplo, mas que acabavam tendo acesso, de outra forma, é verdade, às histórias e carregavam consigo a memória familiar"*[243].

A família de Gertrudes ainda permitiu a observação da transmissão de nomes comuns entre sucessivas gerações de cativos. Gutman já havia percebido esta prática entre os escravos norte-americanos. Em Good Hope, uma *plantation* da Carolina do Sul,

> *"in two of three families that started between 1820 and 1849 (...), at least one child was named after a father or eigteenth-century grandparent. Such naming practices reveal an attachment to a familial 'line' and suggest the*

[242] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, códice 45, auto 1034.
[243] VASCONCELLOS (2001, p. 129).

symbolic renewal in birth of intimate familial experiences identified with a parent or grandparent"[244].

Como pudemos ver, no mesmo plantel conviviam Domitila avó, sessenta anos, e Domitila neta, dez anos. Nesta mesma família, pudemos observar que possivelmente não foi por acaso que a primogênita do casal Laura e Levi ganhou o nome de Levinda. O mesmo podemos dizer do casal Ana Bernarda e Geraldo que deram o nome de Geraldino para o filho mais novo. Em uma família descrita no inventário da finada Caetana Florinda Rosa[245], também notamos a influência da geração anterior na escolha do nome da criança: Leandra, 34 anos, é mãe de Maria Leandra, de 11 anos. No inventário de Maria Rita de Oliveira e Silva[246] conseguimos mapear três gerações: Antônia, com 56 anos em 1886, era mãe de Manuel, 32 anos, e Domingas, 22, que, por sua vez, era mãe de Antônio, ingênuo. Na descrição dos escravos pertencentes ao espólio do Tenente Antônio José Lopes Camelo e sua mulher Rita C. Florinda da Silva[247], havia a descrição de que Raquel, falecida, teve sua memória saudada através de sua neta Raquel, de dez anos. O mesmo aconteceu com Lúcia, falecida, escrava dos mesmos senhores, que emprestou seu nome para a neta de 14 anos. Tios também emprestavam o nome para os sobrinhos. Foi o que aconteceu a Cipriano, sem idade, irmão de Quintiliana, sem idade, e tio do também Cipriano, sem idade.

Ao todo foi possível constatar a herança do nome para 23 crianças, o correspondente a 4% do total de crianças inseridas em família. Provavelmente, essa proporção fosse mais alta. O fato de não ter sido comum os inventários *post-mortem* registrarem parentesco para além do núcleo primário formado por esposos e/ou pais e filhos, nem as uniões consensuais, impediu um exame mais minucioso das práticas de nomeação. Na verdade, os resultados obtidos foram possíveis graças ao cruzamento com os registros paroquiais e as matrículas. Apesar da dificuldade de análise decorrente do reduzido número de observações, parece ter sido comum que crianças herdassem o nome dos familiares da segunda geração. Vimos, em nossa amostragem, que seis crianças herdaram os nomes dos seus pais, sete de suas mães e duas de seus tios, totalizando 15 casos; enquanto isso, os nomes de oito crianças foram inspirados na terceira geração, a dos seus avós. Segundo Gutman, o mais banal era privilegiar o lado paterno quando da transmissão dos nomes. Ele atribui isso à situação instável dos

[244] GUTMAN (1876, p. 95).
[245] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 114, auto 2364.
[246] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 61, auto 1332.

homens escravos, que eram preferidos no mercado e, portanto, mais sujeitos ao apartamento de suas famílias. Conceder o nome do pai ao filho mantinha, de forma simbólica, o laço que unia a criança ao pai.

5.2 - Evidências da reprodução natural

A grande proporção de escravos envolvidos em vínculos familiares sugere a relevante participação da reprodução natural na manutenção/ampliação dos plantéis[248].

Tabela 44: Participação das crianças (0-14 anos) na população escrava – Mariana (1850-1888)

Décadas	População total	Crianças
1850-1859	1195	350 (29,3%)
1860-1869	1143	346 (30,3%)
1870-1879	1160	389 (33,5%)
1880-1888	438	116 (26,5%)
Total	3936	1201 (30,5%)

Observando o número de crianças dentro de nossa amostragem (Tabela 44), podemos aventar que a reprodução, nesse período, ocupava uma posição primordial para a continuação da utilização da mão-de-obra escrava. Pelos inventários, pudemos comprovar que a reprodução estava influenciando o tamanho dos plantéis. Vejamos o exemplo da senhora Francisca Maria da Conceição[249], moradora de Paulo Moreira e inventariada em 1859: a finada possuía nada menos que sessenta escravos, sendo 28 menores de 15 anos e oriundos deste mesmo plantel. Francisco José Pereira Bastos[250], inventariado em 1865, também era, ao que tudo indica, um proprietário que via na reprodução natural de seus escravos uma possibilidade para a continuação de seu plantel. Quando do inventário, ele era possuidor de 43 escravos, sendo 19 crianças. Até mesmo entre os menores plantéis é possível ver a reprodução natural atuando na

[247] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 45, auto 1034.
[248] Ainda que estas famílias fossem oriundas de outros plantéis, era fato que, através de alguma estabilidade familiar e conseqüente reprodução, se produzia a mão-de-obra. Ou seja, as famílias podiam ter-se formado no próprio plantel ou terem sido trazidas de fora através do comércio, mas, tanto em um quanto em outro caso, é certa a importância do papel desempenhado pela reprodução natural para a manutenção dos plantéis de Mariana.
[249] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 10, auto 364.
[250] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 11, auto 377.

ampliação da mão-de-obra. Como exemplos, o plantel do senhor Sebastião Martins Guimarães[251], que possuía quatro escravos, todos filhos de Lizarda, não descrita no inventário (possivelmente falecida) e o plantel de Maria Joana da Silva[252] que, em 1864, teve a escrava Isabel e seus três filhos menores de 15 anos descritos em seu inventário.

Todavia, é claro que a reprodução natural não se conteve como único fator a contribuir para o incremento das escravarias possuídas pelo inventariados de Mariana. Este é o caso da posse do capitão Fernando Cândido de Oliveira Carmo[253] que, em 1885, foi descrita com vinte escravos (seis homens, 12 mulheres e apenas duas crianças), sendo três declarados crias do plantel e seis obtidos por compra. A mesma política foi usada pelos irmãos Luís, Joaquim e Antônio Gomes, que receberam, cada um, dois escravos por doação paterna e começaram um empreendimento, por eles assim narrado quando da ocasião do inventário *post-mortem* do pai:

> *"Dizemos nós, abaixo assinados, Luis Gomes, Joaquim Gomes e Antônio Gomes que o falecido nosso pai, o senhor Joaquim Gomes da Silva, em sua vida, nos cedeu o domínio e posse de uma fazenda denominada Limoeiro, freguesia de Barra Longa, município de Mariana, dando igualmente a cada um de nós dois escravos, e logo nos ajustamos em empregar todos os nossos cuidados na lavoura com aqueles seis escravos, fazendo cada um o mais que podia para aumentar os lucros, com a cláusula porém de que os rendimentos seriam convertidos em compras de escravos, de maneira que sempre se aproximasse em pertencer a um o mesmo número deles que se fossem comprando, e assim progressivamente. Com tais lucros podemos até o presente possuir 21, cabendo a cada um 7, e já assinaladamente com seus nomes e a quem pertencem (...)."* [254]

Ampliando os indícios que apontam para a possibilidade de reprodução, vamos estimar a razão criança/mulher em idade de procriação[255]. Considerando a fonte utilizada, é preciso ressaltar que os índices aferidos podem ser considerados como uma *proxy* grosseira da fecundidade escrava, já que os inventários não nos permitem conhecer as porcentagens de crianças e de mulheres férteis que morreram ou migraram antes de sua abertura. Essas limitações, nas conclusões obtidas por Richard Steckel, quando das comparações entre a medição da fecundidade efetiva e a medição direta da fecundidade, não impedem o uso desse indicador, pois "the child-woman ratio is highly

[251] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 128, auto 2679.
[252] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 115, auto 2388.
[253] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 129, auto 2705.
[254] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 82, auto 1742.
[255] Para estimar a razão criança/mulher em idade fértil, usamos a relação número de crianças de 0 a 9 anos por mil mulheres em idade de procriar, ou seja, dos 15 aos 49 anos: C(0-9) x 1000/ M(15-49 anos). Essa fórmula lança luz sobre os níveis de fecundidade, mas não constitui um indicador satisfatório. Medidas mais exatas requereriam maiores informações sobre as mães e os nascimentos.

correlated with direct measures of fertility (...) It should be noted, however, that small differences in the ratio may not reflect genuine differences in fertility behavior"[256].

Tabela 45: Razão criança/mulher na população escrava e ingênua – Mariana (1850-1888)

Período	Mulheres (15 a 49 anos)	Crianças (0 a 9 anos)	Razão criança-mulher
1850-1859	236	208	881
1860-1869	206	243	1180
1870-1879	260	230	885
1880-1888	120	79	658
1850-1888	822	760	925

Tabela 46: Razão criança-mulher em idade fértil para a população escrava – Sul dos Estados Unidos, Paraná, Mogi das Cruzes, Oeste Mineiro e Paracatu

Local	Período	Razão criança/mulher
Sul dos Estados Unidos*	1860	1.318
Mogi das Cruzes**	1829	664
Paraná***	1824	840
Oeste Mineiro e Paracatu****	1873-1875	734

Fontes: *STECKEL (1992, p.371). Para calcular a fecundidade das escravas americanas Steckel utilizou a faixa etária das mães entre 15 e 49 anos e das crianças entre 0 e 9 anos.
**LUNA (1990, p.358). Para as mães, a faixa etária trabalhada foi a de 15-44 anos e para as crianças a faixa foi a de 0-9 anos.
***GUTIÉRREZ (1987, p.309). Gutiérrez utilizou a faixa etária dos dez aos 49 anos para as mulheres e para as crianças a faixa etária dos 0 aos 9 anos.
****LIBBY & PAIVA (1995, p. 226). Os autores consideraram as mulheres de 15 a 49 anos e as crianças de 0 a 9 anos.

Comparando a razão criança/mulher de Mariana (correspondente ao lapso 1850-1888 – Tabela 45) com as de outras localidades[257] (Tabela 46), vimos, em nossa região, uma cifra inferior àquela calculada para o Sul dos Estados Unidos – área que apresentou a mais elevada razão entre crianças e mulheres de toda a sociedade escravista pan-americana e a maior taxa de crescimento populacional[258]. Quando comparada às localidades brasileiras, a razão criança/mulher foi superior a todas as demais[259].

[256] STECKEL (1992, p. 370).
[257] Para essa comparação, o ideal seria que todos os trabalhos correspondessem à segunda metade do século XIX, pois, como conseqüência do fim do tráfico internacional e da elevação dos preços dos escravos, acreditamos que a reprodução natural cresceu em importância.
[258] "Os Estados Unidos sobressaem como uma experiência um tanto singular, pois sua população escrava cresceu a taxas incomumente altas do início do século XVIII em diante. Embora a relativa marginalidade das exportações norte-americanas para os mercados europeus explique o volume relativamente baixo de migração de escravos africanos e o conseqüente domínio precoce de escravos nativos na força de trabalho, a explosão demográfica resultante somente pode ser explicada por variáveis demográficas mais complexas. A taxa de crescimento de escravos nos Estados Unidos sobrepujou a que seria atingida no século XIX em outras sociedades escravistas que acabaram por construir uma população predominantemente mestiça ou de escravos nativos... É evidente que o período de fertilidade potencial das mulheres escravas em toda América era totalmente o mesmo. Uma vez que a extensão do período de fertilidade (determinado pelas idades de menarca e menopausa) está diretamente relacionada com

Separando por décadas, notamos que as razões criança/mulher se elevaram do decênio de 1850 para o de 1860, provavelmente como decorrência do fim do tráfico. Nas décadas seguintes, estas razões sofreram queda. Nesse momento, a influência da lei de 1871 pôde ser percebida: como já observamos, a limitação da utilização dos filhos das escravas como mão-de-obra parece ter causado, nos senhores, descrédito com relação à reprodução como alternativa para aquisição de mão-de-obra. Percebemos isso, principalmente, comparando as duas últimas décadas, quando houve decréscimo notório nas razões criança/mulher: 1880-1888 é o período de menor razão e com maior número de ingênuos (70,7% das crianças eram ingênuas, contra 15,2% da década anterior).

Calculando as razões crianças/mulheres para os diferentes tamanhos de plantel (Tabela 47), podemos observar grandes divergências entre eles.

Tabela 47: Razão criança-mulher para a população escrava e ingênua de Mariana, segundo os diferentes tamanhos de plantel (1850-1888)

Faixas de tamanho dos plantéis	Razão criança-mulher (1850-1859)	Razão criança-mulher (1860-1869)	Razão criança-mulher (1870-1879)	Razão criança-mulher (1880-1888)	Razão criança-mulher (1850-1888)
Até 5 escravos	487	750	499	167	519
De 6 a 10 escravos	776	1364	814	167	796
De 11 a 20 escravos	1178	977	800	427	968
Mais de 20 escravos	1029	1390	1135	1169	1189

Examinando o período total, como era de se esperar, os plantéis com até cinco escravos possuíam a menor razão criança/mulher e os plantéis contendo mais de vinte escravos a maior delas. As quedas das razões criança/mulher das últimas décadas,

variações nas condições de saúde, alimentação e experiência de trabalho, a falta de diferença leva a rejeição da argumentação de um melhor tratamento. Estudiosos recentes sustentavam que a principal diferença deve-se ao período de lactação, com os escravos dos Estados Unidos adotando o esquema do norte da Europa para amamentação de um só ano , e os escravos do resto das Américas adotando práticas tradicionais africanas de amamentação por dois anos. O aspecto contraceptivo da demanda premente de amamentação por sua vez explica o maior espaçamento entre o nascimento de crianças fora dos Estados Unidos" (KLEIN, 1989, p. 17-18). Para Blassingame, os êxitos obtidos com a reprodução natural da população cativa devem-se ao equilíbrio entre os sexos: "nos Estados Unidos, para cada 100 cativos do sexo masculino, o número de escravas era 95,1 em 1820, 98,3 em 1830, 99,5 em 1840, 99,9 em 1850 e 99,3 em 1860" (BLASSINGAME, 1972, p. 78). Para a compreensão desse equilíbrio sexual, Blassingame afirma ser necessário referir-se à cessação das importações de cativos por aquele país, ocorrida no início do século XIX. Levando-se em conta que, a essa proibição, segue-se o desenvolvimento maior da produção algodoeira norte-americana, tornam-se evidentes seus efeitos sobre a família escrava, sendo esta o único meio que permite ao senhor esperar manter à sua disposição a mão-de-obra servil da qual necessita.

[259] Laird Bergad já havia encontrado, para 1808, uma razão criança/mulher alta entre os escravos de Mariana. Para esse ano, a razão entre as crianças e mulheres em Mariana para as idades 1-10/15-50 foi de 862. Essa taxa foi maior do que as da população livre negra e mulata da comarca e aproximou-se das razões verificadas entre os brancos. Contudo, ela era mais baixa do que as encontradas entre os cativos da capitania como um todo (BERGAD, 1994, p. 507).

sobretudo para o decênio de 1880, sugerem a confirmação da hipótese de que a lei de 1871 tirava o estímulo de senhores com menos de vinte cativos para utilizarem a mão-de-obra infantil. Os motivos (já salientados) para isto talvez residissem no fato de que os ingênuos demandavam, como todas as crianças, maiores cuidados para terem garantida a sobrevivência e, assim, poderem ser inseridos no mundo do trabalho – sabendo que aos 21 anos estariam de fato livres. O mesmo não acontecia para aqueles senhores que possuíam mais de vinte escravos: entre estes, a razão criança/mulher chegou a aumentar entre as duas últimas décadas. Examinando a alta porcentagem de crianças inseridas em famílias durante os anos 1880 para os plantéis com mais de vinte escravos (97,9% dos meninos e 93,1% das meninas), parece-nos apropriado destacar que realmente foi a reprodução a responsável pela alta razão criança/mulher avistada até a última década escravista.

5.3 - Estabilidade familiar escrava

A alta porcentagem de vivência em família nos plantéis de Mariana sugere a existência de vínculos familiares estáveis entre os escravos. Como afirmam Florentino e Góes,

> *"pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos, avós, netos, tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis no mercado que, onipresente, aparta"* [260.]

Para iniciarmos nossa exposição sobre o tema, vamos analisar o inventário, não de um senhor de escravos e sim de uma ex-escrava, a liberta Florênça do Carmo, que em 1883 teve seus bens inventariados a pedido de sua filha, Fortunata do Carmo, a fim de serem repartidos entre todos os filhos da falecida. A inventariada foi casada com um homem de nome Domingos do Carmo – que, apesar de ter o mesmo sobrenome do restante da família, em nenhum instante nos é dada certeza de ser o pai dos filhos de Florênça – e gerou quatro filhos: Fortunata, escrava do Major João Francisco Pinheiro, morador de Ubá; Domingos, escravo de Anacleto, morador do Bonjardim; Filomena e Marta, escravas da senhora Maria Custódia e sua família, residentes na Leopoldina. Como já deve ter sido observado, o que importa neste documento não é a avaliação dos bens da inventariada, mas a separação da família de dona Florênça do Carmo, estando

[260] FLORENTINO & GÓES (1997, p. 115).

seus membros em três plantéis diferentes. Apesar de não sabermos a idade dos filhos de Florênça, o ocorrido nos mostra o descaso pela família escrava. Mas seria tal atitude uma constante? Parece-nos plausível que a estabilidade da família esteja relacionada com o proprietário, fosse ele favorável ou não ao estabelecimento de relações familiares entre os cativos[261].

Em contraponto ao exemplo acima, um estudo comparativo sobre a organização do plantel do Doutor João Coelho Linhares, residente à freguesia de Paulo Moreira, em dois momentos diferentes, 1872 e 1884 (Anexo 1), evidencia a preocupação com a estabilidade familiar no plantel deste proprietário.

Os dados foram obtidos em duas fontes: a matrícula de escravos, feita em 1872, e o inventário *post-mortem* deste mesmo senhor, realizado em 1884. Como podemos ver pelo Anexo 1, com exceção de Lucas, 21 anos (que foi comprado pelo Doutor Linhares no ano de 1879), e das crianças menores de 12 anos, todas ingênuas, os cativos encontrados em 1884 já faziam parte do plantel em 1872, o que indica a permanência dos escravos e suas famílias dentro deste plantel. Apenas oito pessoas que foram registradas em 1872 não foram encontradas em 1884. Para este fato, três hipóteses são cabíveis: vendas, doações e morte.

O ponto chave é que, com exceção de Lucas, não constatamos acréscimo do plantel através da compra. Parece ser a reprodução entre os escravos a via que propiciava a manutenção do plantel. Mesmo durante o período estudado, em que a reprodução não garantiria o fornecimento de mão-de-obra por toda a vida – os ingênuos teriam a obrigação legal de prestar serviços ao senhor de sua mãe , no máximo, até os 21 anos de idade –, o plantel do Doutor João Linhares é caracterizado por um grande número de crianças incluídas em famílias. Em 1872, foram matriculados 25 escravos: sete homens e cinco mulheres adultos, além de 13 crianças, representando, respectivamente, 28%, 20% e 52% do total do plantel. Doze anos depois, a distribuição do plantel continuou privilegiando as crianças. Em 1884, o plantel era formado por 32% de homens adultos, 20% de mulheres com 15 anos ou mais e 48% de crianças (sendo

[261] Não podemos, no entanto, estimar que os senhores fossem os únicos a determinar a vida dos escravos. Estes também possuíam mecanismos de negociação (sabotagem da produção, fuga, suicídio, assassinatos etc.). Conforme Slenes, os senhores "não puderam construir suas posses exatamente como eles queriam; muito menos eles conseguiam transformar seus trabalhadores em máquinas desprovidas de 'todas as formas de união e solidariedade' e reduzidas a 'condições anômicas de existência'" (SLENES, 1999, p.114).

uma escrava e 11 ingênuas). Esta informação veio confirmar a importância da reprodução no âmbito familiar para este plantel.

Através da idade dos filhos mais velhos que apareciam nos inventários *post-mortem* (Tabela 48), podemos ter uma indicação sobre a duração das uniões entre mães e filhos[262].

Tabela 48: Duração dos vínculos entre mães e filhos mais velhos – Mariana (1850-1888)

Faixa etária das mães	Duração (em anos)							
	Menos de 2	2-4	5-9	10-14	15-19	20-29	Mais de 30	Total
15-19	61,5%	23,1%	15,4%	-	-	-	-	100% (13)
20-29	23,7%	20,3%	39,0%	17,0%	-	-	-	100% (59)
30-39	5,5%	5,5%	23,6%	39,0%	15,3%	11,1%	-	100% (72)
40-49	2,4%	2,4%	4,9%	26,8%	22,0%	39,0%	2,4%	100% (41)
Mais de 50	-	-	8,3%	6,2%	16,7%	37,5%	31,3%	100% (48)
Total	27	20	48	52	28	42	16	100% (233)

A possibilidade de permanência das uniões entre mães e filhos crescia conforme aumentava a idade das mães. Era entre as famílias formadas pelas mães mais jovens (15-19 anos) que se encontrava a menor duração familiar. Na verdade, estas mulheres estariam ainda constituindo suas famílias. Mães entre vinte e 29 anos tinham, na maioria, famílias com cinco a nove anos de duração, mas algumas chegavam a 14 anos de permanência. Já a maior parte das famílias com mães na faixa dos trinta anos estava unida em torno de dez a 14 anos, embora algumas chegassem até a faixa de 20-29 anos. A maioria das famílias com mães acima dos quarenta anos tinha seus filhos mais velhos dentro do plantel havia mais de vinte anos. Entre as mães com mais de cinqüenta anos, muitas famílias viviam juntas por mais de trinta anos. Por esse método, podemos ver que mães e filhos podiam permanecer unidos por um longo período de tempo. Porém, devemos ressaltar uma limitação evidente nesse tipo de análise: a impossibilidade de detectar separações decorrentes de mortes, vendas e doações envolvendo alguns filhos e

[262] Considerando ter sido mais comum a descrição da filiação materna e que não necessariamente todos os filhos eram de um mesmo pai, levamos em conta neste cálculo apenas as idades das mães. Em alguns casos, as idades dos filhos não foram descritas, o que impossibilitou o enquadramento destes em nossa análise. Não necessariamente os filhos mais velhos presentes eram os primogênitos; sendo assim, as famílias podiam estar juntas havia mais tempo que o estimado por nós.

suas mães. Isso considerado, deve-se tomar cuidado com as estimativas acima, pois elas estariam retratando famílias parcialmente unidas.

Para avaliar as proporções dessas separações, buscamos dados adicionais sobre as 407 famílias encontradas nos inventários, através do cruzamento com as matrículas e os registros paroquiais para o período 1850-1888. Obtivemos informações extras para duzentas famílias e, por esses dados, conseguimos acompanhá-las por um tempo mínimo de dois anos chegando, em quatro casos, a ultrapassar três décadas. O acompanhamento dessas famílias possibilitou-nos dividi-las em três condições: totalmente unida, totalmente separada e parcialmente unida.

Tabela 49: Estabilidade familiar vista através do acompanhamento da famílias no período 1850-1888 – Mariana

Plantéis	Situação	Período acompanhado							
		Menos de 2	2-4	5-9	10-14	15-19	20-29	Mais de 30	Total
1-5	**Totalmente unida**	-	15,4%	53,8%	23,1%	-	7,7%	-	**100% (13)**
	Totalmente separada	-	33,3%	-	66,7%	-	-	-	**100% (3)**
	Parcialmente unida	-	28,5%	42,9%	-	14,3%	14,3%	-	**100% (7)**
6-10	**Totalmente unida**	-	57,1%	21,4%	14,3%	-	7,1%	-	**100% (14)**
	Totalmente separada	-	20,0%	20,0%	20,0%	-	40,0%	-	**100% (5)**
	Parcialmente unida	-	50%	-	50%	-	-	-	**100% (2)**
11-20	**Totalmente unida**	15,6%	18,8%	34,4%	25,0%	3,1%	-	3,1%	**100% (32)**
	Totalmente separada	-	20,0%	-	40,0%	-	20,0%	20,0%	**100% (5)**
	Parcialmente unida	-	6,7%	20,0%	33,3%	6,7%	6,7%	26,6%	**100% (15)**
Mais de 20	**Totalmente unida**	16,9%	28,8%	23,7%	15,3%	8,5%	6,8%	-	**100% (59)**
	Totalmente separada	-	-	36,3%	27,3%	9,1%	27,3%	-	**100% (11)**
	Parcialmente unida	2,9%	14,7%	29,4%	23,5%	17,6%	11,8%	-	**100% (34)**
	Total	**8,0%**	**22,5%**	**28,0%**	**22,0%**	**7,5%**	**9,0%**	**3,0%**	**100% (200)**

Na Tabela 49, em todas as categorias de plantéis, a maioria das famílias permaneceu unida e a minoria foi totalmente dissolvida durante o tempo analisado.

Entre aquelas famílias que tiveram alguns de seus entes separados, houve, com muita freqüência, mães ausentes. Ao todo, foram 78 mães separadas de suas famílias no período estudado. Para 13, a condição de falecida foi descrita. Somente uma apareceu como vendida e uma como doada. Os pais desaparecidos foram 29. Destes, cinco foram descritos como falecidos e um como vendido. Considerando a baixa expectativa de vida dos escravos, achamos muito provável que o número de falecimentos fosse ainda maior. Entre os filhos separados de suas famílias, apesar de não haver comprovação, acreditamos que os fatores principais de separações fossem as vendas e doações. Para um total de 81 filhos separados de suas famílias, temos apenas 14 separações com causas especificadas. Entre estas, as doações apareceram seis vezes; os casos de venda duas vezes; os falecimentos apareceram em quatro situações; e em duas oportunidades apenas houve a menção de que habitariam outros plantéis.

Esses resultados revelam que a maioria dos escravos de Mariana podia ter esperanças de constituir famílias estáveis durante período considerável – pelo menos enquanto vivesse o proprietário. Aqui nos cabe uma interrogação: seria o momento da partilha uma situação de tensão para as famílias escravas? Era comum a separação das famílias escravas após a morte do proprietário? Segundo Herbert Gutman[263], no fim da vida ou após a morte do escravista, as famílias escravas conheceriam a desintegração decorrente de doações, partilhas ou vendas.

Um meio de analisar essa questão pode vir das partilhas. No entanto, algumas limitações devem ser ressaltadas. José Flávio Motta e Agnaldo Valentin, analisando um processo de inventário de uma escravista de Apiaí, região, à época (primeiro quartel do século XIX), voltada para a agricultura de subsistência[264], ressaltaram a possibilidade de as separações ou mesmo as permanências familiares após a partilha serem apenas aparentes, pois, algumas vezes, os desfechos descritos pelo documento eram reajustados entre os herdeiros no que tangia à alocação dos cativos. Dessa forma, ainda que na partilha constasse a separação ou permanência de uma família escrava, teríamos apenas um indício apontando para a ruptura efetiva.

Um exemplo da limitação metodológica da partilha está nos inventariados que deixaram como herdeiros apenas suas viúvas com filhos menores. Mesmo que houvesse ocorrido a separação das famílias escravas na partilha, possivelmente, estas continuariam a viver unidas. Esse é o caso do inventário da falecida Maria do Carmo da

[263] GUTMAN (1976).
[264] MOTTA & VALENTIN (Texto inédito)

Conceição[265], que, no ano de 1873, deixou como herdeiros seu marido e seus três filhos, todos menores. Entre seus bens foram arrolados 25 escravos, sendo que 16 deles estavam divididos em quatro famílias. No momento da partilha, para efeitos práticos de divisão de valores, duas famílias foram separadas. A família de Carlota (42 anos) – mãe de Colita (18), Anastácia (14) e Antônia (4) – foi assim dividida entre o herdeiro Luiz (três anos) e seu pai: ao primeiro couberam Carlota e sua filha mais nova, Antônia; ao viúvo, as duas filhas mais velhas. O mesmo ocorreu com a família de Mariana (32 anos), que é mãe de Alexandre (12), Agostinho (9) e Esperidião (5): o herdeiro Luiz ficou com o primogênito e a herdeira Maria (cinco anos) com o restante da família. O que se tira desses dois exemplos é que, apesar da divisão para efeitos práticos, não houve separação de fato: os filhos, sendo menores de idade, estavam sob a tutela do pai, assim como seus bens. Entretanto, é importante lembrar que, mesmo nestas separações foi respeitado o limite de idade (12 anos) estabelecido em lei para o apartamento do filho escravo de seus pais.

Mas nem sempre o limite mínimo de idade dos filhos foi respeitado durante a partilha. Este é o caso do inventário, concluído em 1880, do falecido Anastácio de Souza Monteiro[266], que, ao morrer, possuía 18 escravos, sendo nove dispostos em três famílias. Uma destas era a família de Maria Joana (24 anos), mãe de Joaquina (10), Raquel (7), Antônio (5) e Jovita (2). Esta família foi praticamente toda dissolvida entre quatro herdeiros, todos maiores de idade. Neste caso, a separação infringiu a lei, pois todos os filhos de Maria Joana eram menores de 12 anos. Ruptura análoga aconteceu, no mesmo inventário, com Verônica (20 anos) e sua filha Cecília (2). A resposta da Justiça foi obrigar a reformulação da partilha para que fossem respeitados "os preceitos dos parágrafos 7 e 8 do artigo 4 da Lei de 28 de setembro de 1871, quanto à divisão dos escravos entre os herdeiros, visto como se separaram os filhos menores de 12 anos de suas mães"[267]. A viúva inventariante justificou o ocorrido dizendo que "à exceção do herdeiro José Agostinho Rodrigues Rola, nenhum outro herdeiro quer ficar com uma família de escravos[268]", e mesmo este somente ficaria caso os preços abaixassem, pois considerava os valores dos escravos exorbitantes pelo fato de eles ainda não darem serviço. Não havendo queda dos preços dos escravos em questão, José Agostinho não recebeu nenhuma família durante a segunda partilha. Os beneficiados foram a viúva,

[265] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 111, auto 2284.
[266] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 53, auto 1195.
[267] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. I Ofício, códice 53, auto 1195, p. 80v.

que recebeu a família de Maria Joana, e José Anastácio, que recebeu a família de Verônica. Reajustes como este foram comuns nos inventários pós-1871, pois, como vimos, quando a manutenção das famílias escravas não era respeitada, o inventário era barrado nos trâmites legais e uma nova partilha deveria ser feita.

A partilha podia também representar um meio de união entre entes separados. Durante a feitura do inventário do finado Antônio José de Carvalho, no ano de 1872,[269] foi pedida por um dos herdeiros, o senhor Cândido Antônio de Souza, a posse da escrava Maria. O argumento usado por Cândido para tal pedido é agora transcrito: "O escravo Mathias é casado com a escrava Maria que pertence ao inventário e estando em companhia do suplicante o escravo Mathias pede a Vossa Senhoria que Maria seja dada em seu quinhão para ficar junta com seu marido"[270].

Outra situação problemática revelava-se nos casos em que o herdeiro ficava apenas com parte de um escravo (como exemplo, o caso do escravo Antônio Pedro, de 31 anos, pertencente ao espólio do falecido Manuel Alves Dias da Fonseca[271], partilhado entre cinco herdeiros). Sabemos que se trata apenas de uma transação financeira, mas os inventários não nos permitem saber com quem realmente ficou este escravo. Assim como não se dividiu o escravo ao meio por ter sido ele objeto da partilha, o mesmo vale para uma família, embora, neste caso, uma divisão meramente formal seja menos fácil de identificar.

[268] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. I Ofício, códice 53, auto 1195, p. 83.
[269] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 64, auto 1389.
[270] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 64, auto 1389, p.32.
[271] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 124, auto 2590.

Tabela 50: Estabilidade familiar após a partilha nos inventários – Mariana (1850-1888)

Tipos de Famílias	Plantéis	Famílias					Total
		Permanecem Juntas	Parcialmente Separadas	Totalmente separadas	Sem Informação	Inteiramente libertas	
Matrifocais	1-5	37,5%	8,3%	4,2%	37,5%	12,5%	100% (24)
	6-10	46,7%	23,3%	10,0%	20,0%	-	100% (30)
	11-20	62,5%	6,9%	6,9%	20,8%	2,8%	100% (72)
	+ de 20	42,5%	33,7%	11,3%	8,7%	3,8%	100% (80)
Nucleares	1-5	50,0%	-	-	33,3%	16,7%	100% (6)
	6-10	69,6%	-	4,3%	21,8%	4,3%	100% (23)
	11-20	48,8%	14,6%	14,6%	22,0%	-	100% (41)
	+ de 20	51,8%	21,7%	3,6%	21,7%	1,2%	100% (83)
Total		51,2%	18,1%	7,8%	19,8%	3,1%	100% (359)

Mesmo com as ressalvas acima qualificadas, consideramos a análise das partilhas um passo a mais na tentativa de conhecer a estabilidade da família escrava. Pela Tabela 50, verificamos que mais da metade (51,2%) das famílias escravas passava incólume pelo momento da partilha no período de 1850 a 1888. Em todas as faixas de tamanho de plantéis, as famílias que permaneceram unidas ocuparam as maiores porcentagens, sendo a menor porcentagem atribuída às famílias matrifocais nos inventários que descreviam até cinco escravos, tendo apenas pouco mais de um terço (37,5%) conseguido manter todos os seus membros sob um mesmo senhor. Do lado oposto, o mais alto índice de permanência de familiares em convivência após a partilha estava entre os escravos com famílias nucleares nos plantéis contendo entre seis e dez escravos, índice este que alcançava 69,6%. Com exceção dos plantéis contendo entre 11 e vinte escravos, foi entre as famílias nucleares que as oportunidades de se manterem unidas após a partilha foi mais comum. Esses dados sugerem, mais uma vez, em nossa análise, que a legitimação do matrimônio possibilitava maior proteção dos parentes escravos.

Aquelas famílias que não permaneceram totalmente unidas somavam 25,9% do total – 7,8% foram totalmente dissolvidas e 18,1% foram parcialmente separadas, sendo que, na maioria das vezes, apenas um membro da família fora apartado. Considerando

qualquer tipo de separação – parcial ou total –, apenas entre as famílias matrifocais com mais de vinte escravos houve mais famílias apartadas do que completamente juntas após a partilha. Em certos casos, como as famílias matrifocais nos plantéis com até cinco escravos e nas famílias nucleares dos plantéis com 6-10 cativos, as separações não chegavam a 15% do total. Há que se notar o grande número de famílias sem destino declarado ou sem informações a respeito. Conformam, no geral, um quinto das famílias avaliadas e são responsáveis por deformações de números como o discrepante grupo das famílias matrifocais dos plantéis com até cinco escravos: mais de um terço desta categoria teve seus dados sonegados nos inventários por falta da partilha; com isso, ficam subestimados os dados nas participações de famílias unidas, parcialmente separadas e totalmente separadas.

Embora pequenas, ainda havia chances de as famílias escravas conseguirem alcançar a liberdade de sua condição. Foram apenas 3,1% delas que tiveram esse privilégio e os plantéis com até cinco escravos foram os maiores incentivadores da alforria (12,5% para as famílias matrifocais e 16,7% para as nucleares). As demais faixas de plantéis não alcançaram 5% na libertação de suas famílias.

Entre os casos de separação, percebemos distinções entre os períodos anterior e posterior à lei de proteção à família escrava. Encontramos, para o período de 1850 a 1869, 32 crianças (4,6% do total) abaixo dos 12 anos apartadas de suas famílias e quatro casais separados (5,3% do total). Para o período de 1871 a 1888, os números caíram para seis crianças (1,2% do total) e dois casais (1,9%). Ao que parece, a lei que proibia a separação das famílias contribuiu para a estabilidade familiar entre os escravos e assim, as crianças tinham aumentada a oportunidade de viver a primeira fase da vida em companhia de familiares. Devemos ressaltar, no entanto, para 1871-1888, vários casos de crianças menores de 12 anos não incluídas em famílias que foram comercializadas sozinhas. Esse é o caso de Zeferino (11 anos), sem filiação conhecida, escravo de Raimundo Dias da Silva[272], vendido no ano de 1874 para Maria Leonor Pereira. O mesmo ocorreu com Lucinda, de dez anos, pertencente a João Bawden[273] e que, no ano de 1874, foi vendida ao Doutor Manuel de Aragão Gesteira. Não descrever os laços familiares dessas crianças poderia ser um meio de burlar a lei vigente[274], que proibia

[272] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, códice 125, auto 2616.
[273]Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Escrituras de Compra e Venda de Escravos – I Ofício, Livro 122, página 71.
[274] Rômulo Andrade, utilizando as Escrituras de Compra e Venda de Escravos da Zona da Mata Mineira, observa estratégias senhoriais para burlar as leis que proibiam os escravos menores de serem separados da

que fossem separadas de seus familiares. Os herdeiros dos bens de Dona Maria do Carmo Frutuosa[275], inventariada no ano de 1874, parecem ter negligenciado não somente o parentesco das crianças. A finada era possuidora de 21 escravos (sendo sete homens adultos, seis mulheres adultas e oito crianças, afora três ingênuos) e, segundo o inventário, nenhum estava inserido em relações familiares. Sendo assim, como os herdeiros fizeram questão de ressaltar, não houve nenhuma separação dos menores de 12 anos de suas mães, assim como não houve separação dos casais.

Por tudo que foi visto, podemos dizer que, no período estudado, a escravidão não impossibilitava a manutenção de laços familiares estáveis por um tempo significativo. Os dados indicam que os senhores geralmente seguiam a política de não separar as famílias escravas. Até mesmo no momento mais tenso para a família (a partilha dos bens entre os herdeiros), a maioria dos escravos conseguia contornar e continuava unida a seus familiares. Mesmo para aquelas famílias que sofreram separações parciais ou totais de seus membros, questionamos o fato de isso acarretar o distanciamento das relações familiares. Pensando em Mariana como uma região formada predominantemente por pequenos plantéis em pequenas propriedades normalmente bastante próximas, provavelmente a separação de proprietários não significava necessariamente a proibição das relações familiares. Nas grandes propriedades, talvez, a separação entre proprietários fizesse menos diferença, pois, ainda que dividida, as frações de terras que resultariam da partilha seriam vizinhas e, sendo assim, a convivência diária das famílias escravas continuaria sem alteração.

---

família. Segundo o autor, após 1871, "ainda se negociou expressivo contingente de menores de 12 anos (...), sob a alegação de que se tratava de crianças com 'filiação desconhecida', ou com 'mãe falecida'" (ANDRADE, 1998, p. 95).

[275] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, códice 112, auto 2303.

Considerações Finais

Desde o declínio da mineração, Mariana esteve integrada à economia voltada para a produção de subsistência e o abastecimento do mercado inter e intraprovincial. O garimpo, em menor escala, manteve-se presente, mas aparecia conjugado às atividades agrícola, pecuária, comercial e manufatureira. Através dos inventários *post-mortem* examinados neste trabalho, podemos aventar que, pelo menos até o final do século XIX, Mariana destacava-se economicamente pela diversificação das suas atividades.

Alguns indícios apontam para a possibilidade de Mariana atuar como abastecedora de gêneros alimentícios para outras regiões, no entanto, as fontes analisadas não nos permitem estimar seu potencial mercantil. Podemos, com mais segurança, notada a disseminação das roças de subsistência, das criações de animais e do grande número de engenhos de cana, destacar Mariana como uma região auto-suficiente. O desenvolvimento de ofícios, especialmente os de ferreiro e tecelão, ajudam a confirmar esta idéia.

O trabalho escravo, enquanto existiu, sempre teve presença marcante na história marianense – e de Minas Gerais como um todo. Para o período de nossa pesquisa (1850-1888), Minas chegou a possuir o maior contingente escravo do país. De fato, parece que nem mesmo o pleno desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo e Rio de Janeiro foi capaz de diminuir a importância do trabalho escravo para a economia mineira.

Para Mariana, trabalhamos com uma amostragem de 3795 escravos e 141 ingênuos. A divisão da população amostrada segundo sexo e faixa etária revelou a predominância dos escravos com idade variando entre 15 e 44 anos, embora a participação de crianças fosse bastante significativa. Em menor número estavam os indivíduos com mais de 44 anos. Distribuindo a escravaria segundo a estrutura de posse, os grandes plantéis (aqueles com mais de vinte escravos), mesmo em menor número, possuíam a maior concentração de escravos e ingênuos. Em sentido oposto, os plantéis com até cinco escravos, os mais freqüentes da amostragem, concentravam a menor porcentagem de cativos e ingênuos. Mesmo somando as duas primeiras categorias de tamanho de plantéis (até dez escravos), que representam mais de dois terços do total, encontramos concentração de cativos menor que a vista para os maiores plantéis.

Homens e mulheres entre 15 e 44 anos tinham maior porcentagem nos plantéis com até cinco escravos, os mesmos que davam às crianças, escravas e ingênuas, um pequeno espaço em participação. Nas demais categorias (seis a dez escravos; 11 a vinte escravos; e mais de vinte escravos), a participação de escravos jovens adultos caiu em relação aos menores plantéis, não deixando, entretanto, de ser majoritária. Entretanto, nessas categorias houve maior participação de crianças.

As características da população escrava computada traduziam a situação da época, representando um grupo que não mais sofria a entrada maciça de escravos via tráfico: os crioulos eram a maioria absoluta; apesar de os homens serem sempre a maioria, os índices de masculinidade estavam em queda ao longo das décadas estudadas; e os maiores índices de masculinidade foram resultantes dos cálculos para os escravos maiores de 44 anos.

Mesmo sendo menores que os calculados para os com mais de 44 anos, os índices de masculinidade dos escravos com idades variando entre 15 e 44 anos indicaram a presença do tráfico interno atuante na Mariana do final do século XIX. A preferência dos senhores pela compra de homens no mercado de escravos sempre foi notável em detrimento à compra de mulheres.

Também foi percebida a elevação dos preços dos escravos do sexo masculino, tanto crianças quanto jovens, até a década de 1880 e a desvalorização dos preços das mulheres desde 1870. Possivelmente, a desvalorização das mulheres advinha do fato de que, a partir de 1871, elas não mais seriam reprodutoras de escravos.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela instituição de leis transformadoras e, deliberadamente, movidas pela idéia de dar cabo do sistema escravista de forma gradual. O proprietário que, desde os primeiros negros trazidos da África, não sofrera qualquer tipo de intervenção do poder público nas relações com suas propriedades, naquele momento se via sucessivamente tolhido dos mecanismos de manutenção/reprodução de sua mão-de-obra cativa: foi proibido de adquirir escravos via Atlântico (1850); não pôde dispor, em vendas, doações ou heranças, de seus escravos de acordo com sua vontade apenas, sendo obrigado a respeitar a não separação das famílias constituídas em seu plantel (1869); viu o ventre de suas escravas ser libertado e formar a categoria de ingênuos (1871); acompanhou a criação do Fundo de Emancipação dos escravos, que facilitou a alforria, paga pelo Estado, de seus cativos (1871); etc. Diante dessa conjuntura, os proprietários que carecessem da mão-de-obra coercitiva poderiam

adquirir novos escravos via o mercado interno ou utilizar da mão-de-obra dos ingênuos até que estes completassem 21 anos.

As crianças sempre representaram uma porcentagem alta da população escrava amostrada. Sua diminuição percentual, principalmente relativa às do sexo feminino, só se fez real nos anos 1880, já que no decênio anterior, somando infantes escravos e ingênuos, tivemos a continuação do crescimento progressivo em participação nos plantéis.

Separando por categoria de plantéis, nos com menos de vinte escravos, a queda das proporções de crianças foi encontrada já a partir de 1870 e, ainda mais, nos anos 1880-1888. Já para os maiores plantéis, observamos o aumento da participação das crianças. Essa diferença pode derivar-se da maior dificuldade para os senhores com menos de vinte escravos em custear a manutenção das crianças que, juntamente com o incentivo à venda, impossibilitava a conservação de um elevado número de crianças. Já os grandes plantéis deviam possuir melhores condições de sustentar o custo e o investimento a longo prazo da reprodução natural.

Considerando a amostra total, conseguimos reconstituir os laços familiares de mais de um terço dos escravos de nossa análise. Para as duas últimas décadas, nas quais a possibilidade de cruzamento de fontes se torna muito maior, resgatamos o parentesco para mais da metade dos cativos da amostra, sendo que, para os anos 1880, o parentesco foi reconstituído para 69,4% dos escravos. As crianças, em geral, tinham maior porcentagem de inserção em famílias do que homens e mulheres adultos. Entre estes, as mulheres tiveram maior descrição de laços familiares que os homens. Para elas, era mais fácil reconhecer algum parentesco, principalmente, por a condição de mãe haver sido mais descrita que a condição de pai.

As possibilidades de estabelecimento das relações de parentesco cresciam à medida que aumentavam as faixas de tamanho de plantéis. Entre aqueles com até cinco escravos, o menor número de indivíduos e o alto índice de masculinidade dificultavam a possibilidade de uniões matrimoniais, gerando a menor incidência de laços de parentesco.

As famílias matrifocais eram maioria e, em geral, prevaleceram sobre a nuclear (exceção feita somente para os plantéis com mais de dez escravos na década de 1870). Certamente, em alguma proporção, a presença elevada das famílias matrifocais encobria casos de uniões consensuais, principalmente aqueles que envolviam escravos de plantéis

diferentes. Observando o número de filhos por mãe, percebemos que a superioridade do número de famílias matrifocais em relação às nucleares acontecia entre as mães com até três filhos. Para os casos em que as mães possuíam quatro ou mais filhos, o predomínio era das famílias nucleares. Essa informação possibilita-nos sugerir que as famílias matrifocais eram, predominantemente, pequenas, com no máximo três filhos; e, sobre as formadas por mães solteiras com três ou mais filhos, pesa uma grande possibilidade de haverem sido, na verdade, relações consensuais. Muitas vezes, essas relações eram legitimadas após o nascimento dos primeiros filhos. Tal ocorrência explicaria o fato de a idade média das mães solteiras haver sido sempre inferior à das mães casadas. A possibilidade de legitimação das uniões envolvendo mulheres escravas crescia na medida em que ficavam mais velhas. Entre as mães com idades variando entre 15 e 19 anos e as com idade superior aos 49 anos, o número de mulheres alguma vez casadas cresceu de quatro para 34, o que correspondeu, em termos relativos, a um incremento de oito pontos percentuais. Para as mães solteiras, o caminho foi inverso, ou seja, seus percentuais decresceram de acordo com o avanço das idades – de 19,1% entre 20 e 29 anos para 7,0% entre as mulheres com mais de 49 anos.

Os vínculos familiares entre os escravos permitem-nos pensar a participação da reprodução natural na manutenção/ampliação dos plantéis. Certamente, fora a reprodução que contribuíra para que Mariana tivesse uma representação tão expressiva de crianças: 30,5% do total da população. Muitos inventários permitem que comprovemos a responsabilidade da reprodução por a continuação e o incremento das escravarias. A razão criança/mulher também nos ajuda na confirmação da importância desempenhada pela reprodução natural entre os escravos de Mariana na segunda metade do século XIX. O índice, para Mariana do período 1850-1888 (925), foi inferior somente àquela averiguada para o Sul dos Estados Unidos (1318), região responsável pelos maiores indicadores de reprodução natural da história da escravidão moderna. Comparando com outras localidades brasileiras, a razão criança/mulher para Mariana foi superior, inclusive, à do Paraná, região considerada mais próxima dos padrões norte-americanos de reprodução. Entre as décadas de 1850 e 1860, vimos crescer a razão criança/mulher em nossa amostragem: de 881 para 1180. Nos decênios seguintes, a razão diminuiu, principalmente para os anos 1880 (para os 1870, foi de 885 e, para os 1880, 658). Possivelmente, essa queda foi um reflexo da legislação de 1871, que parece ter contribuído para a desvalorização da mão-de-obra infantil. Calculando a razão

criança/mulher somente para os anos 1870 e 1880 nas diferentes categorias de plantéis, observamos que a diminuição da razão aconteceu somente para aqueles com menos de vinte escravos. Entre os proprietários com posse superior a vinte escravos ocorreu, até mesmo, um aumento da razão entre os anos 1870 e 1880.

A alta porcentagem de filiação para as crianças residentes nos maiores plantéis não nos permite especular outra possibilidade que não a reprodução para justificar a alta razão criança/mulher para os plantéis com mais de vinte escravos.

A duração das uniões familiares entre mães e filhos foi estimada pela presença dos filhos mais velhos que apareciam nos inventários *post-mortem*. Conforme aumentava a idade da mãe, crescia a permanência das uniões. Esse método possibilitou-nos a constatação, para as mães mais velhas, de uniões que transpunham três décadas de permanência. Nos casos em que as famílias tiveram alguns de seus entes apartados, a morte parecia ser o principal mecanismo de separação quando esse ente era o pai ou a mãe. Entre os filhos, as vendas e doações parecem ser o principal motivo, mas as separações dos filhos aconteciam mormente quando estes já eram adultos. Parece-nos que a maioria dos escravos de Mariana podia ter esperanças de constituir famílias estáveis durante período considerável. Nem a morte do proprietário e a subseqüente divisão dos bens entre os herdeiros significavam necessariamente a separação. Verificamos que mais da metade das famílias escravas passava incólume pelo momento da partilha e, nas famílias que não permaneceram totalmente unidas após o momento da partilha, na maioria das vezes, apenas um membro fora separado. Mesmo para os casos de separação de proprietários não podemos afirmar que houvesse separação de fato, pelo menos para os familiares que continuassem coabitando em Mariana, região formada, em geral, por pequenos plantéis em pequenas propriedades, normalmente bastante próximas.

De fato, todos os indícios – queda do índice de masculinidade, predomínio dos crioulos, alta porcentagem de crianças e laços familiares – apontam para a confirmação da importância da reprodução natural na manutenção da escravidão em Mariana. Talvez fosse esse o caminho mais vantajoso para uma região desvinculada do mercado externo. Pois, no período analisado, o preço do escravo estava bastante elevado graças ao fechamento do tráfico externo e à demanda continuamente alta (a necessidade de ampliação e reposição da mão-de-obra era crescente nas fazendas cafeeiras do Sudeste). Assim, para o proprietário marianense, que, na segunda metade do Oitocentos,

dependesse da mão-de-obra escrava, a reprodução natural poderia ser considerada economicamente viável. Para o cativo, essa política possibilitava a construção de laços familiares estáveis no interior dos plantéis, permitindo-lhe construir estruturas sociais paralelas àquelas constituídas pelo poder senhorial. Nesse período, também, a oportunidade de constituir família torna-se mais segura para o cativo dados os direitos proferidos em leis como a de 1869, que proibia a separação de suas famílias, e a de 1871 que, além de garantir uma liberdade a seus filhos, instituía o Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos (na ordem de classificação para alcançar o benefício, em primeiro lugar, encontravam-se as famílias).

Anexo 1

Descrição das famílias encontradas no plantel do Doutor João Linhares, morador da freguesia de Paulo Moreira.

Fontes e Referências Bibliográficas:

Fontes primárias manuscritas:

I ofício do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Matrículas de escravos para os anos de 1872 e 1887 (inclusas nos inventários).
Inventários *post-mortem* de 1850 a 1888 referentes a dez freguesias de Mariana.

Relação dos Inventários *post-mortem*

Ano	Códice	Auto	Inventariados / Inventariantes	Local
1850	143	2986	Firmiano Mendes da Costa / Higídio Mendes dos Reis	São Caetano
1850	23	599	Francisca Angélica da Encarnação / Joaquim José F.	Barra Longa
1850	8	327	Antônio Gonçalves Barbosa / Guarda mor Joaquim de Araújo Quintão (curador)	Paulo Moreira
1850	57	1245	Clara Maria da Assunção / ? (1)	Saúde
1850	72	1520	Doutor Antônio Gomes Cândido e sua mulher Maria Angélica./ Antônia Francisca de Andrade	Mariana
1850	44	1023	Rev. Cônego Chantre Antônio José Ribeiro Bhering / João José Ribeiro Bhering (irmão) (1)	Mariana
1850	94	1972	Cristina de Castro / Luís Antônio França	Barra Longa
1850	46	1072	Mariana Francisca Gonçalves / José Joaquim Teixeira Penna	Saúde
1850	53	1187	Constança Carolina de Oliveira / Capitão Antônio Prudêncio Gomes	Paulo Moreira
1850	122	2549	Teresa Emerenciana Pereira / Maria Guilhermina Xavier Taborda (filho)	Bento Rodrigues, Camargos
1850	121	2523	Escolástica Alves de Magalhães / ? (1)	Sumidouro
1850	105	2173	Delfina Ma Madalena / Cândido Pereira de Sales (1)	Mariana
1850	38	877	Ana Leocádia de São José / Cap. Caetano Camilo Gomes (viúvo)	Barra Longa
1850	60	1319	Manuel da Cunha Sobreira / Francisca Maria do Sacramento (viúva)	Saúde
1850	71	1516	Alferes Antônio Martins da Silva / Ana Francisca do Espírito Santo (viúva)	Furquim
1850	86	1823	Antônio Simões de Souza / Maria da Conceição	Barra Longa
1850	52	1171	Padre Caetano Coelho da Silva / Modesto Fernandes Pinto	Sumidouro
1850	82	1742	Joaquim Gomes da Silva / Luís Gomes e Antônio Gomes	Barra Longa
1850	131	2739	Joaquim Teixeira da Silva/ Maria do Carmo da Silva (viúva)	Barra Longa
1850	36	827	Antônia Joaquina Fernandes Torres / Senador José Joaquim Fernandes Torres (viúvo)	Saúde
1851	88	1858	Francisca Lopes da Conceição / Manuel Machado Lima	Distrito de São Domingos Brumado
1851	126	3652	Rita Maria Gonçalves / Antônio Manuel de Souza	Saúde
1851	113	2349	Maria Felizarda de Jesus / Joaquim da Silva Passos (viúvo)	Paulo Moreira
1851	86	1817	Alferes Antônio da Silva Lessa /Ana Pinto de Souza (viúva)	Passagem
1851	51	1160	Camilo Francisco Martins / Tereza Francisca de São José	Furquim
1851	94	1969	Cap. Cândido de Abreu e Silva / Ana C. da Conceição	Paulo Moreira
1851	44	1014	Domingos Pereira da Silva / Ana Matildes Pereira (1)	Brumado
1851	77	1641	Maria Inácia da Trindade / José Joaquim Teixeira (genro)	Saúde
1852	53	1184	Cândida Maria da Cunha / Antônio de Souza Ferreira (1)	São Caetano

1852	142	2953	Antônio Francisco de Arypreste / Joaquina Maria Buena (viúva)	Paulo Moreira
1852	131	2742	Reverendo Cônego Tesoureiro Mor João Paulo Barbosa / Maria Eleutéria de Carvalho	Mariana
1852	111	2279	Mateus Borges / Ten. Cor. Francisco de Paula Ramos Horta (1)	São Sebastião Mariana
1852	25	660	Antônia Ernestina Pereira do Nascimento / José Teodoro Pereira (genro)	Paulo Moreira
1852	143	2990	Francisco Xavier da Silva Rego / Maria Luciana (viúva)	Cachoeira do Brumado
1852	113	2340	Maria Antônia de Oliveira/ Custódio José de Oliveira	Barra Longa
1852	129	2694	Francisca Marcelina Alves de Oliveira / José Pedro Cardoso (genro)	Cachoeira do Brumado
1852	108	2229	Lucinda Florência dos Reis / Francisco Machado Veira (viúvo)	Cachoeira do Brumado
1852	143	2981	Francisca Joaquina Pimenta / Antônio Ângelo da Silva (filho)	Barra Longa
1852	122	2555	Teresa Perpétua de Jesus / José Pedro Gonçalves	Cachoeira do Brumado
1852	41	934	Reverendo Cônego Antônio José de Melo e Lima	Barra Longa
1852	118	2462	Gabriela Eugênia do Carmo e Melo / Pio Guilherme Correia de Melo (viúvo)	Mariana
1852	153	3219	Capitão Francisco Pires de Abreu Mello / Maria Luiza Freire de Andrade (viúva)	Brumado
1852	109	2241	Leandra Rosa da Silva / Reverendo Cônego Luís Antônio dos Santos (1)	Mariana
1852	145	3048	Palquéria Maria de São José / José de Souza Braga	Infeccionado
1852	113	2343	Maria Joana Vilas Boas / Manuel Caetano Rorigues (viúvo)	Barra Longa
1852	122	2536	Maria Josefa de Souza / Manuel Basílio do Espírito Santo (filho)	Mariana
1853	123	2568	Manuel Caetano de Faria/ a viúva	Passagem
1853	130	2723	Ten. José Antônio de Freitas / Maria Isabel de Sá Bittencout (viúva)	Sumidouro
1853	123	2566	Maria Catarina Ferreira / José Pereira de Magalhães (viúva)	Brumado
1853	152	3202	Faustino Alves de Almeida / Ma Custódia (viúva) (1)	Mariana
1853	40	930	Antônio Pires dos Anjos e sua mulher Joana Maria / Mariano José dos Santos (filho) (1)	Furquim
1853	38	873	Re Vigário Anacleto Confeiro Vaz de Carvalho / Bonifácio Emerenciana Gomes Pereira	Camargos
1853	147	3087	Ana Buena de Jesus / Francisco Marques Bueno	Paulo Moreira
1853	75	1582	Francisca Ernestina da Silveira Motta/ Cônego Honório Fulgênio de Magalhães (1)	Mariana
1853	140	2922	Francisca Coelha Leal/ Faustino Dias dos Anjos (genro)	Cachoeira do Brumado
1853	82	1755	Joaquim Jerônimo dos Santos / Joaquina Maria de Jesus (viúva)	Sumidouro
1853	89	1862	Francisco Caetano dos Santos / Ana Teresa de faria (viúva)	Passagem, Mariana
1853	85	1798	Antônia Clara de Souza / Vicente Gonçalves de Souza	Saúde
1853	108	2236	Leonor Emiliana de São José / José Bernardino dos Reis (Genro) (1)	Mariana
1853	42	963	Ana Machada da Silva / Bento José Machado (irmão) (1)	Passagem
1853	51	1156	Carlos Antônio de Souza / Ten. Bernardo Pinto Monteiro (Curador) (1)	Mariana
1853	146	3065	Antônio Manuel de Souza/ Vicente Gonçalves de Souza (tutor de órfãos)	Saúde
1853	130	2727	Joaquim Lopes Vilas Boas / Lourenço José Ribeiro (1)	Mariana

1854	149	3120	Josepha Ferreira / Vicente Fernandes Vieira (cunhado) (1)	Passagem
1854	86	1818	Antônio Lizardo Carneiro / Maria Carolina de Melo (viúva)	São Caetano
1854	127	2669	Sebastiana Angélica Urcelina de Carvalho / Francisco José Ribeiro (irmão)	Mariana
1854	139	2883	Alf. Francisco Luís Soares de Carvalho e sua segunda mulher Maria das Neves	Saúde
1854	153	3218	Francisco Ferreira Gomes / Maria Cândida de Abreu Lima	Saúde
1854	141	2928	Francisco Joaquim Pimenta / Carolina Ferreira dos Santos (viúvo) (1)	Passagem, Mariana
1854	117	2416	Maria Izidora da Silva e sua irmã Mariana da Assunção Pereira / João da Silva Araújo (irmão)	Passagem, Mariana
1854	28	711	Domingos Inácio Capistrano de Oliveira /Ana Joaquina de Oliveira	Paulo Moreira
1854	96	2009	Claudina Maria da Ressureição/ Lourença Justiniana	Mariana
1854	144	3030	Ignácio Alves da Rocha / Padre Apolinário Moreira Barbosa	Inficcionado
1854	50	1137	Domingas Benedita Romeira / Antônio Pedro de Carvalho (1)	Barra Longa
1854	52	1168	Cândida Sebastiana de Pádua / Antônio de Pádua Pinto (viúvo)	São Sebastião, Mariana
1854	64	1394	Padre Antônio Inocêncio dos Santos Paz / Tenente Bernardo Pinto Monteiro (1)	Mariana
1854	87	1833	Antônio Jorge Machado / Jacinto Vicente de Paula Bernardino Curador (1)	Camargos, arraial de Bento Rodrigues
1854	53	1185	Claudina Matildes de São José / Joaquim Gomes de Oliveira (viúvo) (1)	Paulo Moreira
1854	101	2109	Antônio Ferreira Maia / Ana Porcina de Crasto (viúva)	Barra Longa
1854	35	824	Antônio Rodrigues da Silva / Teodolindo Antônio Ferreira (Curador) (1)	Infeccionado
1855	72	1522	Ana Narciza do Esp. Sto. / Manuel Dias da Costa (sobrinho)	Paulo Moreira
1855	111	2293	Manuel Africano (liberto) / Francisco de Paula Dias Bicalho (Curador) (1)	Mariana
1855	44	1027	Antônio Manuel Alves / Antônio Felicíssimo Gomes	Mariana
1855	95	1990	Clara Felícia de Jesus / Ten. Serafina da Costa Santos	Mariana
1855	147	3090	Antônio de Paulo Pinto / Ana Gomes da Cunha (viúva) (1)	Cachoeira do Brumado
1855	121	2524	Eliza Roux (francesa) / Reverendo Cônego Doutor Pedro M. de Lacerda (1)	Mariana
1855	140	2909	Graciana Emília da Cerqueira/ Inácia Rosa da Encarnação (irnã)	Brumado
1856	105	2177	Domingos Alves Chaves / Maria Alves Chaves (viúvo) (1)	Furquim
1856	155	3254	Helena Maria da Conceição / Manuel Ferreira Barbosa	Saúde
1856	109	2247	Antônio Machado da Costa / Caetana Clara de Santa Rita	Saúde
1856	113	2338	Maria Vitória do Esp. Sto./ Cap. Antônio Justiniano Gonçalves Fortes	Paulo Moreira
1856	153	3212	Francisco Gomes de Assis / Elena Maria da Conceição (viúva)	Saúde
1856	141	2948	Ana Maria Alves / Boaventura Gonçalves Carneiro	Barra Longa
1856	143	3001	Francisco Lopes de Freitas Guimarães / João Bernardes de Meireles (genro)	Inficcionado
1856	28	714	Delfina Cândida de Jesus / Antônio Dias Mendes (viúvo)	Saúde

1856	64	1387	Antônio Ferreira Coelho Pimentel / José Batista Ferreira Coelho	São Caetano
1856	105	2178	Delfina Pereira dos Passos / Padre Manuel Casimiro Pereira dos Passos (irmão)	Mariana
1856	99	2065	José Pereira de Mecedo / Agostinho de Macedo e Silva (filho)	Mariana
1856	37	861	Ana Clemência de Oliveira Maciel / Ten. Coronel Dias Paes Leme	Cachoeira do Brumado
1856	23	598	Francisco Mariano da Costa Lana / Maria de Jesus Leopoldina Castro	Barra Longa
1856	25	656	Antônio José Lopes / Francisco Martins Gomes	Brumado
1856	120	2495	Emerenciana Gonçalves deAraújo / Sebastião de Souza Penna (viúvo)	Paulo Moreira
1856	73	1539	Cipriana Maria de Matos / José Firmino do Nascimento (viúvo)	Saúde
1856	76	1630	Caetana Simpliciana Angélica da Silva / Gonzaga Gomes Pereira	Mariana
1856	47	1076	Maria Angélica de Souza / Luís Moreira de Faria (genro) (1)	Barra Longa
1856	95	1993	Caetano Jacinto Vilas Boas / Ana Maria do Espírito Santo (viúva)	Mariana
1857	86	1809	Ana Claudina da Conceição / Raphael Augusto de Azevedo	Paulo Moreira
1857	131	2746	José Fernandes da Costa / Antônia Francelina de Freitas	Paracatu, São Caetano
1857	116	2399	Major Manuel Francisco Damasceno / Júlia Cândida da Encarnação (viúva)	Mariana
1857	85	1805	Antônio Pereira Bastos / Maria do Carmo (viúva)	Saúde
1857	47	1079	Antônio Fernandes Barrozo / Antônio Domingues Chaves	Mariana
1857	133	2781	Ângelo Fernandes Vieira de Carvalho / Teodolindo Antônio Ferreira (Curador) (1)	Infeccionado
1857	45	1037	Ana de Souza Barrados / Doigo Antônio de Vasconcelos (sobrinho) (1)	Mariana
1857	59	1303	Maria Miquelina Dias Bicalho / Tem. Francisco de Paula Dias Bicalho (viúvo) (1)	Mariana
1857	147	3093	Ana Francisca Boaventura / Manuel Lopes (viúvo) Desaparecido	Barra Longa
1857	72	1519	Antônio Pais de Oliveira / Francisco de Paula Dias Bicalho (curador) (1)	São Sebastião, Mariana
1857	139	2885	Ten. Francisco José Teixeira Penna / Maria Fernandes Penna (viúva)	Saúde
1857	46	1069	Manuel Lourenço Pereira / Ana Zeferina da Encarnação	Barra Longa
1857	146	3071	Albano José Rodrigues /Ana Cândida de Oliveira Moraes (viúva)	Mariana
1857	40	918	Reverendo Cônego Tesoureiro Mor Antônio José da Costa Pereira / Antônio José da Costa Pereira	Mariana
1857	128	2675	Senhorinha Constância da Rocha / Senador Barão do Pontal	São Caetano
1857	60	1307	Manuel Ferreira Gomes Jr./Maria Francisca (viúva)	Barra Longa
1857	60	1310	Maurício Gomes dos Santos / Antônio Maurício Gomes (filho) (1)	Sumidouro
1857	118	2447	Guilherme Starling / Maria Manuela Starling	Infeccionado
1858	94	1971	Caetano Miguel Coelho / Joaquim Coelho de Souza (filho)	Cachoeira do Brumado
1858	104	2167	Alferes David da Silva Pereira Coelho / Maria Leopoldina do Carmo (viúva)	Mariana

1858	148	3115	Júlio Martins Coelho e D. Ana Maria da Conceição / Joaquim Teodoro Martins e outros	Infeccionado
1858	75	1583	Florinda Cândida do Esp. Sto / Antônio Justino Gonçalves	Paulo Moreira
1858	139	2886	Francisca Rita do Esp. Sto. / Antônio Rufino Pereira (viúvo) (1)	Barra Longa
1858	132	2766	Maria José Fernandes / Curador Geral dos órfãos	Passagem
1858	153	3207	Floriana Cândida do Esp. Sto. / Antônio Justino Gonçalves	Paulo Moreira
1858	113	2326	Maria Eufrásia de Almeida / Teresa Alves de Almeida (1)	São Caetano
1858	47	1075	Mariana Ferreira de Aguiar / Manuel Caetano Tavares (viúvo)	Mariana
1858	60	1321	Manuel Rodrigues Barbosa / Ana Francisca do Nascimento (1)	São Caetano
1858	142	2959	Antônio José Bastos e sua mulher Maria Inácia de Santa Teresa / Pio José de Souza (1)	Camargos
1858	60	1309	Maria José Leopoldina de Carvalho / Antônio José de Carvalho	Barra Longa
1858	8	328	Antônio Leonel de Carvalho e Ana Silvéria de Godoy / Manuel Lourenço de Carvalho	Barra Longa
1858	143	3005	Felícia da Silva/ Manuel Paulino Cardoso (genro)	Paulo Moreira
1858	150	3141	João Francisco Quaresma / Luciana Dias da Costa (viúva)	Paulo Moreira
1858	60	1315	Maria Felizarda de Oliveira / José da Silva Perdigão	Mariana
1858	139	2905	Luiza Ma de Jesus/ Reginalda Ma de Jesus (irmã) (1)	Camargos
1858	64	1392	Ana Joaquina/ Manuel Antônio de Souza (viúvo) (1)	Camargos
1858	47	1074	Maria Madalena Clementina de Jesus / Daniel Justiniano Gomes (viúvo)	São Sebastião, Mariana
1858	122	2552	Teodoro de Almeida / Teresa Alves de Almeida	São Caetano
1858	116	2408	Manuel Ramos da Silva / Ana Maria Martins	Passagem, Mariana
1858	151	3165	Francisca Ferreira dos Santos / Manuel Alves Coelho (irmão)	Paulo Moreira
1858	69	1472	Bento Antônio Gonçalves da Silva / Jacinta Maria José (viúva)	Mariana
1858	47	1073	Miquelino de Abreu e Silva / Ana Faustina dos Santos (viúva)	Barra Longa
1858	149	3133	José Gomes da Silva / Vitória Lopes Gomes da Silva (viúva)	Furquim
1859	11	377	Francisca Maria da Conceição / Manuel Coelho Linhares	Paulo Moreira
1859	118	2456	Genovesa Maria da Conceição / João Rodrigues Machado	Mariana
1859	142	2974	Alf. Antônio das Neves Cruz / Margarida Gomes do Espírito Santo (viúva)	Mariana
1859	108	2230	Leonarda Maria do Esp. Sto./ Manuel Ferreira Clemente de Jesus (filho)	Mariana
1859	28	716	Domingos de Araújo Lima / Maria Clara das Mercês	Barra Longa
1859	151	3166	Francisco Cezário Gomes / Ten. José Caetano Gomes (irmão)	Barra Longa
1859	53	1190	Antônia Cândida de Jesus / Jerônimo de Sá Viana (viúvo)	Paulo Moreira
1859	40	928	Ana Joaquina de Jesus / Luciano Ribeiro dos Santos (viúvo)	Furquim
1859	60	1323	Maria Angélica Maciel / João Francisco Pinheiro (curador) (viúvo)	Mariana

1859	116	2396	Manuel Fekiciano Pereira / Rita Maria do Esp. Sto. (viúva)	Barra Longa
1859	15	467	Bernarda Constância de Oliveira / Joaquim José de Souza Costa	Inficcionado
1859	156	3266	João Antônio Ribeiro / Maria Clara da Piedade (viúva) (1)	Mariana
1859	130	2713	Floriano Izidoro Ferreira Jr./ Maria Joaquina	Mariana
1859	38	868	Antônio Pinheiro Correia de Lacerda / Joaquim Pinheiro Correia de Lacerda	Barra Longa
1859	78	1657	Manuel Joaquim do Freixo Lobo / Mariana Cândida de Oliveira (viúva)	Saúde
1859	146	3067	Antônio José Martins / Antônia P. Pinheiro (viúva)	Furquim
1859	91	1901	Ana Mendes / José Ferreira da Costa (viúvo)	Paulo Moreira
1859	153	3220	Francisco Pio de Souza Leite / Lourença Gonçalves do Sacramento (1)	São Caetano
1859	146	3052	Senhorinha de Abreu Lima / João Alves de Magalhães	Mariana
1859	120	2508	Euzébio Gomes dos Santos / Joana Francisca Bueno (viúva)	Saúde
1859	152	3198	Florinda Ferreira dos Santos / Manuel Antônio Veloso (viúvo)	Paulo Moreira
1859	60	1316	Ten. Cor. Manuel José dos Santos / Antônio José dos Santos	Barra Longa
1859	12	415	Ana Cândida da Silva / Inácio José de Souza (irmã)	Mariana
1859	153	3204	Padre Francisco José Joaquim Serra / Francisco José da Fraga	Paulo Moreira
1859	45	1036	Antônia Maria da Silva / José Maria Nolasco Pimenta	Mariana
1859	45	1039	Ana Teodora da Silva / filhos e genros	Fonseca
1859	152	3199	Francisco Caetano da Silva / Ana Claudina da Encarnação (viúva)	Furquim
1860	69	1483	Bento Durão de Araújo / Manuel Pedro Cotta	Paulo Moreira
1860	87	1834	Apolinário Moreira Barbosa (padre) / José Teixeira de Cerqueira (testamenteiro)	Infeccionado
1860	62	1358	Antônio Pereira de Azevedo / Ferminiana Flores de Santa Rita (viúva)	São Caetano
1860	116	2409	Maria Francisca de Araújo / Antônio Vicente Ferreira	Saúde
1860	44	1029	Antônia Maria da Conceição / Constâncio José Anastácio	Sumidouro
1860	153	3211	Felícia Fernandes / Ildefônio Rafael Arcanjo de Fonseca (1)	Mariana
1860	50	1138	Domiciana Soares da Felicidade / Cândido José de Souza (sobrinho) (1)	Furquim
1860	54	1206	Antônio Vicente Ferreira / José Cipriano Ferreira (filho) e Maria Antônia de Jesus	Saúde
1860	126	2639	Vicência de França / Vicente Fernandes Vieira e Efigênia Pimenta da Mata (viúvo e mãe da falecida)	Passagem
1860	46	1066	Maria Tereza de Jesus/ Francisco José Gonçalves	Barra Longa
1860	112	2296	Mariana Henriqueta de Jesus / Francisco de Assis Souza e Silva	Cachoeira do Brumado
1860	13	422	Antônio Brás Mondim / Rosa de Lima (1)	Sumidouro
1860	59	1299	Marcelina R. da Paixão / Antônio da Silva Tavares (1)	Paulo Moreira
1860	123	2570	Maria Teodora Cândida de São José / Alferes Luís José Gomes de Carvalho (cunhado) (1)	Distrito de São Sebastião, freg. de São Caetano
1860	128	2677	Sebastiana Eufrasia de São José / Filhos	Barra Longa
1860	56	1235	Ana Thomásia / Francisco Martins Valadão (filho)	Barra Longa
1860	34	795	Domingos Martins Vieira / Torquato José de Oliveira Moraes (1)	Furquim
1860	115	2379	Cap. Pio José de Souza / Maria Antônia Paulina de Bastos (viúva)	Camargos

1860	144	3019	Felisberto Lemes da Silva / Inocência Maria da Costa (viúva) (1)	Furquim
1861	60	1312	Maria Justina de Araújo / Maximiano Alves de Araújo	Mariana
1861	47	1081	Comendador Anacleto Antônio do Carmo / Cap. Fernando Cândido de Oliveira Carmo	Mariana
1861	10	3521	Francisco Cesário Gomes / Cap. Ant. Felicíssimo Gomes e outros	Barra Longa
1861	144	3007	Padre Francisco de Castro Guimarães / Antônio da Cunha Carneiro (1)	Infeccionado
1861	124	2607	Rosa Maria de Jesus / Ângelo Custódio da Costa (1)	Sumidouro
1861	129	2693	Cap. Francisco Pereira de Magalhães / Mariana Maria de Jesus	Sumidouro
1861	138	2880	Vigário Geral Francisco Rodrigues de Paula / Tenente. Vicente de Paula Bernardo (curador)	Mariana
1861	92	1923	João Domingues Rodrigues / Antônio Domingues Rodrigues (1)	Mariana
1861	131	2747	Joaquina Clara de Santa Rita / Alferes Francisco Martins Gomes (irmão)	Furquim
1861	130	2724	José Alves de Souza / Maria Antônia de Jesus (viúva)	Infeccionado
1861	102	2132	Honorata Vilanna Teófila / Cândido Mendes Bastos	Saúde
1861	60	1322	Padre Miguel Martins de Souza / José Carvalho de Sampaio	Furquim
1862	60	1318	Antônio Pires de Abreu / Geraldina Maria de Jesus	Furquim
1862	64	1390	Antônio Bazilim (francês) / Major Fernando Cândido de Oliveira Carmo	Passagem
1862	139	2887	Francisco de Paula Azevedo e José Pio do E. S. / Ana Luiza dos Passos	Paulo Moreira
1862	39	893	Cap. Antônio Gomes Cândido / Valeriana Constância da Rocha (viúva)	Paulo Moreira
1862	119	2486	Eufrazia do Carmo / Manuel Alves Dias da Fonseca	Paulo Moreira
1862	52	1167	Camilo Valentim da Costa / Manuel Brás da Costa (irmão)	Furquim
1862	144	3032	Ildefônio Rafael Arcanjo de Fonseca / Modesto Antônio Victor (1)	Mariana
1862	54	1200	Antônio Alves Ferreira/ Ana Jacinta de Jesus (viúva	Mariana
1862	32	767	Domingos José Pereira Fraga/ Maria Rita de Oliveira	Paulo Moreira
1862	87	1830	Ana Severina de Jesus / Luís Dias Passos (viúvo)	Paulo Moreira
1862	45	1041	Antônio Teixeira Manuel / Manuel Joaquim Barbosa	Furquim
1862	113	2347	Manuel José da Silva Mafra / Ana Teodora	Sumidouro
1862	144	3009	Francisco Gonçalves Ribeiro / Ana Paula de Oliveira	Furquim
1862	113	2325	Cap. Manuel Carvalho Sampaio / José da Costa Carvalho Sampaio (sobrinho)	Furquim
1862	96	1997	Clara Romana da Silva / Antônio Gregório dos Santos (viúvo)	Mariana
1862	124	2585	Manuel Pires Viana / Lúcia Maria do Nascimento	Mariana
1862	58	1261	Jerônimo de Sá Viana / Caetano de Sá Viana (1)	Paulo Moreira
1863	79	1679	João Custódio de Araújo / Lúcia Graciana de Jesus	Paulo Moreira
1863	10	374	Francisco Manuel de Araújo / Joaquim Manuel de Araújo	Paulo Moreira
1863	8	320	Comendador Anacleto Antônio do Carmo / Cap. Fernando Cândido de Oliveira Carmo	Mariana
1863	47	1078	Antônio Fernandes Barroso / Tenente Cor. José Custódio Pereira Brandão (curador)	Mariana
1863	116	2400	Ten Manuel Leandro Correa/ Manuel Faustino Correa	São Caetano
1863	121	2516	Edwiges M. da Conceição / Januário Coutinho de Lima (viúvo)	Infeccionado
1863	130	2722	José Vicente da Costa/ Manuel José Fernandes (genro)	Furquim
1863	61	1329	Manuel Gomes da Cunha e Raimundo Gomes da Cunha / Joaquim Gomes de Oliveira (cunhado)	Paulo Moreira

1863	50	1146	Domingos de Souza Ferreira / João de Souza e Silva (sobrinho) (1)	Paulo Moreira
1863	20	550	Manuel Machado Ferreira / Maria Clara (1)	Mariana
1863	10	366	Fideles Gomes Ferreira / Maria Antônia Soares	Paulo Moreira
1863	64	1384	Antônio Cirino Gomes /Maria Angélica Anastácia	Maynart, Sumidouro
1863	90	1892	Cap. Francisco Inocêncio Gomes e sua mulher Narcisa Graciana de Oliveira	Saúde
1863	156	3270	José Caetano Gomes/ Antônia Ernestina Gomes	Barra Longa
1863	79	1677	D. Joana Claudina de Jesus / Alf. Tadeu Ferreira de Jesus	São Domingos, Brumado
1863	157	3279	Júlio José Maria Justino/ Rita dos Reis Justina	Mariana
1863	19	531	Maria Rosa Leal / Antônio José Rodrigues	São Domingos, Brumado
1863	128	2674	Silvano Guido de Lima / Mariana Maria de Jesus	Sumidouro
1863	82	1747	José Simplício Bernardes Louses / Major Manuel Inácio de Carvalho (1)	São Domingos, Brumado
1863	62	1350	Ana Rosa Maria / João Pereira de Magalhães	Furquim
1863	157	3294	João Pereira Mamão / Francisco Gonçalves e José Sebastião Pereira	Mariana
1863	124	2597	Rita Francisca da Rocha / Ant. Eduardo Ferreira (1)	Sumidouro
1863	36	832	Antônio Rosa / Daniel Justiniano Gomes (curador) (1)	São Sebastião, freg de São Caetano
1863	10	362	Francisca Umbelinda Rosa/ Joaquim José Xavier (viúvo)	Furquim
1863	126	2633	Valariana Cândida Pereira de Vasconcelos / Diogo Antônio Pereira de Vasconcelos (1)	Mariana
1863	103	2143	Domingos Teixeira / Maria Rosa da Silva (viúva)	Mariana
1864	10	373	Tenente Felício Pereira de Almeida / Ana Zacarias Ferreira (1)	Mariana
1864	111	2287	Maria Inácia / Antônio Augusto de Oliveira (1)	Mariana
1864	39	908	Antônio Pinto de Vasconcelos e sua mulher Francelina Rosa de Jesus / Luís Albino e outros (1)	Paulo Moreira
1864	124	2589	Miquelina Alves de Jesus / Tenente Cor. Pedro de Alcântara	Mariana
1864	73	1545	Cândido Ferreira de Mesquita Ana Joaquina de Gouveia (1)	Mariana
1864	91	1906	Antônio Lourenço Pires / Antônio Cassiano Jr. (curador) (1)	Passagem
1864	83	1762	Cônego Arcediago Joaquim José Rodrigues Rego / Ricardo Leão (testamenteiro)	Mariana
1864	99	2063	Tenente José Pires da Silva Pontes e sua mulher Ana Umbelinda do Nascimento / filhos do casal	Infeccionado / São Caetano
1864	11	386	Ana Jorge Pereira / Miquelino Antônio da Costa	Mariana
1864	30	729	Antônio Alves Pereira / Maria Valentina Ferreira da Silva	Barra Longa
1864	91	1902	Ana Pereira da Silva / Manuel Pedro Gonçalves	Furquim
1864	115	2388	Maria Joana da Silva / Cap. Joaquim Alves Branco e Antônio dos Santos Ferreira	Passagem
1864	111	2286	Maria Machado da Silva / Thomas Baudem (genro)	Passagem
1864	63	1377	Antônio Lopes da Silva/ Severina Flonória de São José (1)	Mariana
1864	61	1334	Manuel Honório da Silva Tavares / Balduína Generosa dos Santos (viúva)	Paulo Moreira
1864	157	3285	Joaquim José Xavier / Manuel Barbosa dos Santos (genro)	Furquim
1864	96	2005	Catarina Tenorasa Leonor Vitória / Bernardo Teixeira do Carmo	
1865	111	2291	Manuel Coelho Africano / Alferes Torquato José de Oliveira Morais (1)	Mariana

1865	10	364	Francisco José Pereira Bastos / Bárbara Inácia da Encarnação	Furquim
1865	108	2222	Luís Martins Coelho / Maria da Glória (viúva)	Passagem
1865	111	2289	Manuel Gomes Costa / João Gonçalves Dutra (1)	Infeccionado
1865	11	379	Alferes Felisberto Gonçalves Carneiro / Ana Rosa do Nascimento	São Caetano
1865	145	3049	Ten Cor. Pedro de Alcântara Costa / Delfino Francisco da Costa (irmão)	São Caetano
1865	41	938	Antônio M. de Jesus / Cap. Guilhermino de Abreu Lima	Paulo Moreira
1865	61	1336	Maria Bárbara de Jesus / Manuel Antônio da Silva	Paulo Moreira
1865	53	1196	Antônio Hermenegildo Leite / Maria Joaquina Correia	São Caetano
1865	115	2392	Manuel Coelho Linhares / Antônio Coelho Linhares	Paulo Moreira
1865	45	1038	Augusto Dias do Nascimento / José Maria Nolasco Pimenta (1)	Mariana
1865	120	2507	Edwiges Pimenta / Antônio Agostinho do Carmo	Passagem
1865	96	2003	Caetana Felisbina Rodrigues / Manuel Ferreira do Nascimento	Saúde
1865	36	830	Antônio Simão dos Santos / Senhorinha Maria de Jesus (viúva) (1)	Barra Longa
1865	124	2587	Maria Luciana da Silva / Pe. João Batista da caldeira	Infeccionado
1865	125	2615	Raimundo Dias da Silva/ Rosa Francelina da Silva	Infeccionado
1865	111	2278	Manuel Julião Teixeira / Rosinda Maria de Jesus	Sumidouro
1865	127	2660	Sebastiana Joaquina de Souza / Manuel Francisco	Barra Longa
1865	126	2638	Joaquim Pinto da Silva / Ana Felisbina de São José	Saúde
1865	56	1236	Antônio da Silva Tavares / Maria Silvéria de São José	Paulo Moreira
1865	498	11064	Manuel Francisco Barroso / Ana Margarida	Sumidouro
1866	65	1402	João José dos Santos e sua mulher Maria Francisca da Apresentação / Inácia Geraldina Augusta Alves (1)	Mariana
1866	11	388	Antônio Luís Brandão / Vigário Francisco Luís Brandão	Infeccionado
1866	113	2317	Manuel José Fernandes / Francisca Maria do E. Sto.	Furquim
1866	156	3271	Jorge Denby (inglês) / João Paulo de Faria (1)	Passagem
1866	142	2957	Ana Cândida de Jesus/ Francisco José de Fraga	Paulo Moreira
1866	58	1258	Josepha M. de Jesus / Manuel Antônio da Silva	Paulo Moreira
1866	126	2650	Rosa Lima / Antônio Augusto de Oliveira (1)	Sumidouro
1866	24	629	José Gomes de Melo / Izaias Teodoro Gomes (1)	Paulo Moreira
1866	62	1355	Antônia Pereira da Silva / Francisco Leandro de Souza (viúvo)	Saúde
1867	56	1234	Antônio Joaquim de Barcelos / Graciana M. de Jesus (também falecida)	Saúde
1867	157	3273	Tenente José Agostinho Gomes/ Joaquina Regina de São José	Furquim
1867	24	623	José Dias Limpo / Humbelinda Rosa de Nazaré (1)	Paulo Moreira
1867	90	1894	Fernando Luís Machado / Cap. Antônio Luís de Magalhães Mosqueira	Camargos
1867	63	1359	Ana Vitória do Nascimento / Leandro Francisco Arantes	Infeccionado
1867	62	1353	Cap. Antônio Tomás Pereira/ Josepha Maria de Jesus	Saúde
1867	90	1893	Francisco Dias Severino / Antônio de Paula Dias	Infeccionado
1867	62	1356	Ant. Apolinário da Silva / Maria do Carmo (viúva) (1)	Mariana
1867	144	3010	Fortunato José Anastácio / Mafalda Fernandes da Cruz (viúva)	Sumidouro
1868	81	1724	João Alves Martins da Costa / Isabel C. Freire de Andrada (viúvo)	Sumidouro
1868	148	3107	Justino e Francisco Gonçalves da Cunha (irmãos) / José Gonçalves da Cunha (irmão)	Mariana

1868	130	2725	Joaquina Maria de Jesus/ Manuel Gomes do Nascimento (1)	Saúde
1868	19	533	Manuel Francisco da Silva / Maria Altina das Dores (1)	Camargos
1868	54	1205	Tenente Cor. Antônio Jorge Moutinho de Moraes / Feliciana Maria de Moraes	Mariana
1868	61	1337	Manuel Ferreira do Nascimento / Antônio Vicente Ferreira	Saúde
1868	60	1327	Maria Carolina de São José / Antônio Gomes Carneiro	São Caetano
1869	124	2595	Rita Justa de Cássia / João Batista de Lacerda	Mariana
1869	99	2074	Júlia Rosa da Conceição / Antônio Felicíssimo Gomes	Barra Longa
1869	45	1033	Antônio de Souza Ferreira / Maria Francisca do Sacramento	São Caetano
1869	152	3187	Francisco José da Fraga e sua mulher Ana Cândida de Jesus / Vicente José da Fraga	Paulo Moreira
1869	131	2756	José Teodoro Ferreira Gualda/ Felisberta M. Ferreira	Furquim
1869	156	3265	João Batista Alves Leite / Maria Prudência (1)	São Sebastião, São Caetano
1869	121	2520	Emerenciano Lopes Manuel Cardoso Tolentino (1)	Mariana
1869	65	1398	José Bento de Melo / Guilhermina de Melo Starling	Saúde
1869	41	942	Alferes Antônio Raimundo de Souza Menes (1)	Mariana
1869	100	2088	Domingos Rola/ Joana Rosa (viúva) (1)	Saúde
1869	108	2218	Luciano Ribeiro dos Santos / Sebastião José de Oliveira (1)	Furquim
1869	157	3290	Joaquim Pinto da Silva e sua mulher Ana Felisbina de São José / Filhos do casal	Saúde
1869	108	2237	Leocádia Maria de São José / Júlia Cândida da Encarnação (prima)(1)	Mariana
1869	112	2314	Maria do Carmo e Silva / Manuel Joaquim do Carmo Cruz (viúvo)	Mariana
1869	81	1722	Alf. Joaquim Antônio Sobreira / Efigênia Maria de Jesus (viúva) (1)	Saúde
1869	56	1238	Antônio Júlio de Souza e Silva / Maria Inácia da Silva	Furquim
1869	152	3189	Fidelis José / Feliciana Maria de Moraes	Mariana
1870	123	2577	Alferes Manuel. Cardoso Pereira e Efigênia Ma de Bastos / Afonso G. Cardoso (1)	Camargos
1870	14	444	João de Souza da Anunciação / Florência M. do Espírito Santo	Furquim
1870	14	446	João Bernadino Ferreira da Câmara/ Miquelina de Souza Alves	Mariana
1870	53	1191	Antônio José de Abreu / Ana Mendes	Camargos
1870	126	2640	Vicente Gomes de Figueiredo / sua mulher e seus filhos	Paulo Moreira
1870	10	371	Major Francisco Xavier da Costa / Antônio Xavier da Costa e Silva (filho)	Barra Longa
1870	10	363	Francisco Pereira Dutra / Maria Catarina	Furquim
1870	44	1031	Antônia Francisca Esp. Sto / Antônio Gonçalves Martins	Furquim
1870	123	2569	Maria Caetana de Faria / João Paulo de Faria e Francisco de Paulo Freire (sobrinhos) (1)	Passagem
1870	115	2391	M. Francisca Conceição / Prudêncio Antônio da Silva	Sumidouro
1870	121	2521	Efigênia Pereira Malta / Padre Mestre Cassimiro Pereira dos Passos (1)	Mariana
1870	124	2584	Manuel Souza Furtado / Cezário Joaquim Santos (1)	Paulo Moreira
1870	44	1028	Ana Joaquina Martins /Lucindo Caetano dos Santos, comerciante (1)	Passagem
1870	62	1354	Antônio Ferreira Pinto / Manuel Ferreira de Figueiredo	Furquim

1870	103	2144	Domingos Lopes da Silva / Antônia Umbelinda da Conceição (filha)	São Caetano
1870	70	1498	Bento Gonçalves da Luz / Marceliana M. de Oliveira	Furquim
1870	152	3180	Alferes Francisco Martins Gomes / Simpliciana M. da Conceição (viúva)	Furquim
1870	11	378	Francisco de Paula e Silva / Manuel Lauriano Brandão	São Caetano
1870	116	2411	Mariano Rodrigues Lopes / Germana Ferreira Aguiar	Camargos
1870	127	2655	Cap. Ricardo Martins/ Marta Martins e outros	Passagem
1870	497	11052	Helena Maria da Conceição / Romualdo Pedro Cotta	Infeccionado
1871	65	1401	José Mendes de Carvalho / Antônia Guilhermina dos Santos	Mariana
1871	127	2663	Júlia Feliciana Martins / Manuel Crescêncio Souza (1)	Furquim
1871	22	588	Manuel Gomes Pereira e Escolástica M. de São José / Ana Clara de Santa Rosa e outros (filhos)	Cachoeira do Brumado
1871	52	1166	Padre Cassiano Pereira dos Passos / Raimunda Maria das Dores	Mariana
1871	51	1149	Desidoro Pereira Silva /Leonora Juliana Pinto (viúva) (1)	Mariana
1871	30	730	Maria Inácia de Souza / Antônio de Souza (viúvo)	São Caetano
1871	10	368	Francisco J. Rodrigues / Ana de Toledo (1)	Furquim
1871	130	2728	José Batista Rodrigues / Ana Prudenciana (viúva) (1)	Passagem
1872	41	940	Ana Silvéria de Alvarenga/ Domingos Pereira Fraga	Paulo Moreira
1872	64	1389	Antônio J. de Carvalho / Joaquim Olímpio Carvalho	Barra Longa
1872	143	3006	Francisca Rosa de Jesus / Claudino José Gonçalves	Barra Longa
1872	100	2075	José Dias Godinho / Antônio Matias Godinho (filho)	Barra Longa
1872	64	1388	Antônio Cardoso Pereira e sua mulher Luzia / José Justino	Furquim
1872	46	1062	Maria Joaquina Mendes / Daniel Justiniano Gomes	São Caetano
1872	19	532	M. Valentina de Magalhães / Felício Teodoro Castorino de Magalhães	Barra Longa
1872	157	3272	Joaquim Antônio de Oliveira / Bárbara M. de Jesus (viúva)	São Caetano
1872	77	1643	M. Cândida Oliveira/ Alferes Leandro Ribeiro Silva	Infeccionado
1872	157	3274	José Ezaú Moreira/ M. Clara Lopes (viúva) (1)	Infeccionado
1872	53	1195	Anastácio Souza Monteiro/ Ana Felisbina de Carvalho	Saúde
1872	111	2283	M. Rosa e João Amâncio da Silveira / Sebastião Basílio da Silveira (filho)	Barra Longa
1872	45	1032	Antônio Ribeiro Ramos / Barnabé de Faria Lobato	São Caetano
1872	125	2616	Raimundo Dias da Silva e Rosa Francelina da Silva/ Antônio de Paula Dias (sobrinho e genro)	Infeccionado
1872	10	357	Francisca Maria da Silva / Daniel Dias Franco (viúvo)	Infeccionado
1872	81	1723	Joana Sabrina / Raimundo Dias Franco (viúvo)	Infeccionado
1872	131	2755	Januário José Theodoro / Felício Theodoro Castorino de Magalhães (1)	Barra Longa
1873	9	340	Cor. João J. Alvim/ Major Fran. Ferreira Magalhães	Mariana
1873	75	1608	Francisco Ignácio de Fraga / Francisco José de Fraga Júnior (neto)	Paulo Moreira
1873	111	2282	Manuel Benedicto/ Theóplilo Pereira da Silva (1)	Furquim
1873	111	2284	Maria do Carmo da Conceição / Doutor Luiz Augusto de Souza e Silva (viúvo)	Furquim
1873	66	1415	Cap. Joaquim Maximiniano Gomes / Angélica da Silva Pontes (viúva)	São Caetano
1873	121	2530	M. José Freire / José Mendes de Magalhães (viúvo)	Saúde
1873	125	2630	Inocêncio Pereira / Joaquim da Silva Braga (curador) (1)	Camargos
1873	156	3262	Joaquim Daniel Pereira / Domiciana Cesária Maciel	Barra Longa
1873	9	345	Augusto P. (o Alemão) Briga por seus bens (1)	Mariana
1873	81	1721	José Inácio Martins da Silva / Ant. Martins da Silva	Barra Longa

1873	499	11086	Bernarda Noberta de Abreu / Antônio Caetano Bezerra Rego	Cachoeira do Brumado
1874	72	1530	Augusta Angélica Alves / Francisco Ferreira Alves	Mariana
1874	131	2741	José Pereira Bastos / Ant. da Assunção e Silva (viúva)	Furquim
1874	64	1381	Ana Pereira Bastos / Major Man. I. de C. Sampaio	Furquim
1874	53	1192	Ant. Ismênio Herculano e Manuel Moreira da Cruz / Ana Joaquina de Couto e Ma Herculana (viúvas)	Sumidouro
1874	130	2733	Joana Ferreira / Venâncio Martins de Souza (1)	Sumidouro
1874	124	2590	Manuel Alves Dias da Fonseca / Carolina Leocádia de Jesus (viúva) e filhos	Paulo Moreira
1874	96	2008	Caetano José Freire / Maria Josefa Leopoldina	Paulo Moreira
1874	112	2303	Maria do Carmo/ Theotônio Gomes de Figueiredo	Paulo Moreira
1874	11	376	Francisco Caetano dos Santos Frade / Maria Narcisa de Jesus	Paulo Moreira
1874	47	1082	Antônio J. de Carvalho / M. do Carmo Ferreira	Paulo Moreira
1874	19	540	Manuel Nicário Correia / Fortunata Maria da Encarnação (1) Possui muitos livros de Direito	Mariana
1874	16	489	Bento J. Gonçalves e Maximiliana M. de Lima / Domingos Antônio da Luz	Furquim
1874	52	1176	Caetano Primo de Abreu Lima / Rita de Cássia de Abreu Lima (viúva)	Paulo Moreira
1874	66	1411	Januário Coutinho de Lima/ Efigênia M. do Sacramento (viúva)	Infeccionado
1874	100	2081	Joaquim Matta de Oliveira/ Cap. Vicente de Paula Bernardino (Curador)	Camargos
1874	131	2743	Vigário Joaquim Basílio Monte/ J. Pereira Magalhães	Furquim
1874	140	2923	Francisca Maria da Silva / Manuel Petronilho Silva (1)	Furquim
1874	157	3291	João Elias dos Santos / Ludovina M. de Jesus, mãe (1)	Barra Longa
1874	144	3008	Francisca Júlia de São José / José Antônio Veloso	Paulo Moreira
1874	114	2372	Cap. Manuel Carvalho Sampaio / José da Costa Carvalho Sampaio e outros	Furquim
1874	45	1040	Adelaide Raimunda Ferreira da Silva / Jacinto Ferreira de Mesquita (1)	Mariana
1874	81	1720	Cap. João Batista Alves Torres / Ana Carolina Jesus	Paulo Moreira
1874	148	3104	Alf. Joaquim Marcelino de Freitas / Vital Amâncio Moreira (1)	Saúde
1875	114	2360	Mariana Valentina Barbosa / Antônio Gomes Barbosa	Furquim
1875	145	3042	Major Inácio José Paes de Azevedo / Carolina Cândida de São José	Mariana
1875	54	1204	Ana Francisca Bueno/ Joaquim Marques Bueno	Paulo Moreira
1875	65	1403	Joaquim Vieira de Castro / Mariana Vieira de Castro	Saúde
1875	103	2137	Manuel Joaquim de Carmo Chaves / M. José Araújo	Mariana
1875	108	2225	Ludovina Maria de Jesus / José Alves Pereira	Cachoeira do Brumado
1875	103	2151	Alferes Domingos Roberto de Freitas / João Damasceno Correa e outros	Cachoeira do Brumado
1875	79	1678	José Caetano Freire / Ana Joaquina Bueno Freire	Saúde
1875	156	3269	João Mendes/ Maria Antônia Pereira	Barra Longa
1875	64	1393	Antônio Coelho Martins / Cap. Antônio Fortunato Coelho (filho)	Mariana
1875	156	3268	Joaquim José de Oliveira / M. Francisca do Esp. Santo	Barra Longa
1875	138	2870	Antônio Lopes da Silva / Rita Tereza de Jesus	Paulo Moreira
1875	9	344	Antônia Maria Rosa / Daniel Gonçalves da Cunha (1)	Cachoeira do Brumado
1875	157	3277	? / José Teixeira da Cerqueira e irmãos	Infeccionado
1875	131	2749	Joaquim e José dos Santos Veloso (dois irmãos) / Silvério dos Santos Veloso (irmão)	Paulo Moreira
1875	136	2840	Bispo de Mariana, Conde da Conceição D. Antônio Ferreira Viçoso / Cônego Ignácio Pereira de Almeida (1) Possui muitos livros.	Mariana

1875	498	11070	Antônio Santos Ferreira /Matilde Fernandes Coelho	Passagem
1876	41	944	Amélia Berlentina da Cunha Athaíde / João Gomes de Figueiredo	Paulo Moreira
1876	45	1034	Tenente Antônio J. Lopes Camello e sua mulher Rita C. Florinda da Silva / Torcato J. Lopes Camello	Camargos
1876	125	2632	Cap. Vicente de Paula Bernardino / M. Isabel Moreira de Souza (1) Obs: descrição dos móveis de cada cômodo, muitos livros, profissão: advogado	Mariana.
1876	123	2576	M. José Souza Guerra / José Maria Nolasco Pimenta	Mariana
1876	156	3263	Cap. José dos Santos Gomes / Antônia Domitila de Carvalho (viúva)	São Caetano
1876	19	529	M. Porfíria de Jesus / Raimundo Dias Franco	Infeccionado
1876	22	587	Mariana Marques Bueno de Jesus / Joaquina Marques Bueno (genro)	Paulo Moreira
1876	102	2135	Quitéria Rosa Cândida de Oliveira / Antônio Domingos Rodrigues (viúvo)	Mariana/ Camargos
1876	60	1308	M. Leonor Pereira / Lúcio Monteiro de Oliveira	Infeccionado
1876	156	3259	José Justiniano Gomes de Queiroz / Maria Isabel de Jesus	Barra Longa
1876	127	2654	Rita Joana Gomes dos Santos / José Ferreira dos Santos e Maria Geralda Ferreira dos Santos	Infeccionado
1876	141	2944	Ana Humbelinda Virgens/Teotônio Gomes Figueiredo	Paulo Moreira
1877	99	2073	Tenente Cor. J. Custódio Pereira Brandão / Rosalina Guilhermina Rego Brandão	Mariana
1877	134	2798	José Lopes da Costa / Maria Delfina	Cachoeira do Brumado
1877	41	939	Angélica Maria do Espírito Santo / João Gonçalves Villas-Bôas e Antônio Rufino Pereira	Barra Longa
1877	109	2243	Luiza M. da Conceição / Luiz Ant. Coelho e outros	Barra Longa
1877	61	1333	M. Brasilina da Conceição / Ten. João Pinto Ferreira	Paulo Moreira
1877	19	536	Maria Isabel / Nicolau Hermegildo da Conceição (1)	Mariana
1877	58	1260	José Mendes Magalhães / José Mendes Magalhães Jr.	Saúde
1877	140	2914	Dionísio Teixeira de Moura/ Manuel Pereira de Souza	Cachoeira do Brumado
1877	142	2972	Ana M. da Silva / José da Silva Salgueiro – viúvo (1)	Infeccionado
1877	116	2410	Manuel Vieira de Souza /José Vieira de Souza (irmão)	Furquim
1877	13	436	José Alves Xavier / Antônio Alves Xavier (filho)	Barra Longa
1877	497	11047	Protázio Pedro Cotta / M. Teodora do Nascimento	Infeccionado
1878	58	1259	Josepha Joaquina Almeida/ Sebastião de Sousa Pereira	Paulo Moreira
1878	154	3240	Joaquim Gonçalves do Carmo / Generosa Isadora da Conceição (viúva) (1)	Furquim
1878	112	2313	M. Joaquina da Conceição/ João Martins da Silva	Furquim
1878	87	1831	Antônio J. de Castro / José Luís da Silva (irmão)	Paulo Moreira
1878	124	2601	Rita M. de Jesus / João Marques Bueno (viúvo)	Saúde
1878	112	2309	Marciana Júlia de Souza / Felismino Apolinário Silva	Saúde
1878	498	11066	Teófilo Gomes Donato/ Henriqueta Aug. Soares (1)	Saúde
1879	136	2842	Antônia Francisca de Andrade / Ant. Gentil Gomes	Mariana
1879	157	3284	João Álvares Martins da Costa / Isabel C. Freire de Andrade e Inácio Drumond	Sumidouro
1879	129	2695	Florêncio da França / Dioga Maria do Nascimento (viúva) (1)	Passagem
1879	139	2906	Lauriano de Souza Ferreira / Fortunato de Souza Ferreira	Infeccionado
1879	53	1194	João Correia da Silva / Antônio Correia Rego	Paulo Moreira
1879	76	1623	Custódio Ant. de Castro / Herculana de Jesus	Paulo Moreira
1879	100	2077	Joaquim Roque Martins/ Emiliana Frascisca Jesus (1)	Barra Longa
1879	76	1622	Cândido Silva Passos/ Francisca Izidora do Esp. Sto	Paulo Moreira
1879	125	2625	J. Maria Fernandes de Souza / Inácio J. de Souza (1)	Mariana
1879	100	2076	José Ferreira da Trindade / Vicência Rosa de São José	Barra Longa
1880	28	703	Damiana Cesária Maciel / Manuel J. da Costa Santos	Barra Longa

1880	9	346	Ana Joaquina Bueno / José Caetano Freire	Saúde
1880	124	2596	Rita Maria da Conceição / Silvério dos Santos Veloso	Paulo Moreira
1880	98	2057	Daniel Justiniano Gomes / Teodora Justiniana Soares	Sumidouro
1880	127	2659	Sebastiana Fernandes Teófila / Ant. Fernandes Torres	Saúde
1880	131	2754	Juvêncio Ant. de Almeida / Elídio B. da Cunha (1)	Infeccionado
1880	76	1636	Manuel Petronilho da Silva / Francisco Pereira de Santa Ana (1)	Furquim
1880	9	335	Anastácio de Souza Monteiro/ Ana Felisbina de Carvalho	Saúde
1880	132	2767	Alferes J. Teixeira Costa / Bárbara G. da Encarnação	Infeccionado
1880	13	441	J. Gonçalves Mol / Francisca Antônia. do E.S.	Barra Longa
1881	53	1193	Tenente Coronel Antônio Coelho Linhares / Ana Clara Linhares	Paulo Moreira
1881	10	354	Firmiano Mendes e Joana de Tal / Felipe Santiago Mendes	São Caetano
1881	126	2649	Rosalino Soares de Azevedo / Juízo de Órfãos (1)	Paulo Moreira
1881	119	2489	Elias Augusto do Carmo / Ludovina do A. Divino (1)	Mariana
1881	112	2312	Manuel Braz da Costa / Joaquim Pereira da Costa	Furquim
1881	75	1610	Felicíssimo José Duarte/ Mônica Angélica Barbosa (1)	Mariana
1881	122	2554	Tomás Freire (inglês)/ Joaquina constância de Sena sócio (1)	Furquim
1881	114	2373	Manuel Francisco de Souza / Egina Rosa de Souza (1)	Sumidouro
1881	11	387	Antônio de Paula e Silva / Maria Valentina da Silva	Cachoeira do Brumado
1881	113	2315	Manuel Teixeira da Silva / Ana Bárbara Pacífica	Mariana
1881	49	1124	Dorotea Maria de Jesus / Joaquim Luiz Pereira	Mariana
1881	121	2518	Conselheiro Doutor Elias Pinto de Carvalho/ Rita de Gouveia de Alvarenga Pinto de Carvalho	Mariana
1881	126	2642	Lourenço M. dos Anjos/ Firmina Augusta Martins dos Anjos (1)	Infeccionado
1882	126	2644	Zeferina Maria Martins / Cândido José Batista	Furquim
1882	35	825	Ant. Ribeiro de Bastos / Januária R. Nonata Bastos (1)	Mariana
1882	124	2582	Maria N. Gonçalves/ Man. do Nascimento Silvério (1)	São Caetano
1882	75	1609	Fortunata Pia dos Santos / Antônia Guilhermina dos Santos (1)	Mariana
1882	133	2769	Joaquim Luiz Carneiro/ Francisca Ant. do E. S. (1)	Furquim
1883	9	348	Antônio Gonçalves Mol / Ana Leonardo da Conceição	Barra Longa
1883	57	1257	Joaquina Maria das Neves / João Costa de Barcelos	Paulo Moreira
1883	115	2385	Miguel de Oliveira /Francisco de Paula de Oliveira (1)	Paulo Moreira
1883	140	2925	Florência do Carmo / Fortunata do Carmo (2)	Mariana
1883	125	2613	Rita Maria da Cunha / Manuel Inácio Vilas-Bôas (1)	Furquim
1883	140	2924	Francisco José das Neves / Maria Bárbara Frutuosa	Camargos
1883	64	1380	Antônio Álvares Guerra / Raimundo Nonato Ferreira da Silva (1)	Mariana
1883	128	2679	Sebastião Martins Guimarães / Eulina de Oliveira Guimarães (comerciante)	Mariana
1883	114	2364	Caetana Florinda Rosa / Maria Francisca de Espírito Santo (duplo)	Furquim
1883	127	2661	Senhorinha Florentina de São José / Sebastiana Constância da Santa Pontes (1)	Mariana
1883	9	336	Antônio Gonçalves Mol Júnior / José Ferreira Carneiro	Barra Longa
1883	116	2394	Manuel Francisca Rodrigues/ Reinalda M. do E. S. (1)	Furquim
1884	57	1255	Dr. João Coelho Linhares / Ana Leonor Linhares	Paulo Moreira
1884	57	1254	Joaquim Marques Bueno / Maria Inácia Bueno	Paulo Moreira
1884	142	2960	Cândido Justiniano Gomes / Ant. Ernestina Gomes (1)	Barra Longa
1884	46	1065	Maria José dos Santos / Francisca Ant. dos Santos (1)	Mariana
1884	130	2729	Joaquina Claudina de Jesus / Francisco Ant. Pinto (1)	Cachoeira do Brumado
1885	10	353	Francisco José das Neves / Maria Barbosa Furtuosa	Mariana

1885	129	2705	Comendador Fernando Cândido de Oliveira Carmo / Ana Leopoldina de Oliveira Carmo	Mariana
1885	96	2013	Fernando Lopes da Costa / Ana Augusta de Freitas	Cachoeira do Brumado
1885	155	3256	Ernesto Apolinário de Souza / Paulina Francisca da Glória (1)	Mariana
1885	115	2378	Pedro da Silva Leão / Cônego Dr. Domingos Eugênio Nogueira (1)	Mariana
1885	144	3011	Francisco Lopes da Silva / M. Clara Lopes (1)	Infeccionado
1885	119	2451	Gualter Pereira Guimarães	Barra Longa
1886	136	2841	Tenente Coronel Antônio Coelho Linhares / Ana Clara Linhares	Mariana
1886	124	2610	Rita Leopolina da Silva / Ant. Vieira da Silva	Mariana
1886	61	1330	Maria Carolina de São José / Ant. Gomes Carneiro	Barra Longa
1886	61	1332	Maria Rita de Oliveira e Silva / Ant. Pereira Fraga	Paulo Moreira
1886	120	2510	Helena Rosa de Jesus / José Mariano de Carvalho (1)	Barra Longa
1886	142	2973	Ant. Justino de Mesquita/ Narcisa C. de S. José (1)	Furquim
1887	23	616	José Pedro Gonçalves / Antônio João da Costa	Mariana
1887	32	766	Ana Clara Linhares / Juvenato Dias Limpo	Paulo Moreira
1887	41	943	Ana Virgínia Linhares / Juvenato Dias Limpo	Paulo Moreira
1887	142	2971	Antônio Nunes Pereira / Manuel Alves da Cunha (1)	Infeccionado
1887	9	347	Antônio José Ribeiro / Ana Silveira de Jesus (1)	Saúde
1887	14	454	Josefina Inácia Carvalho Sampaio / Antônio Rodrigues Rola	Barra Longa
1888	497	11044	André Avelino Lopes / Maria Rosa de Jesus (1)	Barra Longa
1888 (01-06)	497	11057	José Constâncio de Souza / Maria Basília do Espírito Santo (1)	Camargos
1888 (07-03)	60	1314	Maria Leopoldina / Manuel Pereira Bernardino	Mariana
1888 (07-05)	499	11083	José Cecílio dos Passos / Laurinda Teodora dos Passos (1)	Paulo Moreira
1888 (13-03)	112	2311	Mariana Rita de São José / Francisco José Lopes (1)	Saúde
1888 (14-05)	497	11054	Manuel Dias da Costa / Maria do Carmo Tiburcia	Paulo Moreira
1888 (set.)	498	11071	Matilde Fernandes Coelho / Ana dos Santos Ferreira (1)	Passagem

1- Não possui escravos

2- A inventariante (Fortunata do Carmo) é escrava do Major Pinheiro

I e II ofícios do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Registros de compra e venda de escravos

Livros de Notas - I ofício:

- número 117 (1854-1857)
- número 112 (1871-1875)
- número 118 (1864-1868)
- número 120 (1867-1872)
- número 119 (1868-1869)
- número 115 (1871-1882)
- número 121 (1872-1873)
- número 112 (1873-1873)
- número 123 (1881-1887)

Livros de Notas - II ofício:

número 12 (1851-1855)
número 16 (1861-1869)
número 17 (1863-1867)
número 21 (1876-1878)

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Registros de casamentos

Prateleira A	número 28	período 1794/ 1872	local São Caetano
Prateleira C	número 07	período 1818/ 1872	local Barra Longa
Prateleira F	número 16	período 1850/ 1872	local Cachoeira do Brumado
Prateleira J	número 18	período 1843/ 1896	local Furquim
Prateleira P	número 02	período 1837/ 1873	local Mariana
Prateleira S	número 05	período 1764/ 1864	local São Caetano
Prateleira S	número 06	período 1875/ 1888	local São Caetano
Prateleira U	número 22	período 1772/ 1906	local Infeccionado
Prateleira Ya	número 01	período 1795/ 1923	local Camargos

Registros de batismos

Prateleira A	número 26	período 1862/1890	local São Caetano
Prateleira C	número 02	período 1848/1869	local Barra Longa
Prateleira C	número 03	período 1857/1883	local Barra Longa
Prateleira C	número 05	período 1873/1888	local Barra Longa
Prateleira C	número 06	período 1877/1884	local Barra Longa
Prateleira F	número 14	período 1853/1871	local Cachoeira do Brumado
Prateleira F	número 15	período 1876/1882	local Cachoeira do Brumado
Prateleira J	número 14	período 1772/1857	local Furquim
Prateleira O	número 18	período 1829/ 1868	local Mariana
Prateleira O	número 19	período 1837/ 1852	local Mariana
Prateleira O	número 20	período 1852/ 1866	local Mariana
Prateleira O	número 21	período 1857/ 1858	local Mariana
Prateleira R	número 28	período 1831/ 1913	local São Caetano
Prateleira R	número 29	período 1833/ 1868	local São Caetano
Prateleira S	número 01	período 1850/ 1857	local São Caetano
Prateleira S	número 02	período 1859/ 1866	local São Caetano
Prateleira S	número 03	período 1866/ 1924	local São Caetano
Prateleira U	número 20	período 1881/ 1932	local Infeccionado
Prateleira U	número 19	período 1839/ 1932	local Infeccionado
Prateleira Ya	número 02	período 1836/ 1876	local Camargos
Prateleira Ya	número 03	período 1876/ 1923	local Camargos
Prateleira Ya	número 04	período 1850/ 1923	local Camargos

Arquivo Municipal de Mariana.

Mapa dos engenhos de moer cana e mineração, fábrica de ferro, lojas, molhados e tavernas pertencentes ao município da cidade de Mariana até o presente ano de 1855. Miscelânea. I -10.4, livro 683.

Biblioteca dos Bispos de Mariana.

Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais no ano 1854. Livro 8402.

Fontes primárias impressas: obras consultadas

BURTON, Richard F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CARTA de Manuel Caetano L. de Lavre ao rei de Portugal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.1, 1934.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ESCHWEGE. *Pluto brasiliensis*. São Paulo: Nacional, 1944 v.II.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando & TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*: História – descrições – viagens – colonização – instituições, 2 v, São Paulo: Martins, 1941.

ROCHA, José J. da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SILVA, José Joaquim. *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

TAUNAY, Afonso de E. (org.). *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

Fontes secundárias: obras consultadas

ALMEIDA, Carla Maria C. de. Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850. *População e família*. São Paulo: CEDHAL/USP, *1*(1): 235-260, jan./jun., 1998.

_____. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*. Mariana: DEHIS/UFOP, 5: 88-111, 1995.

_____. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*: Mariana – 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. 1994.

ALANIZ, Ana Gicelle G. *Ingênuos e libertos:* estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

ANDRADE, Francisco E. de. *A enxada complexa*: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 1994.

_____. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais. In: *Termo de Mariana*: História e documentação. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 113-125.

ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, *4* (1): 93-104, 1998.

_____.Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais Oitocentista. *População e família.* São Paulo: CEDHAL/USP, *1*(1): 181-209, jan./jun., 1998.

BACELLAR, Carlos de A. & SCOTT, Ana Sílvia V. Sobreviver nas senzalas: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio O., MARCÍLIO, Maria Lúcia., BALHANA, Altiva. P. (Org.). *História da população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep, 1990. p.213-217.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Satepb, 1968.

BERGAD, Laird. W. Depois do boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808. *Estudos Econômicos.* São Paulo: IPE/USP, *24* (3): 495-525, set./dez. 1994.

_____. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BLASSINGAME, Jonh. *The slave community.* New York: Oxford University Press, 1972.

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias*: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

BURGUIÉRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 59-82.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

CANO, Wilson & LUNA, Francisco V. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH- UNICAMP*, 10: 1-14, out. 1983.

_____. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 15-40, out. 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis.* São Paulo, Nacional, 1960.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio R. *A utilização da terra, da mão-de-obra e dos bens de produção*

na economia colonial brasileira: a evolução da unidade produtiva em Mariana. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 1986.

CARRARA, Ângelo A. Escravismo e capitalismo na zona da Mata central de Minas Gerais – 1767/1890. *LPH – Revista de História*, Mariana: DEHIS/UFOP, 9: 111-142, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1978.

COSTA, Dora Isabel P. da. Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não exportadoras. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, *26*(1): 111-136, jan/abr, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

COSTA, IRACI del N. da. *Minas Gerais*: estruturas populacionais típicas. São Paulo: Edec, 1982.

COSTA, Iraci del N. da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, *17* (2): 245-295, maio/ago. 1987.

COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826), *África*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos da USP, 4: 105-109, 1981.

DOZON, Jean-Pierre. África: a família na encruzilhada. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *História da família*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 259-291.

ELKINS, Stanley M. *Slavery:* A problem in American Institutional and Intellectual Life. 2 ed. Chicago: Chicago University Press, 1968.

FARIA, Sheila de C. Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: CEAA, 23: 113-131, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2v. São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965.

FREYRE. Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, 20 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas famílias*: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997

FLORENTINO, Manolo G. & GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas:* famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOGEL, Robert William e ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross, the economics of American negro slavery*. Boston, 1974.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, Luís R. & FLORENTINO, Manolo G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, *17*(2): 151-173, maio./ago., 1987.

_____. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c.1840). Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAZIER, E. Franklin. *The negro family in Chicago*. Chicago: Chicago University Press, 1932.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1998.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasliense, 1986.

GENOVESE, Eugene. D. *In red and black*. New York: Vintage Books, 1972.

_____. *A terra prometida*: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAHAM, Richard. Slave families on a rural estate in Colonial Brazil, *Journal of Social History*, 9:3, 1975, p.382-402.

GRAF, Márcia E. de Campos. *População escrava da província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação (1873-1886)*. Dissertação (Mestrado em História – Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, 1974.

GUERZONI FILHO, Guerzoni. & NETTO, Luiz Roberto. Minas Gerais: índices de casamento da população livre e escrava na comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, *18* (3): 497-507, set./dez. 1988.

GUIMARÃES, Carlos M., REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, 2:7-36, 1986.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, 17 (2): 297-314, maio/ago. 1987.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedon (1750-1925)*. New York: Vintage Books, 1976.

KARDINER, Abram & OVESEY, Lionel. *The mark of opression*: explorations in the personality of the American Negro. New York: World Publishing, 1962.

KLEIN, Herbert. *A escravidão africana*: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. *Revista de História*, São Paulo: DEHIS/FFLCH/USP, 120: 3-25, jan./jul. 1989.

KLEIN, Herbert & ENGERMAN, Stanley. A demografia dos escravos americanos. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *População e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 208-

227.

LEITE, Ilka B. *Antropologia da viagem*: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: UFMG,1996.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Departamento de História,* Belo Horizonte: UFMG, 9:149-160, 1989.

_____. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *27* (1): 97-125, jan./abr. 1997.

LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *25*(2): 203-233, maio./ago., 1995.

LIMA, Carlos A. M. Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro (1789-1835). In: SOUZA, J.P.de (org.), *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ,p.11-32, 1998.

LUNA, Francisco V. *Minas Gerais*: escravos e senhores. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____.Casamentos em São Paulo. In: NADALIN, Sérgio O., MARCÍLIO, Maria Lúcia & BALHANA, Altiva. P. (Org.). *História da população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep, 1990. p. 226-236.

LUNA, Francisco V. & KLEIN, Herbert . Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *20* (3): 349-379, set./dez. 1990.

MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *A escravidão no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1976.

MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Lorena: Stiliano. 1998.

_____. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870*. Texto para Discussão. Série Economia. São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2000, 30 p. (mimeografado).

MARTINS, Roberto B. *Growing in silence: the slave economy of nineteen-century Minas Gerais,Brazil.* Tese (Doutorado em História). Vanderbilt University, 1980.

_____. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para Discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, 55 p.(mimeografado)

_____. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *13*(1): 181-209, jan/abr, 1983.

_____. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: *Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 1983.

MARTINS, Maria do Carmo S. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, p.13-29, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Laços familiares e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil – Império*: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.337-383.

_____. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar. 1988. p. 32-46.

_____. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MENDONÇA, Joseli Maria N. *Entre a mão e os anéis*: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

METCALF, Alida C. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: NADALIN, Sérgio O., MARCÍLIO, Maria L. & BALHANA, Altiva. P. (Org.). *História da população:* estudos sobre a América Latina. São Paulo: Abep, 1990. p. 213-217.

MOTT, Maria Lúcia B. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. São Paulo, *Revista de História*, 120: 85-96, jan/jul 1989.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Anablume, 1999.

_____. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *História: Questões e Debates*, Curitiba: APAH. *9*(16): 104-159, jun. 1988.

_____. *O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveiras,Guaratinguetá, e Casa Branca, 1861-1887*. Texto para Discussão. Série Economia. São Paulo: FEA/USP, *21*, 2001, 20 p. (mimeografado).

MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, *30* (2): 267-299, abr./jun. 2000a.

_____. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. [CDROM]. Caxambu: ABEP, 2000b.

MOTTA, José Flávio & VALENTIN, Agnaldo. *Famílias escravas de um plantel de Apiaí*. (texto inédito).

MOYNIHAN, Daniel P. The negro family: the case for national action. In: RAINWATER, Lee & YANCEY, Willian L. (orgs.). *The Moynihan report and the politcs of controversy*. Cambridge: Massachusetts, 1967, p.39-124.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil.* 6.ed. São Paulo, Nacional, 1982.

OLIVEIRA, Lélio Luiz. *Economia e História*: Franca - século XIX. Franca: UNESP-FHDSS, 1997.

PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde A & KLEIN, Herbert. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *22* (1): 129-151, jan./abr. 1992.

PAIVA, Clotilde & GODOY, Marcelo. Engenhos e Casas de Negócios na Minas Oitocentista. In: *Anais do IV Seminário sobre a Economia Mineira.* Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, p.52-59, 1988.

REIS, Lianna Maria & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil - Colônia e Império*. Dimensão, 1999.

SAMARA, Eni de M. A família negra no Brasil. *Revista de História*. São Paulo: DEHIS/FFLCH/USP, 120: 27-44, jan./jul. 1989.

SAMPAIO, Antônio Carlos J. de. *Magé na crise do escravismo*: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850 - 1888). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1994.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Vera Alice C. e. Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil e da economia mineira em perspectiva, 1800-1870. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, 6: 47-88, 1988.

SIMONATO, Andréa J. O parentesco entre os cativos no meio rural do Rio de Janeiro. *População e família,* São Paulo: CEDHAL/USP, *1*(1): 143-179, jan/jun, 1998.

SLENES Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888.* Tese de Doutorado, Stanford University, 1976.

_____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* São Paulo: ABEP, p.2119-2134, 1984.

_____. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *13*(1): 117-149, jan./abr., 1983.

_____ . As taxas de fecundidade da população escrava brasileira na década de 1870: estimativas e implicações. In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos populacionais*. ABEP, p.53-71, 1986.

_____.Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos,* São Paulo: IPE/USP, *18*(3): 449-495, set./dez. 1988.

_____. *Na senzala, uma flor:* esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

SOUZA, Antônio Cândido de M. e. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

STECKEL, Richard H. Children and choice: a comparative analysis of slave and white fertility in the ante bellun south. In: FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. (org.), *Without consent or contract: conditions of slave life and the transition to freedom*: techical papers. New York: W.W. Norton, 1992, p.369-412.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STEVENSON, Brenda E.. *Life in black & white*: family and community in the slave south. New York: Oxford University Press, 1996.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina R. de. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário*: relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2001.

VENÂNCIO, Renato P. & LIMA, Lana Lage da G. Os órfãos da lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: CEAA, 15: 24-33, 1988.

VENÂNCIO, Renato P. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais o século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, 21: 97-108. dez 1991.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII.* 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.